

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2007
Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Maio de 2007.

Índice

Rumos políticos da América do Sul - Jarbas Passarinho* - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 01/05/2007	7
OMC tenta avanço já para selar Doha – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/05/2007	9
OMC tenta avanço já para selar Doha – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/05/2007	10
Lance ousado a favor de Doha - Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/05/2007	11
Lobby político marca debate sobre relatório da ONU - Estado de São Paulo Vida & – 02/05/2007	13
Países ignoram propostas da OMC – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007	13
UE abre consulta sobre etanol - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007	14
Países ricos tiram etanol da lista de bens ambientais - Assis Moreira – Valor Econômico – Primeiro Caderno – Brasil- 02/05/2007.....	15
Texto agrícola reativa negociações de Doha - Assis Moreira – Valor Econômico –Primeiro Caderno – Brasil- 02/05/2007	16
Subsídio à pesca opõe Brasil e EUA - Assis Moreira - Valor Econômico – Agronegócios - 02/05/2007	18
Mercosul precisa dos EUA para crescer, diz Gutierrez - Patrícia Campos Mello - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/05/2007.....	19
País é o líder na América do Sul - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/05/2007	20
Em pé de guerra – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 03/05/2007.....	22
Pressão para que países ricos assumam culpa pelo aquecimento global – O Globo on line e o O Globo – 03/05/2007	23
Integração com América do Sul é demorada e difícil, diz Lula - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 03/05/2007.....	24
Governo Bush pressiona Congresso a aprovar acordos comerciais - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Internacional - 03/05/2007	25
Acordo prevê Banco do Sul em junho - Marina Guimarães - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/05/2007.....	26
Japão deveria acelerar utilização do etanol, diz ministro de Agricultura - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 04/05/2007.....	27
Por Doha, EUA podem reduzir subsídio agrícola - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 04/05/2007	28
O Brasil na economia internacional - José Hage – Valor Econômico –Opinião - 04/05/2007	29
Países da América do Sul concordam com criação de banco de fomento - Reuters, em Quito, da Redação – Folha de São Paulo – 04/05/2007	31
Que liderança é essa? – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/05/2007.....	32
Mais conflitos que cooperação – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/05/2007	33

Aporte no Banco do Sul surpreende Miguel Jorge - Jander Ramon – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/05/2007	34
Fidel Malthus Chávez – Eduardo Pereira de Carvalho – Folha de São Paulo – Opinião – 06/05/2007	36
Europa quer que G8 dê início a debate sobre acordo do clima – Folha de São Paulo – Opinião – 06/05/2007	38
Delegados atacam proposta agrícola de mediador da OMC – Richard Waddington - O Globo (cita Reuters Brasil) – Economia – 07/05/2007.....	38
UE terá de importar biocombustíveis - Assis Moreira – Valor Econômico – 07/05/2007...	39
França pede pausa em negociações comerciais globais - Sybille de La Hamaide - - O Globo (cita Reuters Brasil) – Economia – 07/05/2007	40
Parlamento do Mercosul é instalado com 81 representantes - Marco Aurélio Weissheimer - Carta Maior – 08/05/2007	40
Deputados pegam "carona" em instalação de parlamento - Rodrigo Rotzsch, enviado especial a Montevideu – Folha de São Paulo – 08/05/2007	42
Relação dos EUA com a AL fica mais difusa - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico- Internacional - 08/05/2007	45
Argentino defende regime comum para biocombustíveis no Mercosul - Janes Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2007	46
Japão vai propor corte de gases-estufa ao G-8 – Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 09/05/2007	47
Brasil perde em 1ª votação do Parlamento - Rodrigo Rotzsch - Folha de São Paulo – Brasil - 09/05/2007.....	47
G-8 deve se abrir mais, diz Marinho - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 09/05/2007	48
Itamaraty quer acelerar acordos do Mercosul fora da região - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 10/05/2007	49
Desmascarando o Mercosul – Maria Clara R. M. do Prado – Valor Econômico – Opinião - 10/05/2007	50
Fidel volta a atacar planos de biocombustíveis - Folha de São Paulo – Mundo - 11/05/2007	52
Lula negociou para não ser acusado de desestabilizar Evo - Denise Chrispim Marin e Beatriz Abreu - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/05/2007	52
EUA tentam minar acordo do G8 sobre aquecimento - Folha de São Paulo – Ciência – 13/05/2007	55
G-4 tenta reduzir diferenças em subsídios - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 14/05/2007	57
Governo dos EUA admite rever apoio à exportação – Valor Econômico – Agronegócios - 14/05/2007	58
Contag discute com Itamaraty a agricultura familiar no mercado externo – Angélica Cordova - Contag - 15/05/2007	58
Clima isola EUA de aliados – O Globo – Ciência – 15/05/2007	59
Para desbloquear Doha, Brasil pode mudar proposta na área industrial - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2007.....	60
Riscos de acirramento das barreiras não tarifárias - – Valor Econômico – Opinião - 15/05/2007	60

UE propõe este mês parceria com Brasil - Humberto Saccomandi e Sergio Leo – Valor Econômico – Internacional - 15/05/2007	62
--	----

Segunda Quinzena

Portugal promove cúpula entre Brasil e a UE em julho - Francisco Seixas da Costa* - Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2007.....	63
Brasil deve liderar concessões na OMC, diz UE - João Caminoto – Valor Econômico – Economia e Negócios – 16/05/2007.....	65
Reunião do G-4 é novo teste para a Rodada Doha - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/05/2007.....	65
OCDE fica mais perto do Brasil - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/05/2007.....	66
Fidel ataca condições de cortadores de cana no Brasil –Folha de São Paulo – 16/05/2007	67
UE cobra mais do Brasil para fechar Doha – Clóvis Rossi - Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2007.....	67
Países da OCDE não se entusiasmam com o álcool – Clóvis Rossi - Folha de São Paulo – Dinheiro - 16/05/2007	69
G-4 no Brasil – Valor Econômico – Primeiro Caderno – Curtas – 16/05/2007.....	70
Acordo difícil – Valor Econômico – Primeiro Caderno – Curtas – 16/05/2007	70
Número 2 do FMI questiona viabilidade de Banco do Sul - Folha de São Paulo – Dinheiro - 17/05/2007	70
Brasil esnoba convite do "clube dos ricos" – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/05/2007.....	71
Acordo sobre a liberalização é "inevitável", mas será modesto – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/05/2007.....	72
Retomada de Doha tem sinais contraditórios - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 17/05/2007.....	74
Mercosul sofre com gargalo aduaneiro - Francisco Góes – Valor Econômico – Especial - 17/05/2007	74
G-4 avança em negociações para destravar Doha - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/05/2007.....	76
Acordo sobre Doha poderá ficar para o Rio, em junho – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007.....	77
Boa fase poderá favorecer mudanças na "Farm Bill"? - The Economist – Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007	78
A integração sul-americana sob ameaça - Jorge Felix – Valor Econômico – Eu & Fim de Semana - 18/05/2007	79
A submissão de Evo Morales – Estado de São Paulo - Notas e Informações – 19/05/2007	82
Liberalização comercial chega enfim ao "vai ou racha" – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/05/2007.....	84
Lula oferecerá ao Paraguai ajuda para produzir biodiesel e combater aftosa - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 20/05/2007.....	85
G-8 pede avanço nas negociações da Rodada de Doha – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/05/2007.....	86

Acordo está mais próximo, afirma Celso Amorim – Eliane Oliveira e Vivian Oswald – O Globo – Economia – 20/05/2007.....	86
Brasil pretende abrir setor de serviços na OMC - Eliane Oliveira e Vivian Oswald* - O Globo – Economia – 20/05/2007.....	87
EUA retomam agenda comercial - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/05/2007.....	88
A aposta na rodada global – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 22/05/2007	90
G-20 revê posição para concluir Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/05/2007.....	91
Blair adverte para avanço do protecionismo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/05/2007.....	92
Brasil vai participar de disputas na OMC que envolvem a China - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 22/05/2007.....	93
Congresso dos EUA discute alterações no SGP - Ricardo Balthazar - Valor Econômico – Brasil - 22/05/2007.....	94
Países terão mesmo peso no Banco do Sul – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2007.....	95
Seqüela energética – O Globo – Opinião – 23/05/2007.....	95
Para o Brasil, EUA já aceitaram limitar subsídios por produtos - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 23/05/2007.....	96
Em telefonema a Lula, Blair se diz preocupado com Doha – Paulo de Tarso Lyra - Valor Econômico – Brasil - 23/05/2007.....	97
A turma do "deixa disso" – José Luiz Fiori – Valor Econômico – Opinião - 23/05/2007... ..	98
.....	98
Brasil e a África do Sul devem se manter na condição de Estados relevantes mas não expansivos, ou porta-vozes pacíficos do "bom senso ético universal".....	98
.....	98
José Luís Fiori é professor titular do Instituto de Economia da UFRJ e editor do livro "O Poder Americano" (Editora Petrópolis). Escreve mensalmente às quartas-feiras.....	100
UE inclui a agricultura na parceria com o Brasil - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 23/05/2007.....	100
Índia quer mais negócios com Mercosul - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 24/05/2007.....	102
Mercosul terá setores protegidos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/05/2007.....	103
Mercosul começa a definir proposta - Assis Moreira –Valor Econômico – Internacional - 25/05/2007.....	103
EUA reduzem exigência em corte de tarifa agrícola – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 25/05/2007.....	104
Europa aposta no peso político regional brasileiro – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 25/05/2007.....	105
Proteção e subvenção agrícola são caras, irracionais e injustas - Guillermo de la Dehesa – Valor Econômico – Cultura - 25/05/2007.....	106
O Mercosul na Rodada Doha – Estado de São Paulo – Notas e Informações (Editorial) – 26/05/2007.....	109
'China não se livrará de abrir mercado agrícola' – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 26/05/2007.....	110

EUA dizem não a proposta alemã sobre aquecimento – Folha de São Paulo – Ciência – 28/05/2007	112
CNI manifesta preocupação com Venezuela no Mercosul – Folha de São Paulo – Dinheiro – Mercado Aberto – 28/05/2007.....	112
Brasil convoca G-20 de olho em negociação do G-4 - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/05/2007	113
Governo agora quer Banco do Sul – Sérgio Leo – Valor Econômico – Brasil - 28/05/2007	114
Brasil pressiona para que agricultura volte à agenda com a UE – Assis Moreira – Valor econômico – Internacional - 28/05/2007	116
Mercosul e UE podem retomar negociação - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 29/05/2007	116
Europa quer mais cortes de tarifas do Brasil - João Caminoto – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/05/2007	117
País quer liberar carros no Mercosul – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/06/2007	119
Barreiras dos EUA afetam exportador brasileiro - José Meirelles Passos e.....	120
Eliane Oliveira – O Globo – 31/05/2007.....	120
País já perdeu US\$ 2,7 bi desde 1991 devido a barreiras comerciais dos EUA, mostra estudo - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 31/05/2007	121
Argentinos e brasileiros discutem hoje em Buenos Aires pendências comerciais – Valor Econômico – Brasil - 31/05/2007	122

Rumos políticos da América do Sul - Jarbas Passarinho* - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 01/05/2007

Constitucionalistas da metade dos anos 1960 discutiam se a cratologia poderia ser entendida como ciência política, uma vez que todo poder pode ser conhecido e explicado só no que concerne aos seus resultados, ao que faz, mas não podemos definir sua substância. Aparentemente, é uma questão de lana caprina, já que a ciência política, de modo abundante, nos ensina o processo político e os controles, horizontais e verticais, e os tipos de governo. Mas o problema surge por meio de alternativas e mesmo de deformações dos tipos de governo, especialmente a respeito da democracia. Todos sabemos, por exemplo, onde nasceu a democracia direta e como se tornou imperativo mudar a sua essência. De como as assembléias gregas tomavam a decisão e seu controle, só possível numa ordem social relativamente simples e na praça pública ou em pequenos territórios. Duraram dois séculos numa economia primária sustentada pela escravidão e deixaram evidente a natureza dos políticos, o que ainda hoje nos ajuda a classificá-los, sem menosprezar a contribuição inestimável dos gregos à cultura. Mas em política o saldo que nos deixam é em nada diverso quanto à ética e à moral. Aristides, símbolo da honestidade política, foi desterrado. Temístocles, que venceu as tropas persas impedindo que a Grécia a eles se submetessem, teve mais tarde de pedir asilo político ao seu mais encarniçado inimigo. Ignoraram as advertências de Demóstenes sobre os colaboradores com seus adversários e se deixaram seduzir por Cleon, o exemplo histórico do demagogo.

Na história contemporânea, vimos o século 20 - que o historiador britânico Hobsbawm batizou de século breve - transformar-se num período dos mais sangrentos baseado nas ideologias. Como dizia Raymond Aron, os ditadores usam dizer que estão praticando a democracia. Adjetivam-na, para tentar iludir o povo. É precisamente o que se passa no Caribe, como exemplo a seguir.

O presidente Hugo Chávez, em nome da recuperação da Venezuela, que ele acusava de ser dirigida por corruptos, tentou uma sublevação pela qual pagou alguns anos na prisão. Populista que se descobriu de esquerda, ganhou eleições. Sustenta ser democrata como poucos, mas exerce indiscutivelmente o neopresidencialismo, que Lowenstein definiu com poucas e luminosas palavras: “É o regime em que o detentor do poder Executivo não prescinde do Legislativo e do Judiciário, desde que submissos a ele.” O direito da livre manifestação do pensamento - um dos esteios da democracia - ele o eliminou. Fez lei que pune quem ousa criticar as autoridades. Fechará, a despeito de todos os protestos, até internacionais, a TV de maior audiência na Venezuela e dentre as mais tradicionais. Impôs uma Constituição que lhe garante governar sem limite de prazo, só perdendo o governo se, em plebiscito por ele organizado, a maioria votar contra ele. Gaiatos dizem que se trata da democratura, um anagrama de democracia e ditadura. Aí está uma achega à cratologia, o sistema neopresidencialista que se situa na mistura do Atlântico com o Caribe.

No Equador, outra contribuição. O presidente imita Chávez, quanto à convocação de uma Constituinte que certamente caminhará pelo mesmo rumo, a da democracia dos ditadores. Num momento, reconhece a Justiça Eleitoral como o órgão máximo do Judiciário e com ela cassa, dos 100 deputados da Câmara, 57 deles de uma vez, com a indisfarçável

intenção de ficar com a maioria, pois os suplentes já estão disciplinados. Como a Corte Suprema - que em qualquer democracia é o poder judicial supremo - anula as cassações, o presidente Corrêa intervém na querela e a dissolve. Mais ainda: porque os cassados se rebelam e realizam uma sessão paralela, são presos ou fogem para a Colômbia. Reconheça-se que o povo, cansado da falta de compostura dos legisladores, aplaude a decisão antidemocrática. Do presidente Evo, nem falo, porque a Petrobrás - que ele tem lesado - é que devia falar e não o faz, evitando desagradar a vocação generosa do presidente Lula. Nasci no Acre, que ele disse haveremos comprado por um cavalo. Espero oportunidade para recompensá-lo, presenteando-o com duas éguas.

Finalmente, cá entre nós, o presidente Arlindo Chinaglia, da Câmara, se revela do mesmo tipo desses governadores “democráticos”: recusa instalar uma CPI apresentada segundo a norma constitucional. Repete o que se fez, vergonhosamente, no passado recente, para proteger o extorsionário Waldomiro Diniz e o Richelieu que o chefiava. Flagrado e filmado no pedido de propina, está até agora impune. Renitente, não se dobra à liminar do ministro Celso de Melo, contando obter o apoio do pleno do Supremo Tribunal de Justiça, que a manteve por unanimidade. Não lhe restando senão instalar a CPI, organiza-a com o presidente e o relator pertencentes ambos à base de apoio governamental.

O presidente Geisel, que os do PT só chamavam de ditador, respeitou o direito da oposição minoritária. Durante seu governo, foi instalada, a requerimento do MDB, a CPI do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, que era a menina dos seus olhos e já fora aprovado pelas duas Casas do Legislativo. Presidiu-a o senador Itamar Franco, do MDB, e o relator foi um senador do PDS, norma adotada para todas as CPIs.

O presidente Chinaglia imitou, enquanto pôde, o presidente equatoriano. Acaba de descumprir uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, a quem cabe, sem dúvida, confirmar ou não a diplomação dos eleitos. Uma vez diplomados, muitos bandearam-se. Venderam o que não tinham, porque nenhum deles se elegera sem os votos de sobra dos partidos. E os da oposição? Aderiram todos, como fizeram os “mensaleiros” da legislatura anterior, ao governo. Inventam-se a tese de que a reeleição vale pela absolvição. Deles e dos “sanguessugas”.

**Jarbas Passarinho, ex-presidente da Fundação Milton Campos, foi senador pelo Estado do Pará e ministro de Estado*

OMC tenta avanço já para selar Doha – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/05/2007

Proposta prevê cortes de subsídio nos EUA e de tarifa na Europa

Os Estados Unidos terão de aceitar corte mais profundo de subsídios agrícolas e a Europa terá de concordar em cortar em pelo menos 50% suas tarifas de importação a produtos agrícolas se quiserem que a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) seja concluída este ano. A proposta faz parte de documento apresentado ontem pela entidade sobre o que acredita ser as bases de um acordo de liberalização agrícola. “Francamente, seria inconcebível que os Estados Unidos terminassem as negociações com o direito de gastar mais em subsídios que fazia até agora”, afirma o documento, abrindo a fase final das negociações iniciadas em 2001.

Apesar do ataque aos americanos, o embaixador do Brasil em Genebra, Clodoaldo Huguency, aponta que os cortes sugeridos ainda não são suficientes. “O texto poderia ter sido bem mais ambicioso em subsídios.” O Brasil se reúne hoje em Londres com EUA, Europa e Índia para debater a situação com o autor do texto, o mediador das negociações agrícolas Crawford Falconer. Para diplomatas latino-americanos, o texto não traz nada de novo, a não ser a crítica aos EUA.

Depois de quase um ano de paralisações, Falconer apresentou o que acha que deva ser um acordo. “Chegou o momento de uma conversa honesta”, diz o diplomata em carta explicando a proposta. Ele apresenta o que chama de “centro de gravidade” entre as posições extremistas de cada país.

As negociações foram suspensas em julho de 2006 depois que os países não conseguiram chegar a um acordo sobre como ocorreria a liberalização. Desde então, os governos de Brasil, Índia, EUA e Europa promoveram inúmeras reuniões e não chegaram a um acordo. Agora, a decisão foi voltar a debater na sede da OMC com os 150 países. “Está claro que nenhum país irá conseguir tudo o que pede”, diz Falconer.

O texto aponta que o teto autorizado para os EUA nos subsídios deveria ser inferior a US\$ 19 bilhões. A Casa Branca defende teto de US\$ 22 bilhões, o que na prática daria a oportunidade para que os americanos aumentassem os subsídios, em vez de cortá-los. O Brasil quer que o volume tenha teto de US\$ 12 bilhões. Crawford acha difícil que isso ocorra e que tal teto somente seria atingido se Europa e países como Índia e China aceitassem amplo corte de tarifas de importação, o que parece difícil. Para os americanos, um maior acesso aos mercados seria forma de compensar a queda de subsídios.

TETO

Mesmo que o teto fique abaixo de US\$ 19 bilhões, vários países alertam que isso ainda quer dizer que os americanos terão o direito de pagar mais subsídios que o que fizeram em 2005, quando deram cerca de US\$ 11 bilhões.

Segundo o texto, os europeus terão de aceitar um corte de suas tarifas de importação de produtos agrícolas de pelo menos 50%. A idéia é de que um acordo estaria entre o que sugere os EUA, com corte de 66%, e o que querem os europeus, com 39%. O resultado seria uma proposta praticamente idêntica ao que defende o Brasil, de corte de 54%. “A posição do G-20 continua sendo central”, comemora Hugueneu.

O documento ainda aponta que os países ricos teriam o direito de designar entre 1% e 5% de seus produtos como sensíveis e teriam corte menor de tarifas. Governos como o do Japão e Suíça chegaram a propor que 15% fossem considerados como sensíveis, o que limitaria toda a pauta exportadora do Brasil.

No que se refere aos produtos agrícolas que países emergentes poderão manter protegidos, como pedem China, Índia e Indonésia, Falconer deixa claro que as posições ainda estão distantes.

OMC tenta avanço já para selar Doha – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/05/2007

Proposta prevê cortes de subsídio nos EUA e de tarifa na Europa

Os Estados Unidos terão de aceitar corte mais profundo de subsídios agrícolas e a Europa terá de concordar em cortar em pelo menos 50% suas tarifas de importação a produtos agrícolas se quiserem que a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) seja concluída este ano. A proposta faz parte de documento apresentado ontem pela entidade sobre o que acredita ser as bases de um acordo de liberalização agrícola. “Francamente, seria inconcebível que os Estados Unidos terminassem as negociações com o direito de gastar mais em subsídios que fazia até agora”, afirma o documento, abrindo a fase final das negociações iniciadas em 2001.

Apesar do ataque aos americanos, o embaixador do Brasil em Genebra, Clodoaldo Hugueneu, aponta que os cortes sugeridos ainda não são suficientes. “O texto poderia ter sido bem mais ambicioso em subsídios.” O Brasil se reúne hoje em Londres com EUA, Europa e Índia para debater a situação com o autor do texto, o mediador das negociações agrícolas Crawford Falconer. Para diplomatas latino-americanos, o texto não traz nada de novo, a não ser a crítica aos EUA.

Depois de quase um ano de paralisações, Falconer apresentou o que acha que deva ser um acordo. “Chegou o momento de uma conversa honesta”, diz o diplomata em carta explicando a proposta. Ele apresenta o que chama de “centro de gravidade” entre as posições extremistas de cada país.

As negociações foram suspensas em julho de 2006 depois que os países não conseguiram chegar a um acordo sobre como ocorreria a liberalização. Desde então, os governos de Brasil, Índia, EUA e Europa promoveram inúmeras reuniões e não chegaram a

um acordo. Agora, a decisão foi voltar a debater na sede da OMC com os 150 países. “Está claro que nenhum país irá conseguir tudo o que pede”, diz Falconer.

O texto aponta que o teto autorizado para os EUA nos subsídios deveria ser inferior a US\$ 19 bilhões. A Casa Branca defende teto de US\$ 22 bilhões, o que na prática daria a oportunidade para que os americanos aumentassem os subsídios, em vez de cortá-los. O Brasil quer que o volume tenha teto de US\$ 12 bilhões. Crawford acha difícil que isso ocorra e que tal teto somente seria atingido se Europa e países como Índia e China aceitassem amplo corte de tarifas de importação, o que parece difícil. Para os americanos, um maior acesso aos mercados seria forma de compensar a queda de subsídios.

TETO

Mesmo que o teto fique abaixo de US\$ 19 bilhões, vários países alertam que isso ainda quer dizer que os americanos terão o direito de pagar mais subsídios que o que fizeram em 2005, quando deram cerca de US\$ 11 bilhões.

Segundo o texto, os europeus terão de aceitar um corte de suas tarifas de importação de produtos agrícolas de pelo menos 50%. A idéia é de que um acordo estaria entre o que sugere os EUA, com corte de 66%, e o que querem os europeus, com 39%. O resultado seria uma proposta praticamente idêntica ao que defende o Brasil, de corte de 54%. “A posição do G-20 continua sendo central”, comemora Huguency.

O documento ainda aponta que os países ricos teriam o direito de designar entre 1% e 5% de seus produtos como sensíveis e teriam corte menor de tarifas. Governos como o do Japão e Suíça chegaram a propor que 15% fossem considerados como sensíveis, o que limitaria toda a pauta exportadora do Brasil.

No que se refere aos produtos agrícolas que países emergentes poderão manter protegidos, como pedem China, Índia e Indonésia, Falconer deixa claro que as posições ainda estão distantes.

Lance ousado a favor de Doha - Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/05/2007

Americanos e europeus têm uma nova deixa para retomar seriamente as negociações comerciais, se quiserem de fato concluir neste ano a Rodada Doha. As conversações para valer foram interrompidas em julho do ano passado, por causa do impasse em torno do comércio agrícola. A partir daí, os negociadores de maior peso reuniram-se uma porção de vezes, mas só conseguiram marcar novos encontros e falar sobre as condições necessárias para o reinício da rodada. A boa novidade, nesta semana, foi a carta enviada aos 150 governos envolvidos pelo presidente do Comitê de Agricultura da Rodada Doha, o neozelandês Crawford Falconer. São 23 páginas de propostas e comentários, precedidas de uma introdução, em tom pessoal, de página e meia. A iniciativa é apresentada, na primeira

linha, como um desafio aos diplomatas. “Chegou a hora de falar com franqueza”, escreveu Crawford, para facilitar as decisões de que todos agora precisam “desesperadamente”.

A divulgação da carta no site da OMC é uma atitude incomum. Presidentes de comissões têm como função coordenar os debates, atuar como mediadores, conversar com todas as partes, buscar fórmulas de consenso e propor esboços de acordos. Esse trabalho é realizado, quase sempre, de forma reservada, e o público geralmente só conhece as propostas, em sua forma oficial, quando amadurecidas em conversações com os blocos e países mais influentes. Falconer preferiu um lance mais audacioso.

O texto divulgado na segunda-feira trata em profundidade algumas questões de importância central. Um novo documento foi prometido para dentro de uma semana e um esboço de acordo sobre agricultura será elaborado em seguida. Mas o que foi oferecido aos negociadores, nesse primeiro lance, já pode balizar uma discussão sobre temas substantivos.

Crawford trata em primeiro lugar dos subsídios internos pagos pelo Tesouro aos agricultores americanos. “É francamente inconcebível que os EUA, no fim desta negociação, estejam autorizados a gastar em subsídios internos que distorcem o comércio mais do que podiam gastar no começo”, escreve Crawford. Pela proposta americana, Washington poderá conceder subsídios internos de até US\$ 22 bilhões por ano, US\$ 3 bilhões a mais do que havia sido permitido pelo acordo da Rodada Uruguai, concluída em 1994.

A resposta aceitável deve estar em algum ponto abaixo dos US\$ 19 bilhões e acima dos pouco mais de US\$ 10 bilhões propostos pelo Brasil e por outros membros do Grupo dos 20, segundo Crawford. O embaixador brasileiro na OMC, Clodoaldo Huguene, comentou que um limite pouco abaixo de US\$ 19 bilhões será inaceitável, porque isso ainda permitirá um grande volume de subsídios causadores de distorções. Segundo ele, é preciso fixar o teto em US\$ 12 bilhões. Mas Crawford não indicou um número. Apenas tentou limitar o espaço da negociação. É uma forma de repor a bola em jogo.

Acesso a mercado é o grande tema, quando se trata da União Européia. Os europeus têm defendido uma redução de tarifas de importação de apenas 39%. Os americanos propõem 66% e o Brasil tem cobrado 54%. Crawford aponta como exequível um corte geral “acima de 50%”, que ficaria muito próximo da pretensão brasileira.

Ele propõe também uma solução intermediária para a lista de “produtos sensíveis” que os governos do mundo rico desejam estabelecer. Esse é um tema especialmente perigoso, porque uma lista muito extensa pode incluir todos ou quase todos os produtos de interesse especial para os exportadores brasileiros e de outros países competitivos em agricultura. As propostas atuais variam entre 1% e 15% das linhas tarifárias. Crawford propõe algo entre 1% e 5%. Isso ainda não resolve o problema, que é tecnicamente complexo, mas limita consideravelmente o campo da discussão. “Se não ganharmos um sério impulso nas próximas semanas (hesito em dizer meses), ou fracassaremos ou poremos todo este exercício no congelador por um tempo considerável, até que uma geração melhor que a nossa possa descongelá-lo”, advertiu Crawford. É um risco nada desprezível.

Lobby político marca debate sobre relatório da ONU - Estado de São Paulo Vida & – 02/05/2007

A pressão política e a atitude da China dificultam as negociações que os especialistas de cerca de 150 países estão travando em Bangcoc para concluir o relatório das Nações Unidas sobre as medidas e tecnologias destinadas a combater as mudanças climáticas perigosas.

Os cerca de 400 cientistas e representantes de governos que participam da reunião do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) estão de acordo sobre a necessidade de agir com precisão para frear o processo de aquecimento global decorrente das emissões de gases-estufa. Mas as soluções que defendem especialistas no relatório esbarram na pressão política.

Depois de inaugurar, na segunda-feira, a reunião de cinco dias, o próprio presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, admitiu que esperava que se produzisse um intenso debate entre cientistas e representantes dos governos - e, dentro desse último grupo, entre os países industrializados e os menos avançados. Logo que começou a reunião, as diferenças surgiram entre as nações avançadas e as em vias de desenvolvimento sobre os métodos mais adequados para reduzir a emissão de gases. Segundo delegados de países mais pobres, a maioria dos cientistas que redigem o relatório é de países industrializados.

A China, o segundo país do mundo que mais contamina a atmosfera, atrás dos EUA, está submetida a uma forte pressão de outras nações e também por parte de seus cientistas, que alertam sobre o potencialmente catastrófico futuro, caso não sejam tomadas providências. A delegação chinesa apresentou centenas de emendas ao relatório, que deve ser apresentado na sexta-feira. Já a União Européia reafirmou ontem o compromisso de reduzir significativamente as emissões de gases-estufa. EFE e AFP

Países ignoram propostas da OMC – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007

Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia retomaram discussões sobre acordo agrícola em Londres

Os quatro principais atores das conturbadas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) - Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia - ignoraram as propostas feitas pela entidade. Os encontros estão ocorrendo nesta semana em Londres, longe da sede da OMC, em Genebra, para que nenhum detalhe seja vazado.

Na segunda-feira, a OMC publicou um texto com sugestões sobre onde deveriam estar as bases de um acordo agrícola. O autor do texto, o mediador das negociações agrícolas Crawford Falconer, prevê que os americanos terão de aceitar um corte maior de subsídios (abaixo de US\$ 19 bilhões) e os europeus terão de aceitar cortes em suas tarifas de importação acima de 50%.

Os europeus não estão satisfeitos com as exigências de cortes de tarifas de importação para bens agrícolas. E o embaixador dos Estados Unidos na OMC, Peter Algeier, se recusou a comentar o documento.

Em Londres, porém, os negociadores optaram por seguir a agenda prevista e não deram uma resposta direta ao texto da OMC. O governo americano ainda se recusou a dar um sinal de quanto poderia ceder.

Para tentar mostrar que estão comprometidos com a negociação, os EUA reapresentaram ontem em Genebra uma proposta de proibição quase total para os subsídios à pesca nos países ricos. O Brasil e outros países emergentes apoiaram a idéia, mas o Itamaraty alertou que a proposta ignora a questão dos países em desenvolvimento. 'As economias emergentes precisam ter o direito de desenvolver seu setor pesqueiro', afirmou um delegado brasileiro nos debates da OMC. O que Brasília sugere que é os países em desenvolvimento sejam autorizados a dar uma parcela dos subsídios a seus setores.

De qualquer forma, a proposta americana não foi o suficiente para convencer os emergentes dos problemas com a posição americana na Rodada Doha. Países como Índia e Indonésia não gostaram da idéia apresentada no texto de Falconer de que terão de aceitar que apenas 8% de seus produtos agrícolas sejam mantidos com tarifas altas. Nova Délhi queria 20%.

Outra fonte de preocupação, segundo um embaixador africano, foi a sugestão de Falconer para que os países em desenvolvimento abandonem a complexidade dos cortes de tarifas, exceções e flexibilidades e adotem um sistema mais simples, o que significaria abandonar mais de um ano de trabalho.

Para o ex-diretor-geral da OMC, Renato Ruggiero, um fracasso nas negociações da OMC poderia colocar em risco o sistema multilateral de comércio e faria com que acordos bilaterais entre países se proliferassem. 'O Brasil precisa ser um dos países a tomar a liderança do processo para impedir um colapso', afirmou. Segundo um participante das negociações, 'a idéia é ter um rascunho do acordo em junho e fechar o entendimento em julho'.

UE abre consulta sobre etanol - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007

Até junho, Bruxelas recebe avaliações sobre o setor

A União Européia (UE) abriu consulta pública para determinar sua estratégia para o desenvolvimento de etanol e a importação do combustível. Bruxelas deu prazo até junho para que organizações não-governamentais, produtores, empresas e mesmo outros governos mandem avaliações sobre o que deve ser a política européia para o etanol nos próximos 15 anos. O objetivo é garantir não apenas o fornecimento do combustível, mas elaborar um plano ambientalmente sustentável.

Os europeus estabeleceram que, até 2020, 10% de sua frota de carros deve ser alimentada por etanol. No total, 20% da energia da região deverá ser renovável em 15 anos. Para alguns integrantes da Comissão Européia, a região não tem terras suficientes para produzir o combustível na quantidade necessária. A solução seria importar etanol, por exemplo, do Brasil. Mas ONGs alertam que não seria razoável lutar contra as emissões de gás carbônico na UE importando de locais onde a produção de cana seria responsável pelo desmatamento.

Uma das soluções seria a criação de um selo ambiental para as importações. 'Os biocombustíveis têm papel central na segurança do fornecimento de energia e na redução de emissões de gás no transporte. O combustível ainda oferece novas fontes de renda para aqueles que dependem da agricultura, tanto na Europa quanto em países em desenvolvimento', afirmou o comissário europeu de Energia, Andris Piebalgs.

Segundo ele, porém, essas vantagens não podem ser 'compensadas por danos ambientais causados pelo uso inapropriado da terra ou processos ultrapassados'.

A UE está recebendo avaliações sobre como um sistema sustentável de produção deve ser desenhado; como os efeitos para a terra devem ser monitorados; como uma segunda geração de etanol deva ser encorajada; e o que deve ser feito para obter a meta de 10%.

Países ricos tiram etanol da lista de bens ambientais - Assis Moreira – Valor Econômico –Primeiro Caderno – Brasil- 02/05/2007

Os Estados Unidos, a União Européia (UE) e outros países industrializados acabam de apresentar uma proposta pela qual deixam de fora o etanol de uma nova lista de bens ambientais para terem redução ou eliminação de tarifas na Rodada Doha. O Brasil reagirá hoje com uma mensagem clara: primeiro, não quer lista nenhuma. Mas se lista houver, ela terá de incluir o etanol, ser restrita e claramente identificada com bem ambiental. Do contrário, Brasília bloqueará sua aprovação.

A orientação de condicionar qualquer lista à inclusão do etanol partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo fontes de Brasília, diante da rejeição dos Estados Unidos de baixar a alíquota para o produto.

Durante a visita do presidente americano George W. Bush a São Paulo, em fevereiro, a representante comercial Susan Schwab disse a empresários brasileiros que a tarifa de 54 centavos nos EUA não estava sujeita a qualquer compromisso de redução por parte de Washington, seja em que rodada for.

Por isso, segundo ela, mesmo se a Rodada Doha aprovar redução nas tarifas para etanol, a taxa de 54 centavos permanece inalterada. A existência de uma lista de produtos ambientais para ter corte tarifário maior do que de outros produtos causa uma verdadeira batalha. Na primeira lista, foram incluídos cerca de mil produtos, com visível exagero. A Suíça colocou até barco a vela, enquanto os asiáticos incluíram bicicletas.

Agora, os países ricos reduziram a demanda para cerca de 400 bens ambientais, como alternador de corrente, produtos para controle da poluição do ar, equipamentos de energia renovável, tratamento de água potável etc. Ocorre que o produto mais em voga na agenda internacional, que é o etanol, continuou fora, apesar de o Brasil insistir com esse produto praticamente desde o começo da rodada.

Enquanto isso, a UE, que também impõe alta alíquota na importação de etanol, abriu discussão pública para estabelecer etiquetagem de biocombustível ecologicamente sustentável. A idéia é de estimular o etanol que é produzido poupando a emissão de gás de efeito-estufa, que não estrague a floresta nem a biodiversidade. Bruxelas quer negociar acordos bilaterais, para fazer esses critérios respeitados. Em troca, o país com a etiquetagem poderia se beneficiar de tarifa mais baixa para vender seu biocombustível na Europa.

Na Suíça, o presidente da Nestlé, Peter Brabeck, atacou a produção de etanol a partir de certos alimentos. Segundo ele, são necessários 4.560 litros de água para produzir um litro de etanol de milho, o que deveria levar à discussão sobre a oportunidade deste uso. Seu porta-voz esclareceu que Brabeck considera que outros tipos de etanol são mais ecológicos, mas não mencionou o Brasil.

Texto agrícola reativa negociações de Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Primeiro Caderno – Brasil- 02/05/2007

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, intensificou articulações com os principais parceiros na Rodada Doha para tentar romper o impasse na negociação agrícola até meados de junho. O debate agora foi reativado tendo como base o novo documento do mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, apontando "o centro de gravidade" para possível acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Amorim falou com a representante comercial americana Susan Schwab e o comissário europeu Peter Mandelson na segunda-feira. Ontem, foi a vez do embaixador brasileiro telefonar para Pascal Lamy, diretor-geral da OMC. O ministro mantém otimismo de que um acordo estaria próximo, segundo fontes. A próxima reunião ministerial do G-4, dias 16 e 17 deste mês, será em uma capital européia.

A preparação da reunião começou ontem, com um encontro de altos funcionários dos quatro países em Londres. Os Estados Unidos estão sob crescente pressão para indicar enfim ao Brasil, União Européia (UE) e Índia, seus parceiros no G-4, até onde aceitam reduzir seus subsídios agrícolas, para desbloquear a negociação agrícola.

As bases para o acordo agrícola na Rodada Doha

Documento do mediador agrícola Crawford Falconer

1. Apoio doméstico

- **Total dos subsídios** que distorcem o comércio (caixas + amarela + azul + de minimis): EUA cortam o total para menos de US\$ 19 bilhões. O país tem o direito hoje de dar até US\$ 49 bilhões, mas em 2006 o montante real foi de US\$ 11 bilhões; UE corta mais de 70% (75% deixariam os europeus com US\$ 37,4 bilhões). Japão corta entre 53% a 75%; Países em desenvolvimento cortam dois terços da redução prevista.

- **Caixa amarela** (apoio a preço ou subvenção ligada à quantidade produzida): UE 70% de corte; EUA e Japão, 60%; outros entre 37 e 60%; Países em desenvolvimento: dois terços do corte previsto em períodos mais longos. Não há conclusão sobre limite de subsídio por commodity.

- **Caixa azul** (pagamentos governamentais aos produtores associados à redução da área plantada ou manutenção do tamanho dos rebanhos): limitado a 2,5% da produção agrícola. Hoje é sem limite.

- **De minimis** (autoriza hoje subsídios equivalentes a 5% da produção agrícola para os países desenvolvidos e 10% para as nações em desenvolvimento): corte de "no mínimo" 50% em país desenvolvido e de 30% nos em desenvolvimento.

- **Algodão:** corte especial continua em debate.

Fausto Spina/Agência de Notícias

2. Acesso ao mercado

- **Fórmula:** corte médio acima de 50%. As bandas da fórmula são baseadas em proposta do G-20. Na banda de corte maior, UE propõe redução de 60% e os EUA, de 85%, e dependerá do tratamento de produtos sensíveis. Flexibilidade para países com mais produtos na banda de corte maior (G-20 propõe que essa banda seja para tarifas acima de 75%). Para países em desenvolvimento, corte de dois terços, mas pode ser menos do que 2/3 do corte médio dos industrializados.

- **Produtos sensíveis** (países ricos podem continuar protegendo determinadas commodities com altas tarifas): entre 1% e 5% dos produtos.

- **Produtos especiais** (redução tarifária menor para países em desenvolvimento, por razões de segurança alimentar, desenvolvimento rural, pobreza): entre 5% e 8% dos produtos; tratamento dos produtos continua polêmico.

- **Salvaguarda agrícola especial:** Se for renovada, terá cobertura consideravelmente reduzida.

3. Subsídios à exportação

- **Eliminação até 2013:** metade seria cortado ao final do segundo ano do acordo (2010) para o valor dos subsídios a exportação.

- **Ajuda alimentar, empresas estatais, créditos a exportação:** tudo em aberto

O primeiro dia de reunião de altos funcionários foi qualificado de "bom" por um negociador, sem entrar em detalhes por causa do único acordo até agora entre eles: confidencialidade. Mas os Estados Unidos de novo não teriam colocado uma cifra na mesa de negociações, sobre o corte que agora aceitariam fazer. Em Genebra, o embaixador americano junto a OMC, Peter Allgeier, afirmou que Washington continuava examinando o documento do mediador agrícola, no qual os EUA são cobrados a fazer concessões, se querem realmente chegar a um acordo.

O mediador Crawford Falconer participará hoje de reunião em Londres com o G-4. Seu documento - divulgado na segunda-feira - foi considerado útil e estimulou o debate dentro e fora de Genebra. "É uma boa base para se buscar convergências", avalia o embaixador brasileiro Clodoaldo Huguene, lamentando em todo caso a "timidez" do negociador na área de subsídios domésticos.

Falconer sugeriu que os EUA aceitem reduzir o total de suas subvenções a menos de US\$ 19 bilhões, abaixo da proposta americana de US\$ 23 bilhões. Ocorre que as ajudas agrícolas que distorcem o comércio por parte dos EUA foram estimadas em US\$ 10,9 bilhões no ano passado, segundo um estudo canadense.

O mediador qualificou de "inconcebível" que Washington queira ter o direito, após a Rodada Doha, de dar mais subsídios que distorcem o comércio do que antes. Certos

negociadores estimam que a administração Bush poderia aceitar redução para US\$ 17,5 bilhões, o que significa US\$ 5 bilhões a menos que sua proposta atual.

Politicamente, será complicado o próprio G-4 justificar acordo com subsídios americanos acima de US\$ 15 bilhões. Certos negociadores estimam que tudo será questão de "combinação" dos cortes e das disciplinas para evitar comércio desleal.

Crawford Falconer acha que, quanto mais corte nas tarifas, maior poderá ser a redução nos subsídios domésticos. E vê possibilidades de redução média acima de 50% nas alíquotas.

O Valor apurou que, de fato, a União Européia já chegou a propor no G-4 e também para algumas delegações em Genebra um corte médio de 54%. Como vai designar vários produtos sensíveis (com corte menor), a recompensa aos exportadores viria com eliminação específica de tarifa para alguns produtos tropicais. Ocorre que os outros países suspeitaram que isso incluiria produtos que no fundo não tem comércio, e recusaram a proposta européia.

É verdade que ninguém, entre exportadores e importadores, se declara contente com os "centros de gravidade" de Falconer. Mas isso faz parte da negociação. Todo mundo reclama até o último momento. O sentimento generalizado é de que agora o G-4 se move ou a negociação fracassa de vez em algumas semanas. E o grande acusado, no cenário atual, serão os Estados Unidos.

No documento de Falconer, ainda no grupo de benefícios ligados ao apoio doméstico, o grupo conhecido como caixa amarela (que reúne os instrumentos de apoio a preço ou subvenção ligada à quantidade produzida) teria um corte de 70% na União Européia, enquanto para Estados Unidos e Japão o corte seria de 60% e para outros países, ficaria entre 37% e 60%. O texto, contudo, não trouxe conclusões sobre limite de subsídio por commodity.

Subsídio à pesca opõe Brasil e EUA - Assis Moreira - Valor Econômico - Agronegócios - 02/05/2007

O Brasil marcou sua diferença ontem com os Estados Unidos sobre o futuro do setor pesqueiro internacional, em discussões na Organização Mundial do Comércio (OMC). Brasília quer assegurar o direito de dar subsídios para a construção de barcos, combustível e pesca artesanal. Ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC), entrou pela primeira vez em debate proposta dos EUA pela eliminação dos subsídios para o setor, com Washington insistindo que tinha o apoio do Brasil.

Em sua reação, a delegação brasileira foi positiva, mas destacou a "diferença básica" com Washington: quer "tratamento especial e diferenciado" aos países em desenvolvimento, para poderem subsidiar certas atividades que não aumentariam a superexploração da pesca. Os EUA insistem que é preciso saber com clareza em que contexto essa cláusula será aplicada.

Já a ONG Oceana, que assessora os EUA na área ambiental, distribuiu estudo canadense estimando que quase toda ajuda dada hoje pelo Brasil ao setor se enquadra na categoria de "subsídio ruim", porque elevaria o excesso de capacidade "e outras práticas

pesqueiras destrutivas". Mas a Oceana acha que a posição brasileira evoluiu, e o tratamento especial que defende é negociável.

Globalmente, os subsídios à pesca são estimados entre US\$ 30 bilhões e 34 bilhões por ano, desembolsados sobretudo pelo Japão, União Européia e China.

Estima-se que 75% das espécies comerciais de maior valor econômico estão atualmente sobre-exploradas, e que o poder de captura das embarcações no mundo seja 250% superior à possibilidade sustentável de oferta.

Mercosul precisa dos EUA para crescer, diz Gutierrez - Patrícia Campos Mello - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/05/2007

Secretário americano critica Venezuela e destaca que bloco necessita do comércio com o país e com a UE

O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutierrez, afirmou ontem que o Mercosul precisa pensar em comércio com os Estados Unidos e com a União Européia se realmente quiser crescer.

'Se eles realmente quiserem crescer e expandir seu comércio, precisam pensar além dos quatro ou cinco países do bloco', disse Gutierrez, referindo-se ao Mercosul. 'Nós aconselhamos o Mercosul a pensar sobre os Estados Unidos e a União Européia', disse o secretário de Comércio durante conferência do Conselho das Américas no Departamento de Estado.

Gutierrez aproveitou para passar um recado ao Congresso americano: se os congressistas não aprovarem os tratados de livre comércio com Panamá, Peru e Colômbia, eles vão beneficiar países que não apóiam a democracia e o livre mercado, como a Venezuela.

'Colômbia, Panamá e Peru são nossos aliados - a rejeição dos acordos de comércio trará não apenas conseqüências econômicas, mas também problemas para nossa política externa. Se o Congresso bloquear os acordos, vai criar oportunidades para os países do hemisfério que não compartilham de nossos valores democráticos', disse Gutierrez.

O secretário foi bastante crítico em relação às políticas adotadas pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez. 'Alguns acham que a nacionalização é o caminho para o futuro - mas eles estão apenas voltando a políticas que fracassaram no passado', disse Gutierrez. 'Usando a bandeira de justiça social, estão adotando políticas que vão deixar todos mais pobres.'

GRAU DE INVESTIMENTO - O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também participou da conferência e afirmou que, para o Brasil, o grau de investimento 'é

uma questão de tempo'. 'Vamos ganhar a classificação de grau de investimento, é inevitável', disse ele.

'A relação dívida/PIB (Produto Interno Bruto) está em 45% e vai chegar a 37% em 2011, o volume total da dívida externa soberana é de US\$ 62 bilhões e nós temos quase US\$ 120 bilhões em reservas, a inflação está dentro da meta, e com os dados revistos do PIB crescemos 4,1% - ou seja, juntando tudo, o grau de investimento está vindo.'

ALERTA

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo de Rato, alertou para os efeitos na América Latina de uma 'aterrissagem forçada' da economia americana. 'Se os desequilíbrios globais se equacionarem de forma desorganizada, isso trará consequências muito sérias para a América Latina', disse Rato.

Segundo ele, uma aterrissagem forçada da atividade americana poderia reduzir o crescimento de seis das maiores economias da América Latina - Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru - de 4% ao ano para 2,75% em 2007 e 1,5% em 2008.

País é o líder na América do Sul - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/05/2007

As viagens do presidente Lula ao Chile e à Argentina, desenvolvendo a sua diplomacia sul-americana do álcool, é um nítido e claro afastamento da influência negativa do presidente venezuelano, Hugo Chávez, que predominou durante todo o seu primeiro mandato.

As palavras amenas que Lula usou ao falar das suas relações com o presidente-ditador podem ser consideradas apenas como cortesia diplomática. Não há razão para confrontá-lo como não existe motivo nenhum, absolutamente nenhum em entregar ao 'general' Chávez a liderança política da América do Sul. Se há um país ao qual cabe liderar, é o Brasil pelo seu potencial político, econômico e pela sua presença no cenário mundial. Não à pequena Venezuela, que nada mais tem a não ser petróleo, isolada pelo seu regime político híbrido de ditadura de fato e parlapatice socialista (melhor seria socialistóide), sem pé nem cabeça.

Pela primeira vez em mais de quatro anos, Lula se opôs à violenta crítica da Venezuela ao álcool. Disse que não cabe a ninguém interferir nos negócios brasileiros e distanciou-se do tal Banco do Sul, perguntando: 'Afinal, o que é isso?'E ninguém soube responder.

No fundo, estão sonhando com os US\$ 120 bilhões das crescentes reservas brasileiras. Entramos com a maior parte e eles, os nossos parceiros sulinos, com nada.

ESTAMOS NO MUNDO, ELES NÃO - Não há comparação possível, absolutamente nenhuma, entre a nossa posição no cenário político-econômico mundial e os demais países sul-americanos, principalmente a Venezuela que, tendo como parceira só a China por causa do petróleo (ah, esqueci Cuba...), se isola cada vez mais e agora anuncia um escudo antimísseis para fazer frente à próxima invasão americana. Por favor, não riem porque Hugo Chávez está delirando sério.

Mesmo tendo pequena participação no PIB mundial (2%) e no comércio (1,2%), nossa presença é maior do que a de todos os demais países do continente.

E, a acreditar na nova linha diplomática do atual governo, nossa nova aproximação com os países desenvolvidos nos insere cada vez mais no contexto internacional.

ÁLCOOL, A PALAVRA FINAL DA FAO

Um dos pontos de inserção é a diplomacia do álcool. Na reunião do Chile, a FAO, organização da ONU que acompanha a produção e o abastecimento de alimentos no mundo, deu sua palavra final. Não há choque entre produzir biodiesel (usaram uma expressão feliz, 'plantar' biodiesel) e produzir alimentos. Informa que o mundo não usa metade das áreas potencialmente aptas para a produção agrícola.

É FOME. É CORRUPÇÃO

Tem mais, os estoques atuais são suficientes para atender amplamente os 6 bilhões de habitantes do mundo. Lula fala em 12 bilhões. Não é comida que lhes falta. É renda. Pelo menos 1 bilhão vive abaixo da linha da pobreza e mais do que isso, na miséria. A coluna acrescenta, além da falta de renda há o excesso de corrupção. Pode doar-se o que quiser para os países africanos e alguns asiáticos que o alimento não chega às suas mãos. É roubado pelas autoridades no meio do caminho. A corrupção é até maior do que a falta de renda. É isso.

O presidente Lula deveria acrescentar à sua louvável campanha pela fome zero uma outra: corrupção zero também.

NÃO HÁ OPOSIÇÃO SUSTENTÁVEL

Com isso, caem por terra os argumentos de Fidel Castro (de Cuba) e Chávez, contra o cultivo de cana e a disponibilidade de alimentos no mundo. Alguns argumentos também levantados nos EUA por empresas interessadas no uso do petróleo também soam falaciosos. Não cabe o argumento de que os EUA ficariam muito dependentes do Brasil quando dependem intensamente do petróleo do Oriente Médio. Estultice sem pé nem cabeça. São interesses próprios contrariando o bem-estar da humanidade.

O BRASIL ESTÁ CERTO - O presidente e o Brasil estão certos ao terem abraçado a campanha pelo álcool. Ele é multipositivo. Despolui a natureza inundada por CO2, atenua os seus efeitos sobre o aquecimento ambiental e, ao mesmo tempo, atende a uma camada

enorme da população ao gerar milhares e milhares de empregos no campo e na indústria. Por isso, Lula está certo ao dizer não à demagogia do seu colega venezuelano, ao se afastar dele e desse patético Evo Morales (da Bolívia) para se aproximar dos países desenvolvidos. Não só dos EUA, mas da Europa e da Ásia também, sedentos pelo nosso álcool.

Aos poucos, os opositores estão se calando e até mesmo Chávez encolheu-se e mandou importar álcool. Do Brasil. O álcool como combustível é completo e veio para ficar. O mundo, está esperando por nós.

CORREÇÃO

Na coluna de domingo, no entretítulo '...e a Europa também', o correto é dizer que a Europa decidiu negociar com o Leste Asiático.

*E -mail: at@attglobal.net

Em pé de guerra – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 03/05/2007

BRASÍLIA - Hugo Chávez e Evo Morales empunham a arma do petróleo e do gás, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva ataca com o álcool combustível. Agora é saber como vão se comportar os outros atores no campo de batalha. O comandante Fidel já se posicionou a favor do exército chavista-evista, ao tentar desarmar a tese do biocombustível sob o pretexto de que vai dizimar as lavouras e aumentar a fome no mundo.

A tendência é que outro foco de apoio venha do Equador, onde Rafael Correa acaba de assumir a Presidência, ainda está se digladiando com organismos econômicos, como Banco Mundial e FMI, e não assumiu nenhum dos dois lados. Como Fidel, o comandante Bush já estava posicionado preventivamente, só que, claro, contra Chávez e Morales e a favor de Lula e dos biocombustíveis. Brasil e EUA são aliados nessa guerra.

E a tendência é que Tabaré Vázquez, apesar da história e das alianças de esquerda, tente ser no mínimo neutro. Ao lado de Chávez e de Morales, contra Lula e Bush, não deve ficar. Afinal, o Uruguai depende da carne para sobreviver, e isso significa vender para os EUA. Tanto que Tabaré quase, quase fechou um TLC (Tratado de Livre Comércio) com os americanos. Lula segurou.

No meio disso, há um presidente que tem tido um comportamento muito particular: Néstor Kirchner, da Argentina. Não sabe nem quer saber de guerras em torno de petróleo ou biocombustíveis. Digamos que não perde energia com isso. Vira e mexe dá uma cutucada em Lula e faz um bom acordo para os argentinos com Chávez. Não por ideologia, mas por pragmatismo.

É curioso, mas Lula é o líder anti-Chávez, e é por isso que os acordos com Morales em torno do preço das refinarias da Petrobras têm de ser milimetricamente analisados. Afinal, guerra é guerra. Nessa, o Brasil não precisa ganhar muito, mas também não pode perder.

elianec@uol.com.br

Pressão para que países ricos assumam culpa pelo aquecimento global – O Globo on line e o O Globo – 03/05/2007

BANGCOC e BRASÍLIA - Brasil e a Índia se uniram na quarta-feira à China para exigir mudanças no texto do terceiro relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC, na sigla em inglês), que está em discussão em Bangcoc, na Tailândia. Cientistas e representantes de cerca de 150 países definem, até sexta-feira, as mudanças que terão de ser feitas no fornecimento de energia, nos transportes, habitação, agricultura, indústria e manejo de resíduos para ajudar a combater a mudança climática.

Os três países querem ver incluído no texto final um parágrafo no qual se diz que "se os países com alta taxa de emissão per capita de gases-estufa não reduzirem suas emissões significativamente, será difícil fazer progressos substanciais no combate do aquecimento global". Os países com alta taxa per capita são as nações desenvolvidas. Embora vá se tornar o maior poluidor do mundo até o fim deste ano, a China tem baixa emissão per capita, já que este índice está associado também ao nível de consumo.

- Eles exigem a declaração de que as emissões acumuladas pelos países industrializados são muito elevadas, cerca de 75% do total - disse à revista britânica "New Scientist" um delegado que participa da reunião do IPCC.

Esta semana a China praticamente bloqueou as negociações ao propor a maioria das 1.500 emendas apresentadas ao sumário do relatório de apenas 24 páginas.

O relatório do IPCC não tem valor legal. É um documento científico, mas de grande credibilidade e peso político, já que é fruto do trabalho de mais de 2.000 cientistas e representantes de cerca de 100 países.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse na quarta-feira, em Brasília, que o Brasil tem posições em comum com a China e a Índia sobre a responsabilidade dos países desenvolvidos pelo aquecimento global. O raciocínio é que as economias desenvolvidas poluíram o planeta durante mais de um século e agora devem empreender maiores esforços para recuperar o meio ambiente.

- Os países desenvolvidos não podem abdicar das suas responsabilidades. Nós temos as nossas e vamos cumpri-las - disse Celso Amorim.

Segundo ele, é natural que o Brasil tenha um papel de destaque na discussão de temas ambientais. Ele lembrou que a matriz energética do país não é poluidora, pois tem como principal fonte a energia hidrelétrica.

Pelo Acordo de Kioto, somente os países industrializados têm cotas obrigatórias de redução de emissão de gases do efeito estufa. No entanto, Estados Unidos e União Européia pressionam para que países em desenvolvimento, em especial Brasil, China e Índia, também sejam obrigados a fazer reduções. Enquanto China

e Índia têm uma economia em franco crescimento baseada numa matriz energética considerada suja - principalmente carvão - o Brasil é criticado pelas queimadas na Amazônia, que o colocam entre os maiores poluidores do planeta.

O desmatamento é justamente o principal problema brasileiro no que diz respeito a mudanças climáticas. Luiz Pinguelli Rosa, coordenador do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ e secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, diz que o próprio Brasil deveria determinar metas de redução de desmatamento:

- O Fórum apresentou um pacote de medidas ao governo brasileiro, como uma contribuição ao Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas. E certamente o combate das queimadas é a principal delas.

LEIA MAIS:

Países em desenvolvimento freiam emissões de gases, diz ONU

'Etanol brasileiro é uma opção melhor'

IPCC pode propor teto para emissões de gases

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

Integração com América do Sul é demorada e difícil, diz Lula - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 03/05/2007

Um dia depois de o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, anunciar o controle operacional sobre os projetos de petróleo da região da Faixa do Orinoco e de o presidente da Bolívia, Evo Morales, ameaçar romper os contratos com a Petrobras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender uma política de integração na América do Sul. Durante cerimônia de formatura de novos diplomatas do Instituto Rio Branco, Lula afirmou que "não há outro caminho para a América do Sul que não seja o da construção de um espaço econômico, político e social integrado".

Em nenhum momento Lula citou diretamente os atritos com a Venezuela ou a Bolívia, mas alertou que essa integração é tarefa para longo prazo, sendo natural que surjam dificuldades no caminho. "As relações que mantemos com nossos vizinhos nunca foram tão densas e intensas. Não foi fácil superar décadas de distanciamento entre nós. O processo de integração pode ser às vezes turbulento, mas é indispensável", reforçou.

Para o presidente, os países não podem se render aos interesses imediatistas ou às dificuldades conjunturais, mas ele reiterou que a integração não pode ser assimétrica. "Ela só será efetiva se tivermos a ousadia de buscar soluções que atendam aos objetivos de todos, especialmente os menos favorecidos. Afinal de contas, isso é o que estamos fazendo em nosso próprio país", disse o presidente.

Lula também atacou os críticos da política externa brasileira, que acham que o Brasil age com uma condescendência exagerada diante das ameaças bolivianas. "Humildade não é fraqueza, solidariedade não é sinônimo de ingenuidade. Para ser solidário é preciso ter firmeza e acreditar no que defendemos, afirmou o presidente.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, minimizou a crise com a Bolívia, lembrando que "a ameaça de um rompimento unilateral acabou não se concretizando".

Amorim assegurou, na formatura, que o presidente Lula vem acompanhando de perto a questão da Bolívia e que o Itamaraty conseguiu agir para que a situação não se complicasse ainda mais. "Mas não nos cabe discutir a questão de preços. Essa negociação caberá ao ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e ao presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli". O chanceler disse que ambos devem retomar as conversas com o governo boliviano a partir de hoje.

O vice-presidente, José Alencar, também procurou ser moderado em relação ao endurecimento de discurso dos presidentes sul-americanos. Afirmou que a nacionalização da produção de gás na Bolívia é uma decisão de governo que deve ser respeitada, desde que não fira os interesses brasileiros no país. "É importante o cumprimento dos acordos firmados com o governo e com as empresas brasileiras, que têm ajudado muito a Bolívia", afirmou.

Durante a cerimônia de formatura dos diplomatas, que sucedeu à entrega da Ordem de Rio Branco, o presidente Lula afirmou que o Brasil conseguiu aumentar o intercâmbio comercial com os países pobres, sem abrir mão das relações com os países desenvolvidos.

E sugeriu, diante dos novos diplomatas, que o Brasil instalasse embaixadas, se possível, em todos os países. "Não é você ter 30 embaixadores disputando para ver quem vai para Washington e não ter nenhum querendo ir para São Tomé e Príncipe", disse o presidente.

Lula admitiu a Celso Amorim que um de seus sonhos é ver o Brasil comprar as embaixadas no Exterior, em vez de prosseguir pagando aluguel. "Eu não sei qual é o falso moralismo ou qual é a implicância de que um país como Brasil não pode comprar embaixada lá fora. Comprar os nossos próprios, nos países estrangeiros, é uma demonstração de que a gente está naquele país, definitivamente", disse o presidente, que convidou ontem o ex-secretário de Imprensa André Singer para coordenar a criação da Universidade da América Latina, que seria instalada em Foz do Iguaçu.

Governo Bush pressiona Congresso a aprovar acordos comerciais - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Internacional - 03/05/2007

A capacidade dos Estados Unidos de exercer influência na América Latina sofrerá um abalo significativo se o Congresso americano continuar bloqueando os acordos comerciais assinados há meses com a Colômbia, o Peru e o Panamá, disseram ontem autoridades do governo e representantes de bancos e empresas multinacionais com negócios na região.

"Esses acordos têm importância estratégica", afirmou o subsecretário de Estado dos EUA, John Negroponte, durante uma conferência organizada pelo Conselho das Américas, um centro de estudos. "Se eles não forem aprovados, isso será visto como uma vitória das visões alternativas sobre o desenvolvimento econômico na região."

Os três acordos comerciais foram assinados no ano passado, mas não saíram do papel até hoje por causa de diferenças entre o governo e o Partido Democrata, que faz

oposição ao presidente George W. Bush e assumiu o controle do Congresso no início do ano, depois de sair vitorioso de uma eleição em que o ceticismo sobre os benefícios do comércio global foi um tema dominante.

Os democratas querem que o governo obrigue seus parceiros a adotar padrões internacionais de respeito a direitos trabalhistas e ao meio-ambiente, para evitar que os outros países tenham vantagens na competição com a indústria americana por terem leis mais tolerantes nessas áreas. Mas o governo e o Congresso ainda não conseguiram chegar a um acordo sobre a melhor maneira de fazer isso nos tratados que já foram assinados.

A conferência de ontem, realizada dentro do prédio do Departamento de Estado por uma organização financiada por algumas das maiores empresas americanas, foi coreografada com o objetivo de aumentar a pressão sobre o Congresso. O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, que se reuniu com Bush ontem pela manhã, foi logo depois ao evento pedir ajuda para vencer as resistências dos democratas.

"Virar as costas para estes países teria um efeito muito ruim na região", disse o secretário-assistente de Estado para assuntos da América Latina, Thomas Shannon, um dos arquitetos da recente reaproximação entre os EUA e a região. Os americanos têm procurado reforçar seus laços com países como o Brasil e a Colômbia, que são vistos em Washington como aliados nos esforços dos EUA para isolar líderes radicais, como o presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

O secretário de Comércio dos EUA, Carlos Gutierrez, que também participou da conferência, fez uma referência velada à Venezuela e à Bolívia, que estão forçando grandes companhias de petróleo a renegociar seus contratos. "Alguns países voltaram a políticas que fracassaram no passado", afirmou Gutierrez. "Não vêem que o que realmente precisam é de investimentos."

Ao defender a aprovação dos tratados comerciais pendentes no Congresso, Gutierrez sugeriu que no futuro os EUA poderão fundi-los com os acordos que têm com o México, o Canadá, o Chile e os países do Caribe e da América Central. É um projeto ambicioso, que faz parte dos sonhos da diplomacia americana desde que as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foram abandonadas.

É um plano que deixaria o Brasil na posição desconfortável do convidado que chega tarde demais à festa, mas quase ninguém fora da administração Bush acha que a idéia seja viável nos próximos anos. Além das dificuldades que uma negociação com um número tão grande de países envolveria, a resistência que o Congresso ofereceria seria provavelmente maior que a enfrentada hoje pela Casa Branca.

Acordo prevê Banco do Sul em junho - Marina Guimarães - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/05/2007

Presidente do Equador propôs um banco que seja alternativo ao Fundo Monetário e ao Banco Mundial

Os ministros de Economia ou Fazenda de Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela fecharam ontem um acordo que acelera a criação do Banco de Sul e

prevê para junho, em data a ser definida, a assinatura da ata de fundação. Pelo acordo, o banco começaria a funcionar antes do fim do ano.

Na abertura da reunião, que foi realizada em Quito, o presidente do Equador, Rafael Correa, propôs a criação de um banco de desenvolvimento e um fundo de estabilização para impulsionar o crescimento econômico e social da América do Sul. Pela proposta de Correa, o Banco do Sul será uma alternativa a organismos multilaterais como o Banco Mundial (Bird) ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A idéia é constituir um fundo que reúna as reservas monetárias dos seis países com as funções do Fundo Monetário Internacional (FMI), quando algum dos sócios tiver problemas de déficit. O FMI latino proposto por Correa integraria um banco para financiar projetos de desenvolvimento nos setores de infra-estrutura e luta contra pobreza. A proposta conseguiu o objetivo de avançar as negociações para criação do Banco do Sul, lançado no início do ano passado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, com apoio de Néstor Kirchner, da Argentina.

Participaram do encontro os ministros do Brasil, Guido Mantega; da Argentina, Felisa Miceli; da Bolívia, Luis Alberto Arce; do Equador, Ricardo Patiño; do Paraguai, Ernst Bergen; e da Venezuela, Rodrigo Cabezas. Segundo Mantega, o Brasil participou como membro de pleno direito, empenhado em fortalecer a integração da América do Sul. Ele afirmou que a criação do Banco do Sul é um passo em direção à formação de 'um grande bloco' de nações.

Mantega também destacou os avanços nas conversas sobre a criação de uma moeda única e disse que a experiência do Brasil e da Argentina, de fazer negócios com suas respectivas moedas nacionais, poderia se espalhar por todos os países sul-americanos.

COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Japão deveria acelerar utilização do etanol, diz ministro de Agricultura - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 04/05/2007

O ministro da Agricultura, Silvicultura e Pesca do Japão, Toshikatsu Matsuoka, disse ontem que seu país está "atrasado" em relação ao Brasil na pesquisa e utilização de biocombustíveis, como o etanol. Ele classificou o país como "o mais desenvolvido do mundo" nessa área.

Matsuoka justificou sua autocrítica. O Japão iniciou no dia 27 de abril os primeiros testes com o etanol em postos de abastecimento, enquanto o Brasil já mistura 23% de álcool à gasolina. A legislação japonesa prevê que a mistura deve chegar a 3%. Mas, segundo o ministro, a meta do Japão é alcançar 10%.

"Pretendo dedicar todas as forças ao meu alcance para que essa meta seja atingida, a fim de acelerar ao máximo o uso do etanol no Japão", disse Matsuoka. Ele ressaltou que o país deve seguir esse caminho devido aos problemas enfrentados pelo mundo com o aquecimento do global.

Durante os dois dias de visita a São Paulo, concluídos ontem, o objetivo do ministro japonês era ver de perto como funcionam os carros flex-fuel. Ele visitou a fábrica da Honda para avaliar como uma empresa japonesa empregava essa tecnologia. Matsuoka contou que dirigiu, pessoalmente, automóveis movidos à gasolina e a etanol e não percebeu "nenhuma diferença"

"A Honda é uma empresa produzindo carros com etanol no Brasil, mas não no Japão", disse o ministro. "É uma pena considerando que se trata de uma empresa japonesa." Mas ele deu parabéns à companhia pelo desenvolvimento da tecnologia.

Para Matsuoka, Brasil e Japão estão no limiar de uma terceira fase de cooperação agrícola, que já teve vários formatos. Primeiro, com a imigração japonesa e a introdução da avicultura no país. Depois, com o Projeto Cerrado, desenvolvido com tecnologia e recursos japoneses

Antes de chegar a São Paulo, Matsuoka esteve na Argentina e em Genebra, na Suíça, para discutir as negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC). Ele se reuniu com o diretor-geral da organização, o francês Pascal Lamy.

Na entrevista coletiva ontem em São Paulo, Matsuoka fez duras críticas ao esboço de acordo apresentado recentemente pelo mediador da negociação agrícola, o neozelandês Crawford Falconer. "Em vez de organizar, esse paper pode trazer confusão para as partes interessadas", disse. Ele ressaltou ainda que o esboço "não tem equilíbrio" e que as conclusões "não são realistas".

"Não entendemos que o paper representa uma proposta concreta, mas um conjunto de desafios", disse o ministro japonês. O documento sugere que o Japão corte entre 53% e 75% dos subsídios agrícolas que concede aos seus produtores. Para aqueles subsídios que mais distorcem o comércio, o corte seria de 60%.

Matsuoka ressaltou que uma série de países também não concorda com Falconer. Na sua avaliação, esse é o caso dos EUA, que reluta em reduzir os subsídios aos produtores, da Austrália e do Canadá, que querem ser mais ofensivos porque são exportadores, e da Índia, que não estaria satisfeita com a limitação dos produtos especiais.

"O Japão tem um papel bastante importante nas negociações, porque é o país que mais importa alimentos no mundo", disse Matsuoka. "E esse tipo de negociação não pode ser apenas com os países exportadores", completou. O ministro japonês reforçou que seu país não se considerou excluído, enquanto os entendimentos se restringiam a Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia. Isso porque, para o Japão, as negociações da OMC só agora estão "no ponto de partida". "O que puder ser cedido, certamente será cedido pelo Japão. O que não puder ser aceito, não será aceito", disse Matsuoka

Por Doha, EUA podem reduzir subsídio agrícola - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 04/05/2007

Os Estados Unidos explicitaram ontem pela primeira vez no G-4 que aceitam fazer uma "redução modesta" na sua proposta de US\$ 22,5 bilhões de subsídios agrícolas domésticos, para tentar desbloquear a Rodada Doha. Esta semana, o mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, avisara que um acordo agrícola só seria possível se Washington cortasse para menos de US\$ 19 bilhões as subvenções que distorcem o comércio.

No ano passado, os EUA só concederam US\$ 11 bilhões desse tipo de ajuda, graças à alta de preços das commodities. O mediador julga "inconcebível" que os americanos queiram sair da Rodada Doha com mais subsídios do que entraram.

Até recentemente, Washington não discutia cifras. Mas na reunião com o Brasil, União Européia e Índia, encerrada ontem em Londres, os americanos foram "mais explícitos" sobre o que podem e não podem fazer.

Mas os americanos insistiram para manter a cifra em segredo. A preocupação de Washington é tão grande com pressões dos lobbies e políticos na atual situação, que se recusa a admitir publicamente qualquer concessão enquanto não tiver certeza do movimento dos parceiros. Em todo caso, apesar do maior engajamento americano da discussão sobre números de cortes e de possibilidades de aproximação em alguns pontos, o G-4 continua longe de um entendimento.

A questão de disciplinas do acordo agrícola, por exemplo, para limitar o volume de subsídios por commodity, ainda precisa de muita negociação. Com relação a corte de tarifas agrícolas, a discussão deixou "mais claras as opções" que restam aos países. A questão agora é qual delas escolher. A barganha fica com os ministros, que reúnem nos dias 17 e 18 em Bruxelas.

A UE tem admitido corte médio nas tarifas agrícolas para quase 50%, mas negociadores acham que pode chegar a bem mais. Depende de uma combinação de barganhas, incluindo abertura para produtos industriais nos grandes emergentes, como Brasil e Índia.

A insatisfação ficou clara para alguns negociadores em relação aos "produtos sensíveis e produtos especiais", pelos quais países ricos e em desenvolvimento, respectivamente, poderão manter altas tarifas para proteger seus agricultores. O mediador agrícola propusera limitar os "sensíveis" a algo entre 1% a e 5% das linhas tarifárias, e os "especiais" algo entre 5% e 8%.

A questão é se o G-4 vai chegar suficientemente rápido a um acordo ou se a discussão volta à OMC. O documento do mediador agrícola já obrigou os quatro países a aprofundarem as discussões. Se eles demorarem muito, o mediador vai colocar seu segundo documento de "centros de convergência" de um acordo, pondo mais pressão sobre o G-4 e provavelmente puxando a discussão de volta para Genebra.

O Brasil na economia internacional - José Hage – Valor Econômico –Opinião - 04/05/2007

Os assuntos sobre questões energéticas sempre marcaram presença nos debates políticos em todo o século XX. Em alguns momentos eles emergiam de modo direto, caso da crise da Opep, de 1973, em que ficou claro o peso que o petróleo exerce na vida político-econômica dos países, industrializados ou não. Em outros instantes históricos, os temas de energia também marcaram presença, mas não de forma direta, como ocorreu com o concerto anglo-francês para administração do Oriente Médio após a derrota dos turcos, em 1918. Com o final da Primeira Guerra passou a ficar claro que se preocupar com aquela parte do mundo não era somente um apego à necessidade da paz, mas também de segurança energética.

E sem se prender a reducionismos, que normalmente existem no assunto sobre temas energéticos, há como se verificar que a "questão petróleo" guarda ainda muito peso nos negócios internacionais. Sobre esta afirmação pode-se ver o empenho dos Estados Unidos em cortar parte de sua dependência dos hidrocarbonetos importados do Oriente Médio e outros.

O que era evidente em todo o século XX não deixou de sê-lo no atual. Ao contrário, pois está cada vez mais evidente que as questões energéticas são um capítulo complexo da atividade política em todas as suas vertentes, valendo de igual forma para a congênera internacional. Quer dizer, debater e cuidar da energia passou a ser também uma tarefa da área externa que deverá, cada vez mais, dar conta de um tipo de assunto que há muito tempo passou a ser interesse diplomático.

Este século jogou luz nas tensões mais graves que os estudiosos da energia e da política poderiam esperar. O petróleo mais bem valorizado no mercado internacional, o arabian light, por carregar menos metal pesado, está com os dias contados. Dependendo da metodologia dos cálculos, o energético deve durar até 2050 para, daí, passar a declinar. Já outras variantes com maior presença de chumbo, ainda com contabilidade razoável para acabar a partir de 2100, não são de uso conveniente por causa da forte complicação do meio ambiente, do aquecimento global que já se faz presente. No campo dos pesados encontra-se o petróleo chinês.

O petróleo pesado, ao contrário do arabian light, tem contratempos não somente no aspecto ambiental, mais poluidor: ele também é complicado em sua comercialização em virtude das dificuldades no refino.

Por isso, a conformação da geopolítica energética, em parte, pode se alterar em virtude do exposto acima. Claro, não sem os esperados conflitos de várias dimensões, pois a questão petróleo ainda é grande importância para os peso-pesados da política mundial, Estados Unidos, China e Rússia, cada um com suas particularidades em face da necessidade de hidrocarbonetos, comprando ou vendendo-os.

Deve-se contar com a possibilidade do Brasil ser convocado a ocupar lugar de destaque em um tema que não pode haver vacilo

Contudo, se ocorrer a transformação da geopolítica na energia, o Brasil poderá ocupar lugar de destaque no fornecimento de energia, de biocombustíveis derivados de insumos renováveis e, por conseguinte, na política internacional. Daí vem a pergunta: será que o Brasil já está pronto para ocupar um lugar de preeminência, justamente em uma área tão delicada politicamente? Eis uma indagação que não se limita, nem pode, apenas aos tomadores de decisão profissionais, da burocracia especializada. De igual modo, o tema convoca os empresários mais bem situados para se ocupar de problema da maior importância ao país: a possibilidade de o Brasil ser convocado a ocupar lugar de destaque em um tema que não pode haver vacilo.

Por quê? Porque é evidente que assuntos energéticos tocam, em primeiro grau, ao Estado. Mas não só de Estado deve desenvolver a economia da biomassa. Aliás, ninguém duvida disso. A questão de fundo é saber sob quais regras e garantias o setor de produção de etanol terá para obter a consecução da segurança energética em um tópico que depende amplamente do empresariado específico e de seu empenho para a produção ótima do etanol.

A burocracia pública não planta cana. Quem se encarrega da produção é o agente empresarial e, por ser assim, o Brasil deverá ter, de modo franco, um projeto estratégico

para que fique patente o papel a ser desempenhado por cada um dos setores. Nessa estratégia, o Estado tem de ser o garante para que a produção canavieira tenha as condições necessárias para fim esperado: infra-estrutura adequada, portos, estradas e uma boa atividade política para o setor.

Já do lado empresarial a certificação de que sua atividade não deve ser volátil e vulnerável aos estilos econômicos da moda. O que temos de evitar é aquilo que aconteceu no ano de 1990, em que houve crise do abastecimento de álcool com relativo poder de estrago para os consumidores. O que podemos dizer é que aquela crise foi fruto de um embate mal resolvido entre os "canavieiros" e o poder público, fazendo cabo-de-guerra com assunto que, guardada as devidas proporções, poderia ter o efeito semelhante à crise da Opep, de décadas antes, se ocorresse na atualidade, ainda mais com a grande quantidade de veículos Flex que rodam atualmente. Privilegiar a produção de açúcar refinado em detrimento do álcool foi uma maneira do setor compensar as mudanças da economia externa.

O que temos de observar são as ferramentas políticas encontradas em alguns dos países industrializados, cuja autoridade e estratégia não estão em jogo por causa de modismos, nem em virtude das alterações programáticas dos partidos políticos. Caso do Reino Unido, que conseguiu estabelecer uma linha coerente de conduta respeitando a tarefa do Estado e do empresariado.

Ocupar lugar de destaque na área da energia certamente traz mérito e prestígio para o Brasil. Mas a advertência tem de ser antecipada como prudência: se houver vacilo ou crises internas no etanol, o estrago que tal ato fará na política brasileira será maior do que se o país se limitasse somente a exportar café. Claro, todos nós torcemos para que isso nunca aconteça.

José Alexandre Altahyde Hage é doutor em Ciência Política Pela Unicamp e professor de Relações Internacionais da Trevisan e da Unibero (Anhanguera Educacional).

Países da América do Sul concordam com criação de banco de fomento - Reuters, em Quito, da Redação – Folha de São Paulo – 04/05/2007

Ministros de seis países, incluindo o do Brasil, reuniram-se em Quito ontem

Os ministros da área econômica de Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela decidiram ontem avançar na criação de um banco de desenvolvimento e de um fundo de estabilização macroeconômica para respaldar financeiramente a região.

A iniciativa foi acertada durante uma reunião em Quito (Equador), segundo o esboço do memorando de entendimento que seria assinado ainda ontem e ao qual a agência de notícias "Reuters" teve acesso.

O documento prevê que os seis países priorizarão a criação de um banco de desenvolvimento e o fortalecimento do Fundo Latino-americano de Reservas como um organismo que ajudará os países a enfrentar crises.

A resolução marca uma mudança em relação à proposta original da Venezuela, de integrar uma só entidade sob o nome de Banco do Sul.

Embora dê apoio à iniciativa, o governo brasileiro deixou claro que faz questão de participar das discussões para a elaboração do projeto.

Essa instituição seria implantada até o fim do segundo mandato do presidente Lula, em 2010, e funcionaria como uma espécie de embrião de um banco central do Mercosul e de uma moeda única para a América Latina.

Que liderança é essa? – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/05/2007

O governo brasileiro continua a apoiar a criação do Banco do Sul, uma aventura financeira agora com data marcada para começar. Reunidos em Quito, ministros da Economia e da Fazenda do Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela marcaram para junho a assinatura da ata de fundação. A idéia é constituir um banco de desenvolvimento e um fundo de estabilização - este destinado a cumprir o papel de um Fundo Monetário bonzinho e provavelmente irresponsável. O governo brasileiro, representado no encontro pelo ministro Guido Mantega, insiste em participar da elaboração do projeto. Esta exigência seria só uma redundância, risível como tantas outras, se não denunciasse o cerco imposto às autoridades brasileiras pelos mais ativos defensores da proposta, os presidentes Néstor Kirchner, da Argentina, Hugo Chávez, da Venezuela, e Rafael Correa, do Equador. Este foi o principal formulador da idéia de um FMI disposto a socorrer sem condições países sul-americanos em crise.

Lançada no começo do ano passado, a proposta do Banco do Sul tinha uma inspiração facilmente identificável. O presidente venezuelano, Hugo Chávez, havia assumido o papel de refinanciador do governo argentino. Este havia perdido o acesso aos bancos internacionais depois do calote da dívida pública e se mantinha em conflito mais ou menos aberto com as instituições multilaterais. O presidente da Argentina, Néstor Kirchner, tinha os mais evidentes motivos para se juntar a Chávez na busca de fontes alternativas de crédito. Não seria difícil mobilizar o apoio de alguns governantes da região. Os presidentes do Chile e da Colômbia, menos propensos a aventuras, nunca se mostraram entusiasmados com a idéia. O governo brasileiro pareceu admiti-la, inicialmente, apenas para resolver o assunto de maneira mais simpática e, na sua concepção, mais diplomática.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus principais auxiliares pareceram manter essa atitude até a recente reunião presidencial na Ilha Margarita, na Venezuela. Nesse encontro, o presidente brasileiro insistiu numa clara definição dos objetivos do Banco do Sul antes de qualquer compromisso. Seria, enfim, a manobra necessária para a liquidação da idéia?

Quem teve essa impressão errou, tudo indica, por excesso de otimismo. Apesar de alguma ressalva ou exigência, as autoridades brasileiras agora se mostram mais claramente dispostas a embarcar na aventura. O presidente Lula falou sobre o assunto em Santiago do Chile, no dia 26, no encerramento da reunião latino-americana do Fórum Econômico Mundial. A referência não foi provocada por uma pergunta nem por uma observação de qualquer participante do encontro. Constava do discurso escrito e foi, portanto, programada.

Antes de embarcar para Santiago, Lula deu entrevistas a jornais chilenos e mencionou a ambição de ver adotada até o fim de seu mandato a moeda única do Mercosul. A idéia envolve a criação de um banco central para o bloco ou, mais ambiciosamente, para a região.

A conversa a respeito da moeda única para o Mercosul tem sentido, mas não para ser traduzida em ação em prazo tão curto. Será preciso cuidar de uma porção de outras tarefas antes disso, a começar pela deficiente integração comercial do bloco e da região. Mas esse objetivo de longo prazo não envolve, necessariamente, a fundação de um banco regional de desenvolvimento nem a instalação de um fundo de estabilização para servir como alternativa generosa ao FMI. Objetivamente, nenhum desses dois organismos atende aos interesses financeiros e econômicos do Brasil e não há motivo razoável para se prolongar a discussão.

De duas, uma: ou o governo brasileiro está sendo arrastado à aventura, por ser incapaz de resistir às pressões de Chávez, Kirchner e Correa, ou a assessoria diplomática de Lula gosta da idéia e convenceu o presidente a adotá-la como indispensável à sua pretensa liderança regional. O governo erra em qualquer das duas hipóteses. Num caso, por não saber dizer não. No outro, por avaliar incorretamente os chamados custos da liderança. Para o Brasil, esses custos têm-se traduzido, quase invariavelmente, na aceitação de imposições dos parceiros sul-americanos, incluída extensa bateria de medidas protecionistas argentinas. Se isso é liderança, melhor não tê-la.

Mais conflitos que cooperação – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/05/2007

A integração sul-americana está 'fazendo água'. A avaliação é do ex-chanceler Celso Lafer, que alerta que os governos da região tinham uma maior cooperação durante os anos do governo de Fernando Henrique Cardoso que na atual gestão, a de Lula. 'Hoje, a região está mais permeada por conflitos que por cooperação', afirmou. 'Cada governo está operando baseado em seus interesses nacionais', disse.

Presidente fará ofensiva para destravar Doha – Estado de São Paulo – Nacional – 06/05/2007

Lula aproveita encontros com EUA, União Européia e Índia para tratar da questão dos subsídios

Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia decidiram partir para o vai-ou-racha nas negociações da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio. Entre meados deste mês e de junho, os ministros desses quatro parceiros da OMC tentarão aproximar as suas posições defensivas e ofensivas sobre o capítulo agrícola em três reuniões, já agendadas.

Para o Itamaraty, se os quatro conseguirem desatar o nó e chegar a um consenso, o acordo final será inevitável. O primeiro dos encontros se dará em Bruxelas, na Bélgica, nos próximos dias 17 e 18.

Entre a segunda e a terceira reuniões, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai também se mover em favor da conclusão de um acordo ambicioso da Rodada Doha. Nos dias 3 e 4, o presidente desembarcará na Índia - país que está no centro do imbróglio agrícola e traz consigo os votos de outros 40 sócios da organização. Esse grupo, o G-33, reúne países preocupados em manter elevada margem de proteção à agricultura familiar.

Ao lado do Brasil, a Índia ainda responde pela liderança do G-20, outra agrupação do mundo em desenvolvimento voltada para a negociação agrícola, com outros 19 membros.

Na etapa indiana do périplo internacional por quatro países, Lula tentará dobrar a resistência do governo do primeiro-ministro Manmohan Singh em aceitar uma margem mais estreita para a proteção agrícola.

Trata-se de uma mudança essencial para que os Estados Unidos dêem o passo mais esperado pela OMC - a redução dos subsídios a seus agricultores. A partir daí, a expectativa é de que o jogo deslanche e a União Européia arremate com a abertura do seu mercado agrícola.

ALEMANHA

Se conseguir um bom acerto com Singh sobre esse ponto, Lula terá um trunfo para apresentar na reunião de cúpula do G-8, no balneário alemão de Heiligendamm, no dia 8 de junho.

A Rodada Doha será um dos temas centrais dos debates entre os membros do G-8 e seus convidados entre os países em desenvolvimento - Brasil, Índia, China e África do Sul. Em 2006, em São Petersburgo, na Rússia, Lula conseguiu enxertar a situação desesperadora da Rodada nas discussões.

Aporte no Banco do Sul surpreende Miguel Jorge - Jander Ramon – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/05/2007

Anúncio de investimento do BNDES foi feito pelo ministro Guido Mantega

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, foram surpreendidos pelas declarações dadas na sexta pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o aporte inicial brasileiro para a formação do Banco do Sul virá de recursos do BNDES.

'É uma surpresa porque não tínhamos essa informação', disse ontem o ministro Miguel Jorge, em São Paulo. O Banco do Sul nasceu de uma proposta de Venezuela e Argentina para a formação de uma instituição financeira do continente sul-americano para o financiamento de projetos na região, como alternativa aos organismos multilaterais de crédito.

Mantega informou que o Brasil destinará de US\$ 300 milhões a US\$ 500 milhões para a constituição do banco, e que o dinheiro deve sair do BNDES por não se tratar de 'despesa orçamentária' da União.

'Não tive a oportunidade ainda de me reunir com o ministro Guido Mantega para conhecer detalhes do Banco do Sul', declarou Coutinho. 'Prefiro não me pronunciar a respeito deste assunto', esquivou-se o presidente do banco de fomento, ao garantir, em seguida, que todas as receitas do BNDES, inclusive as destinadas à exportação de serviços e equipamentos, devem ser preservadas.

O ministro Miguel Jorge se mostrou 'em princípio' contrariado com a transferência de recursos do BNDES para o Banco do Sul. 'Evidentemente que uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) envolvendo regiões multinacionais e que seja estratégica pode ser financiada pelo Banco do Sul, mas minha opinião é que este banco não deveria ser formado com aportes do BNDES.'

Segundo Miguel Jorge, caso a decisão de repasse das verbas ao Banco do Sul seja uma 'orientação de governo', caberá ao Ministério do Desenvolvimento e ao BNDES efetivarem a operação. 'Na sexta, estive reunido com o presidente Lula e não foi feita nenhuma menção sobre o Banco do Sul. Não conheço detalhes dessa operação', relatou o ministro.

Luciano Coutinho também confirmou que Lula não citou a criação do Banco do Sul. O presidente do BNDES disse que todos os fundos do banco estão comprometidos com as obras do PAC e para o financiamento de empresas nacionais. 'Ao que sei, o BNDES está executando seu orçamento e as liberações do primeiro quadrimestre deste ano estão dentro da previsão. Faremos uma reavaliação periódica para avaliar se há risco de déficit no funding do BNDES', afirmou.

Essa não é a primeira polêmica que envolve a participação brasileira na criação do Banco do Sul. Em abril, durante reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, Mantega já havia declarado que o Brasil participaria, faltando apenas uma 'declaração política' para formalizar a presença. Dias depois, o assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, lançou incertezas sobre a participação. 'O Brasil não vai comer o prato feito por outros', declarou Garcia na época.

**Fidel Malthus Chávez – Eduardo Pereira de Carvalho – Folha de São Paulo – Opinião
– 06/05/2007**

O MEDO da fome surgiu com Noé, ganhou paradigma com os "sete anos de vacas magras" do alto império egípcio, justificou insurreições da plebe romana e, desde então, frequenta a civilização ocidental com a regularidade das marés. Hoje, as duas sociedades contemporâneas que lideram as exportações de alimentos -EUA e Brasil- são chamadas à razão porque se mostram dispostas a mobilizar o continente para garantir uma oferta confiável de biocombustíveis a preços competitivos para o planeta Terra.

Profetas do pessimismo nos ensinam que a população cresce tão rápido que todas as terras agricultáveis precisam ficar reservadas à produção de comida. Com dois séculos de atraso, replicam o catastrofismo do clérigo inglês Thomas Malthus (1766-1834), que, no seu lúgubre ensaio sobre "o melhoramento futuro da sociedade", de 1798, advertia sobre a colisão entre o fenômeno populacional e a capacidade limitada para garantir alimentos a todos os viventes.

O que se passou depois que o fundador da demografia vaticinou o pior figura entre as grandes lições acerca do engenho humano.

Os EUA, por volta de 1915, quando a população arranhava os 100 milhões, usavam 300 milhões de acres para dar de comer à sua gente. No intervalo de quatro gerações, aquela agricultura continuou a ocupar a mesma área, só que atende duas vezes mais gente, fora a exportação de 60 milhões de toneladas anuais de grãos.

O século 20 testemunhou uma revolução na produtividade do campo pela mecanização do plantio e da colheita, melhoramento de sementes, uso intensivo de fertilizantes e defensivos e manejo científico dos recursos naturais. A colheita planetária, de 630 milhões de toneladas em 1950, quando começou a série estatística das Nações Unidas, baterá em 2,1 bilhões de toneladas neste ano.

Também no Brasil se notam progressos da mesma grandeza. Éramos capazes de produzir 20 milhões de toneladas de grãos em 1960 -a colheita da cana estava na mesma ordem de grandeza. Agora, caminhamos para uma colheita de 130 milhões de toneladas de grãos, enquanto a cana supera 400 milhões de toneladas.

Pesquisa e o fomento que abriram caminho para a soja, correção intensiva dos solos pelo calcário, introdução do pasto mais fértil com gramíneas aclimatadas e o maior caso de sucesso na história da moderna agricultura tropical, que foi a incorporação do "cerrado" como fator de produção. Resultado do trabalho: o Brasil, que eventualmente importava várias espécies de alimentos duas gerações atrás, exhibe saldo comercial superior aos US\$ 50 bilhões no período de 12 meses encerrado em março.

É imperioso notar que a transformação radical da agricultura engatinha: o próximo capítulo virá com as modificações genéticas, com resultados ainda mais surpreendentes. No caso da produção de biocombustíveis, a próxima arrancada só tomará vigor quando

acionada pelos maiores países produtores. Tanto Brasil como EUA não têm nenhum motivo nem disposição para dispensar as posições duramente conquistadas na hierarquia dos fornecedores de alimentos para o mundo.

Porta-vozes acadêmicos de uma visão pessimista fazem parte da paisagem das idéias. Recente artigo na "Foreign Affairs" representa uma variedade do magistério cívico fundado por Malthus.

Nessa família de profetas de catástrofes, contudo, irrompem subitamente alguns protagonistas cuja biografia se misturava com a esperança.

Conhecido entusiasta da possibilidade que o etanol da cana-de-açúcar oferece às nações tropicais que dispõem de terras e de água abundante, Fidel Castro virou a casaca no prazo de quatro semanas, arrastando consigo Hugo Chávez, num súbito dueto de lideranças continentais dispostas a se contrapor ao projeto de disseminação da bioenergia copatrocinado pelos Estados Unidos e pelo Brasil.

Ainda no começo deste ano, a Venezuela manobrava ativamente para criar uma base produtiva de etanol a partir da cana: Chávez articulou acordos para a construção de uma dezena de unidades produtivas com tecnologia brasileira e outras tantas com suporte de profissionais cubanos.

Numa declaração minuciosamente ditada ao jornal "Granma", alinhada com discurso do aliado de Caracas, o veterano Castro assumiu a defesa da produção incondicional de alimentos -e se tornaram, portanto, insuspeitados discípulos de Thomas Malthus, apóstolo do "laisser-faire". Que a fase neoliberal lhes seja leve!

EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO , economista, é presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Europa quer que G8 dê início a debate sobre acordo do clima – Folha de São Paulo – Opinião – 06/05/2007

Com o mundo agora sabendo das previsões dos cientistas do IPCC, o painel do clima da ONU, é hora de agir rápido, afirma Stavros Dimas, comissário europeu para o Meio Ambiente. E, neste ano, haverá dois momentos importantes, segundo o dirigente, para que um novo pacto pelo bem do clima do planeta seja feito.

"Negociações sobre um novo acordo climático internacional devem ser lançadas na próxima conferência da ONU, em dezembro, em Bali (Indonésia)", declarou Dimas. "É hora de o resto da comunidade internacional nos seguir e se comprometer com objetivos ambiciosos de redução de emissões de gases de efeito-estufa", acrescentou.

A União Européia é responsável por 14% das emissões globais. O bloco se comprometeu a reduzir as emissões de dióxido de carbono em 20% até 2020.

Para o dirigente europeu, o resultado da reunião em Bali será decidido muito antes, em junho, no próximo encontro do G8 -grupo dos oito países mais ricos do mundo mais a Rússia, que será na Alemanha.

Se os chefes dessas nações não iniciarem um acordo, comentou Dimas, será "hipócrito" achar que isso vai ocorrer em Bali. De acordo com os resultados do IPCC, os próximos 20 anos serão cruciais para o mundo colocar em prática medidas contra a crise do clima.

Delegados atacam proposta agrícola de mediador da OMC – Richard Waddington - O Globo (cita Reuters Brasil) – Economia – 07/05/2007

GENEBRA (Reuters) - O principal mediador das discussões agrícolas na Organização Mundial do Comércio (OMC) enfrentou ataques de todos os lados na segunda-feira por causa de suas propostas, consideradas desequilibradas por nações ricas e pobres.

Mas o embaixador neozelandês Crawford Falconer, presidente do comitê de agricultura da OMC, não se deixou abater e disse que seu documento de 28 páginas delineando os passos necessários para qualquer acordo teve sucesso em estimular as negociações.

"O documento chutou quase todas as pernas possíveis, tem adrenalina correndo", disse ele a jornalistas.

Nas suas sugestões apresentadas na semana passada para superar o impasse nas negociações agrícolas, parte importante da Rodada de Doha da OMC, Falconer disse que todas as partes teriam de ceder.

Os Estados Unidos teriam de fazer cortes mais profundos em seus programas de subsídios agrícolas, os europeus teriam de eliminar barreiras comerciais agrícolas, e os países em desenvolvimento teriam de aceitar mais importações.

Mas o G33, aliança de países em desenvolvimento com grande número de agricultores de subsistência, disse que as idéias de Falconer são favoráveis demais às nações mais ricas da OMC.

"O G33 está preocupado com o desequilíbrio, já que (o documento) dá abrigo às preocupações apenas dos países desenvolvidos", disse o grupo em uma declaração ao comitê de agricultura.

Os Estados Unidos foram igualmente críticos ao texto de Falconer, ao afirmar que ele deu atenção demais aos subsídios agrícolas -que os EUA dizem ter pouco impacto sobre o comércio- e ênfase de menos na redução das barreiras tarifárias.

Países importantes da OMC deram a si próprios até o final do ano para concluir a Rodada de Doha, iniciada há quase seis anos, mas tal cronograma exige um acordo preliminar antes que a entidade comercial com sede em Genebra entre no seu recesso de verão, no final de julho.

A proposta de Falconer afirma que Washington teria de aceitar um teto de subsídios abaixo dos 19 bilhões de dólares por ano, número inferior à oferta norte-americano de 22,5 bilhões. Já a UE teria de aceitar um corte médio de mais de 50 por cento nas tarifas, enquanto os países mais pobres deveriam abrir parte dos seus mercados a todos os produtos.

A próxima reunião do comitê agrícola foi marcada para a semana de 21 de maio, depois do encontro de ministros de Brasil, União Européia, Índia e Estados Unidos em Bruxelas, onde novamente tentarão reduzir suas diferenças.

Membros do G20, grupo de países em desenvolvimento liderados pelo Brasil, com interesse em ampliar suas exportações agrícolas, alertaram que sem "equilíbrio" nas negociações agrícolas há pouca chance de sucesso em outras áreas da rodada, que inclui bens manufaturados e serviços.

6 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

UE terá de importar biocombustíveis - Assis Moreira – Valor Econômico – 07/05/2007

A União Européia deverá importar entre 10% e 30% de biocombustíveis para que o bloco alcance sua meta de uso de 10% de etanol e biodiesel misturados à gasolina e ao diesel, respectivamente, até 2020, de acordo com a comissária européia de agricultura, Mariann Fischer Boel.

Estudos da UE estimam que a meta pode ser atingida sem impacto maior nos mercados de alimentos. Na UE, o biodiesel é produzido, principalmente, a partir do óleo de canola e de girassol, e o etanol a partir de grãos e beterraba. A meta elevaria os preços de cereais no bloco entre 3% e 6%, e das oleaginosas entre 5% e 18%.

Mas, segundo Fischer Boel, isso influenciaria de maneira limitada os preços dos alimentos. No caso dos cereais, por exemplo, ela explicou que o custo corresponde a apenas 1% a 5% do preço do pão, de forma que a cotação final do produto aumentaria menos de 1%.

França pede pausa em negociações comerciais globais - Sybille de La Hamaide - - O Globo (cita Reuters Brasil) – Economia – 07/05/2007

PARIS (Reuters) - A França pediu uma pausa nas negociações comerciais globais, pois acredita que um acordo na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) seja improvável no futuro próximo.

"Devemos encarar a realidade e notar que a divergência entre as posições dos membros é ampla demais para ser preenchida no futuro próximo", disse o Ministério da Agricultura francês em nota divulgada durante o fim de semana.

"Pelo bem do sistema multilateral, uma pausa nas negociações iria provavelmente ser preferível a uma perseverança sem sentido", acrescentou.

A posição da França contrasta com a da Grã-Bretanha, que disse na semana passada que seria "absolutamente ultrajante" para as potências mundiais deixarem de realizar um acordo comercial global neste ano, já que as diferentes posições são tão próximas.

A OMC lançou a Rodada Doha em 2001 para reduzir as barreiras no comércio ao redor do mundo.

As potências comerciais estão concentradas em esforços de bastidores nas últimas semanas para galvanizar as negociações, que foram relançadas em janeiro depois de seis meses de suspensão.

A agricultura continua sendo o maior entrave. Os Estados Unidos ainda relutam em fazer grandes cortes nos subsídios agrícolas domésticos, a não ser que Índia e outras nações em desenvolvimento garantam mais acesso às exportações agrícolas norte-americanas.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

Parlamento do Mercosul é instalado com 81 representantes - Marco Aurélio Weissheimer - Carta Maior – 08/05/2007

Primeiros parlamentares foram empossados nesta segunda (8), em Montevideú. O presidente é o paraguaio Alfoso González Núñez. Doutor Rosinha (PT-PR) é um dos vice-presidentes. Em 2010 devem ser realizadas eleições diretas.

O Parlamento do Mercosul começou a funcionar oficialmente nesta segunda-feira, com a posse de seus primeiros integrantes, na Assembléia Nacional de Montevideú. Os deputados do Mercosul foram indicados pelos Congressos Nacionais de cada país do bloco e poderão exercer seus mandatos até 2010, data limite para a realização da primeira eleição direta para apontar os parlamentares do bloco sul-americano. Nesta primeira fase, o Brasil será representado por nove senadores e nove deputados titulares, além de nove senadores e nove deputados suplentes. Até 2010, as bancadas nacionais terão o mesmo número de integrantes, apesar das diferenças de área e de tamanho da população entre os países membros do Mercosul. A partir de 2011, deverá valer uma regra de "representação cidadã", que deverá levar em conta o tamanho de cada país (território e população) para a definição do tamanho de sua representação.

Também foram eleitos o presidente e os vice-presidentes do Parlamento. O senador paraguaio Alfonso González Núñez, que presidiu a sessão inaugural, foi eleito presidente do Parlamento para os próximos dois anos. O deputado federal Doutor Rosinha (PT-PR) será um dos vice-presidentes. Os outros serão Alberto Balestrini, da Argentina, Roberto Conde, do Uruguai, e Saul Ortega, da Venezuela. Cada Estado membro terá direito a um vice-presidente. Ao todo, foram empossados 81 parlamentares titulares - 18 de cada país-membro do bloco (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), mais nove da Venezuela. Os parlamentares da Venezuela, país que se encontra em “processo de adesão” ao bloco, poderão participar das sessões com direito a voz, mas não a voto. Os parlamentares dos outros países associados ao Mercosul estão na mesma condição (com direito à voz, mas não a voto).

Instalado em dezembro de 2006, o Parlamento do Mercosul terá, entre outras atribuições, a de recomendar normas para o bloco, enviar anteprojetos com o objetivo de harmonizar as legislações dos países-membros e solicitar relatórios e documentos sobre questões relacionadas ao processo de integração. Além disso, poderá promover audiências públicas com a participação de entidades da sociedade civil, sindicatos e setores empresariais. Daqui em diante, todos os projetos de normas do Mercosul que necessitem de aprovação legislativa serão analisados e deverão ter um parecer prévio do parlamento. Os parlamentares do Mercosul terão que ser ouvidos antes de qualquer acordo, e terão 60 dias para emitir seus pareceres sobre os mesmos. Uma das novidades, destacou Doutor Rosinha, é o aumento da transparência e da participação dos parlamentos nacionais, uma vez que, até então, estes quase não tomavam conhecimento dos acordos em debate no bloco.

A primeira bancada brasileira no Mercosul é composta pelos seguintes parlamentares titulares:

Senadores - Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Efraim Morais (DEM-PB), Romeu Tuma (DEM-SP), Marisa Serrano (PSDB-MS), Aloizio Mercadante (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Deputados - Cezar Schirmer (PMDB-RS), Doutor Rosinha (PT-PR), George Hilton (PP-MG), Max Rosenmann (PMDB-PR), Cláudio Diaz (PSDB-RS), Geraldo Resende (PPS-MS), Germano Bonow (DEM-RS), Beto Albuquerque (PSB-RS) e José Paulo Tóffano (PV-SP).

Uma das principais tarefas dos parlamentares do Mercosul será ajudar a resolver as divergências entre os países membros do bloco. O aumento das transações comerciais entre os países exige acordos complexos que levem em conta as assimetrias regionais. Hoje, o comércio no interior do Mercosul é de aproximadamente 25 bilhões de dólares por ano. Em 1990, esse valor era inferior a 5 bilhões de dólares.

Ao discursar na inauguração oficial do Parlamento do Mercosul, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, destacou a importância dessa instância para aumentar a segurança jurídica do processo de integração e para o seu aperfeiçoamento institucional. A criação do Parlamento, disse o chanceler brasileiro, é uma resposta aos

“mercocéticos, que não conseguem se libertar de padrões intelectuais desenvolvidos numa realidade histórica já superada”. Amorim destacou ainda os próximos passos para transformar o Parlamento em uma instância de debate, participação e deliberação sobre o futuro do bloco. Em 2010, ocorrerá a primeira eleição para o Parlamento, de acordo com critérios que serão definidos até o fim deste ano. E, a partir de 2014, os parlamentares do Mercosul serão eleitos de forma simultânea e pelo sufrágio universal direto em todos os Estados-membros do bloco.

Deputados pegam "carona" em instalação de parlamento - Rodrigo Rotsch, enviado especial a Montevidéu – Folha de São Paulo – 08/05/2007

Com pouca atenção da imprensa, mas, aparentemente, muito interesse dos deputados brasileiros, o Parlamento do Mercosul teve ontem sua sessão inaugural em Montevidéu.

Cada país fundador do bloco (Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai) participa do Parlamento com 18 integrantes -no caso brasileiro, nove senadores e nove deputados. A Venezuela tem delegados com direito a voz, mas sem direito a voto.

Ao menos dez outros integrantes da Câmara, porém, estiveram ontem em Montevidéu, segundo a Casa. Os dados oficiais da Câmara dão conta de que foram gastos com passagem e estadia de dez deputados e sete assessores R\$ 33.312.

Contudo, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), ao ser questionado pela Folha, estimou em cerca de 30 o número dos deputados que viajaram ao Uruguai.

"Primeiro, vieram aqueles que compõem o Parlamento do Mercosul. Agora, como viemos à sessão inaugural, aproveitamos a viagem. Os suplentes, que não viriam, convidamos para estar com a gente. Convidamos também membros da Comissão de Relações Exteriores e, depois, fizemos convites para trazer integrantes das diversas bancadas", disse.

Embora o Parlamento realize hoje sua primeira sessão deliberativa, os deputados "excedentes" voltaram ainda ontem ao Brasil, com Chinaglia. Um deles é o cantor Frank Aguiar (PTB-SP), novato na Câmara que não integra a Comissão de Relações Exteriores.

A Folha o encontrou no momento em que fazia check-out no hotel. Com sacolas de compras, ele conversava com outro brasileiro da comitiva sobre incluir ou não um gasto na prestação de contas a serem ressarcidas com a verba indenizatória da Câmara.

Questionado sobre o motivo de sua presença na inauguração do Parlamento do Mercosul, foi sucinto: "Vim apoiar".

A sessão inaugural do parlamento foi recheada de discursos e teve poucas deliberações -os membros apenas referendaram uma decisão anterior sobre a composição da primeira Mesa Diretora, que tem o senador paraguaio Alfonso González Núñez como presidente.

A marca das falas foi o chamado a uma maior integração na região. Num aparente lapso, Núñez disse que a América do Sul tinha "um único território, uma única língua". Nos discursos, porém, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores), oradores brasileiros, falaram português. Não havia dispositivo de tradução simultânea.

A delegação do Senado, que se restringiu a Renan, aos membros titulares do Parlamento e ao suplente Eduardo Azeredo (PSDB-MG), viajou em um avião da FAB e só gerou gastos de hospedagem: US\$ 7.000 (R\$ 14.180).

NO MERCOSUL - O QUE É O PARLAMENTO?

O Parlamento do Mercosul, com sede em Montevidéu, foi criado para facilitar a "harmonização das legislações" dos países do bloco. Não terá poder de legislar, mas pode propor normas e fiscalizá-las

COMPOSIÇÃO

Parlamentares de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (18 cada) e 9 da Venezuela, que não terá direito a voto

ELEIÇÃO

No Brasil, foram indicados os membros da Comissão Parlamentar do Mercosul. Os próximos serão definidos na eleição de 2010. A partir de 2014, a eleição deve ocorrer simultaneamente nos 5 países

O desafio do Paraguai - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/05/2007

No Paraguai, a animosidade contra o Brasil vem crescendo de forma perigosa.

São ressentimentos antigos, que se agravaram com as frustrações com os poucos resultados comerciais do Mercosul, com os problemas com terras ocupadas por “brasiguaios” e com o desinteresse por investimentos privados naquele país.

As vantagens decorrentes de facilidades de trânsito de mercadorias na fronteira, os benefícios da construção de uma segunda ponte ligando os dois países e da concessão de portos francos em Santos e Paranaguá são minimizados e ignorados.

Nos últimos meses, do ponto de vista do interesse brasileiro, surgiu um problema mais sério. Cresceu a pressão do Paraguai sobre o Brasil com o objetivo de forçar a revisão do Tratado de Itaipu, que é o instrumento jurídico que regula o aproveitamento das águas do Rio Paraná para a geração de energia elétrica utilizada pelos dois países.

A Hidrelétrica de Itaipu é o alvo ideal para o Paraguai, pois se trata de uma área sensível, que poderá ameaçar a segurança nacional pelo risco de interrupção do fornecimento de energia para o Centro-Sul.

Estimulado talvez pela reação tímida do governo brasileiro no tocante à nacionalização de duas refinarias da Petrobrás e ao aumento no preço do gás natural da Bolívia, o Paraguai poderá ser o próximo país vizinho a abrir um contencioso sério com o Brasil.

Altas autoridades do governo paraguaio e, mais recentemente, candidatos à presidência da República se manifestaram fortemente pela modificação do Tratado de Itaipu. Ameaçando levar o Brasil à Corte Internacional, o Paraguai pretende aumentar o

preço da eletricidade excedente que vende ao País, quer vender esse excedente a outros países e reduzir o valor da dívida paraguaia com Itaipu.

Ao enfrentar essas questões, é importante não perder de vista que a cooperação energética entre os dois países é muito positiva para o Paraguai.

O preço da energia de Itaipu

Cada país tem direito a 50% da energia produzida. Como o Paraguai só consome pequena parte desse total, a diferença, conforme disposto no Tratado, só pode ser vendida ao Brasil. Os benefícios para o Paraguai dessa repartição são evidentes. Em 2006, o valor médio da energia adquirida pelo Brasil foi de US\$ 31,2 por megawatt-hora (MWh), enquanto pelo Paraguai foi de US\$ 18,2 por MWh, ou seja, os paraguaios pagam quase metade do que os brasileiros pela energia de Itaipu e dispõem hoje de uma das energias mais baratas do mundo.

O aumento do preço da energia excedente que o Brasil compra do Paraguai, descumprindo o disposto no Tratado, representaria um custo adicional para o setor produtivo e o consumo familiar e seria lesivo aos interesses nacionais.

Redução da dívida do Paraguai para com a Itaipu

O governo brasileiro, depois de rejeitar a proposta de troca de títulos da Eletrobrás e do Tesouro por bônus com juros menores, cedeu à pressão do governo paraguaio e, em março passado, autorizou a renegociação da dívida de Itaipu (cerca de US\$ 19 bilhões). Como queriam as autoridades paraguaias, Brasília aceitou retirar a correção monetária do dólar americano nos contratos (“fator de ajuste”), o que significou a redução da dívida em mais de US\$ 1 bilhão, com perda de receita para o governo brasileiro.

Embora Brasília tenha aceitado o congelamento dessa correção monetária, a Eletrobrás manteve na sua tarifa de repasse da energia de Itaipu uma parcela para manter os valores pactuados nos contratos de financiamento. Em outras palavras, a eliminação do “fator de ajuste”, que favoreceu o Paraguai, não beneficia o Brasil. Na prática, a energia de Itaipu terá dois preços: um menor para os consumidores paraguaios e um maior para os consumidores brasileiros.

Royalties

O Tratado também prevê o pagamento de royalties pela energia gerada por Itaipu ao Brasil e ao Paraguai no montante de US\$ 650 por gigawatt-hora e divididos em igual valor entre os dois países. Apesar de esses valores também serem reajustados, somente o Brasil continuará a pagar royalties com a correção monetária.

Incorporação de recursos à economia paraguaia

A partir de março de 2005, Itaipu passou a desenvolver programas de responsabilidade socioambiental e de desenvolvimento regional de maneira muito mais intensa no Paraguai do que no Brasil. Como esses custos estão incluídos nas tarifas e como cerca de 95% dos custos de Itaipu são assumidos pelo Brasil, o custo desses programas são quase totalmente cobertos pelo País.

Em 2006, Itaipu injetou diretamente na economia do Paraguai cerca de US\$ 460 milhões, dos quais somente US\$ 123 milhões foram originados por recursos tarifários aportados por esse país. Acrescente-se ainda a amortização, em 2006, do patrimônio referente à metade paraguaia da usina, que foi de aproximadamente US\$ 900 milhões. O benefício líquido ao Paraguai já sobe a US\$ 1,23 bilhão, representando 16% de um PIB de aproximadamente US\$ 7,7 bilhões.

Itaipu tem sido altamente benéfica ao Paraguai que, sem nenhum investimento, será dono em 2023 de metade de uma das maiores usinas do mundo.

O Congresso Nacional deverá ser chamado a examinar a legislação que abateu a dívida paraguaia ao eliminar a correção monetária. Espera-se que seja promovida uma ampla análise das implicações dessa decisão tomada pelo governo brasileiro.

O Brasil não pode aceitar a politização desse assunto, como ocorreu com o gás da Bolívia. Itaipu sempre será relevante na relação entre Brasil e Paraguai. É o mais forte elo entre os dois países e o maior instrumento nessa relação.

Ao todo, 95,4% da energia gerada por Itaipu é vendida ao Brasil, o que representa cerca de 20% do consumo nacional. Por isso mesmo, o País deve defender sem rebuços o que é de seu interesse.

Rubens Barbosa, consultor de negócios, é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp

Relação dos EUA com a AL fica mais difusa - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico- Internacional - 08/05/2007

Quem tem mais influência sobre os países da América Latina atualmente, a CIA ou a agência de classificação de risco Moody's? Os marines ou a Microsoft e o Wal-Mart? A Voz da América ou a CNN? Para o professor de Relações Internacionais da Universidade do Sul da Califórnia, Abraham Lowenthal, não há dúvidas de que empresas privadas, mídia, fundações e ONGs dos EUA ampliaram, nos últimos anos, sua importância nas relações dos EUA com os latino-americanos, ao mesmo tempo que as políticas da Casa Branca foram perdendo força.

"A questão é que as relações entre os EUA e o Brasil e os outros países são muito mais amplas e abrangentes que as relações entre os governos. As mais importantes transações não são feitas pela política governamental", disse ele ontem, durante evento de

inauguração do Centro de Estudos Americanos da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo. "O governo busca representar alguns desses interesses."

Para ele, é preciso entender essa difusão de "atores", que em muitos casos dá o tom das relações que os EUA mantêm com outras nações. Em um artigo recente sobre o assunto, publicado pelo Conselho de Política Internacional do Pacífico, o professor afirma também que além de empresas, mídia e ONGs, setores específicos do governo americano passaram a assumir mais ou menos importância na relação com outras nações. "Para muitos países específicos na América Latina de hoje, a Secretaria do Tesouro ou a do Federal Reserve são mais importantes que a Secretaria de Estado".

Lowenthal sabe que o impacto dos EUA - como sociedade - sobre a América Latina continua sendo imenso, mas, segundo ele, é muito difícil de ser controlado ou orientado por meio de políticas e ações do governo central.

Essa visão "desmembrada" das relações com os EUA também deveria ser adotada por Washington ao analisar a América Latina, acredita Lowenthal. A lógica é a mesma. "É impossível falar de uma América Latina como um todo", disse ele ontem, lembrando que diferenças de posições entre os países da região perduram ou até se acentuaram apesar da eleição de vários governos identificados com um ideário vinculado à esquerda. Para ele a percepção de que toda a região deu uma guinada para a esquerda e que isso seria uma ameaça aos interesses americanos "é muita desinformação e potencialmente perigoso".

Argentino defende regime comum para biocombustíveis no Mercosul - Janes Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2007

Se o Brasil pretende impulsionar os biocombustíveis, deveria promover uma estratégia em bloco com seus parceiros do Mercosul, que têm grande potencial produtivo de matérias-primas e oportunidades de negócios a acrescentar neste segmento. A opinião é do empresário argentino Julio C. Gutiérrez, sócio do BGS Group, uma sociedade de investimentos dedicada originalmente ao setor de TV a cabo, mas que agora busca projetos com biocombustíveis.

O BGS estará à frente de um grande congresso sobre biocombustíveis que será realizado nos dias 10 e 11 em Buenos Aires, para o qual já está confirmada a presença do ex-vice presidente dos EUA, Al Gore, além de vários especialistas na área. Gutiérrez disse que quer aproveitar o evento para angariar apoio à proposta de criar um regime comum de biocombustíveis do Mercosul.

"Deveríamos editar uma norma comum, com incentivos, como o regime automotivo", disse Gutiérrez ao Valor. O BGS foi, até 2002, único parceiro na América do Sul do grupo americano Hicks, Muse, Tate & Furst. Em 1998, fez sua primeira investida no Brasil, com o lançamento da TV Cidade, companhia dedicada à TV paga em várias regiões do país. Nesse empreendimento, o BGS participava em parceria com o Hicks, o Grupo Silvio Santos e a AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund (LAIF), e deixou o negócio em 2002.

Embora seu foco ainda seja televisão a cabo e serviços de internet, o grupo participou em análise e assessoramento de investimentos nos setores de publicidade, alimentos, serviços, logística, entretenimento e agronegócios, contabilizando mais de 103

operações na América Latina, principalmente Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Colômbia e Venezuela.

Neste momento, o BGS está montando um fundo de investimentos para projetos de biocombustíveis na Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. O fundo, segundo Gutierrez, já captou US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 50 milhões serão aplicados na concretização do primeiro projeto, uma planta com capacidade para produção de 180 mil toneladas de biodiesel próxima ao porto de Quequén, ao sul da província de Buenos Aires. A meta do fundo é captar US\$ 500 milhões.

Gutierrez afirma que, em uma estratégia conjunta entre os países do bloco, o Brasil poderia aportar financiamento do BNDES a parcerias entre empresas brasileiras e as dos demais países do bloco, além de tecnologia que já domina em etanol combustível a partir da cana. Segundo ele, na Argentina o grande potencial está na área de biodiesel, dado seus altos excedentes em soja, canola e girassol. "O grande problema da Argentina não é capacidade de produção mas de financiamento".

Japão vai propor corte de gases-estufa ao G-8 – Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 09/05/2007

O Japão quer propor um plano para reduzir pela metade as emissões globais de gases do efeito estufa até 2050 na reunião do G-8 - que reúne as nações mais industrializadas do mundo e a Rússia. O evento será realizado em junho. O governo japonês quer um novo marco internacional para suceder ao Protocolo de Kyoto, cuja vigência termina em 2012. Os europeus também querem cortar a emissão à metade até 2050, mas voltando aos níveis de 1990, enquanto o Japão toma como base o patamar atual.

Brasil perde em 1ª votação do Parlamento - Rodrigo Rotzsch - Folha de São Paulo – Brasil - 09/05/2007

DO ENVIADO A MONTEVIDÉU

A primeira sessão deliberativa do Parlamento do Mercosul, ontem, em Montevidéu, mostrou que o Brasil terá dificuldades para fazer valer sua posições caso seja mantida a atual estrutura do órgão.

Na única decisão real tomada pelos parlamentares, prevaleceu a posição de Argentina e Paraguai, que queriam estabelecer em seis meses o mandato dos presidentes do Parlamento, contra a de Brasil e Uruguai, que defendiam mandatos de um ano. Para evitar situações como esta, o Brasil defenderá que o país tenha participação maior na composição do Parlamento -atualmente, cada país tem 18 integrantes.

"Nós vamos construir o critério mediado de representação, já que o Brasil representa mais da metade do PIB", disse o senador Aloizio Mercadante. A próxima sessão será no dia 25 de junho. (RODRIGO RÖTZSCH)

G-8 deve se abrir mais, diz Marinho - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 09/05/2007

O Brasil reagiu ontem à demanda dos ministros de Trabalho do G-8, reunindo as principais economias do planeta, para os países emergentes melhorarem seus padrões sociais e trabalhistas, em meio a crescente inquietação com a concorrência dessas economias.

Após encontro informal em Dresden (Alemanha), o ministro de Trabalho alemão, Kajo Wassenhoefel, destacou que, apesar das diferentes estratégias nacionais sobre emprego e garantias sociais, o G-8 defende a aplicação progressiva de normas sociais mínimas, primeiro nos países industrializados, depois nos emergentes e em seguida no resto do mundo em desenvolvimento.

O ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, o único ministro de país emergente convidado para o encontro com seus colegas do G-8, retrucou que "o Brasil não tem problema com isso, até porque o objetivo do governo é mesmo melhorar os padrões", mas chamou o G-8 a assumir sua responsabilidade.

"A melhora de padrões depende também de acesso dos produtos de países em desenvolvimento nos mercados industrializados, para criar emprego, reforçar política social e qualidade do trabalho", disse.

"A globalização pode ser interessante, mas também pode ser um desastre total se o G-8 não abrir suas fronteiras e derrubar restrições até desleais contra produtos de países em desenvolvimento, disse ao Valor, resumindo sua intervenção no encontro.

Para o Brasil, normas comuns já existem, que são as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Helmut Schwarzer, secretário de Políticas de Previdência Social, informou que o Brasil está perto de ratificar a convenção 102 da OIT, pelo qual se compromete com padrões mínimos de seguridade social, já aplicadas no país.

Marinho confessou que não sabia porque foi o único ministro de país emergente convidado. Mas lembrou que o programa Bolsa Família, do Brasil, e outro parecido do México, foram dados como exemplos bem sucedidos de transferência de renda e redução da pobreza, durante a reunião.

Os ministros do G-8 insistiram também que a indústria deve dar sua contribuição para uma dimensão social da economia mundial, assumindo um papel social mais importante, implementando "relações industriais sadias e acabando com a corrupção".

Itamaraty quer acelerar acordos do Mercosul fora da região - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 10/05/2007

O diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, Evandro Didonet, considera "essencial" que o Mercosul sele acordos de livre comércio com países de fora da América do Sul, já que o bloco ainda não possui nenhum acordo desse tipo. Até agora, o Mercosul fechou acordos de preferências tarifárias limitados com a Índia e a União Sul-Africana.

O diplomata afirmou que os acordos extra-regionais são necessários para equiparar as condições de competitividade dos exportadores e fortalecer a coesão do Mercosul. "É fundamental para a credibilidade do bloco fazer isso o mais breve possível", disse Didonet. Os comentários foram feitos durante reunião, em São Paulo, com empresários do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscex) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A imobilidade do Brasil nas negociações bilaterais é uma das críticas do empresariado à política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Didonet evitou dizer que o Brasil está atrasado nesse processo e ressaltou que a experiência de negociar em conjunto ainda é recente no Mercosul.

Ex-ministro-conselheiro para assuntos econômicos da Embaixada do Brasil em Washington, Didonet assumiu o novo cargo em março. Ele tem duas prioridades: as negociações com o Conselho de Cooperação do Golfo e com Israel. Didonet acredita que os dois acordos podem ser concluídos no primeiro semestre.

Os países que fazem parte do Conselho de Cooperação do Golfo somam um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 600 bilhões e respondem pela segunda maior importação de produtos agrícolas do mundo, o que justifica interesse do setor privado brasileiro. Não apenas a agricultura, mas também a indústria quer vender produtos para esses países. "O potencial de consumo é muito grande", diz Didonet. Uma reunião com o bloco deve ocorrer no fim do mês.

As negociações esbarram em um complicador: o setor petroquímico. Didonet disse a um empresário da Associação Brasileira da Indústria Química, presente à reunião, que o governo tentaria resguardar a posição da entidade, ao mesmo tempo em que mantinha o interesse dos países do Golfo. "Esse setor é essencial para o nível de ambição do acordo. Com menos petroquímica, conseguiremos menos em outras áreas." Outra dificuldade é a regra de origem. Os países do Golfo propõem 35% de exigência de conteúdo nacional, o que é insuficiente para o Mercosul.

"O acordo com Israel é mais simples, porque não provoca preocupações internas no Brasil", disse Didonet. Nos dias 28 e 29, acontecerá nova rodada de negociação, a sétima entre Mercosul e Israel. Segundo o Itamaraty, as ofertas de Israel já cobrem 98% do comércio, enquanto o Mercosul chega a 94%. O acordo não inclui serviços e investimentos, o que facilita a posição sul-americana. A única dificuldade é a resistência da Argentina em abrir o mercado de defensivos e fertilizantes para Israel.

As negociações com União Européia seguem como prioridade para o Mercosul. "O ministro Amorim pediu empenho na negociação", disse Didonet aos empresários. Ele prevê a retomada das conversas no segundo semestre. Em 1º de junho, o principal negociador europeu, Karl Falkenberg, estará em São Paulo. Ele também deve visitar os demais países do Mercosul.

Para Didonet, o futuro das negociações da Rodada Doha estará mais claro no segundo semestre. Com a retomada do processo em Genebra, os europeus reviram sua posição e afirmam que só vão voltar à negociação com o Mercosul depois de um desenlace na OMC.

Questionado por um empresário se as novas exigências trabalhistas e ambientais européias podem atrapalhar o acordo, Didonet disse que seriam uma dificuldade, mas que até agora o Itamaraty não foi informado de mudanças na posição da UE. Outro empresário perguntou se a preferência européia pelas negociações com os países asiáticos pode dificultar o processo. "Avaliamos que é parte do jogo. Mas não deve diminuir a prioridade dada ao Mercosul", afirmou.

Didonet disse que é preciso ampliar o leque de negociações e pediu sugestões. O presidente do Coscex, Rubens Barbosa, afirmou que a maioria das pessoas na sala pediria uma negociação com os EUA. "Não custa tentar retomar essa negociação." Didonet respondeu que os EUA estão "sempre" na rota do Brasil, mas que as exigências em propriedade intelectual tornam o acordo difícil.

Desmascarando o Mercosul – Maria Clara R. M. do Prado – Valor Econômico – Opinião - 10/05/2007

O comércio mundial de produtos movimenta hoje soma considerável de recursos, algo em torno de US\$ 8,5 trilhões por ano. Um valor astronômico, quando se compara aos US\$ 80 bilhões que representavam o valor das trocas comerciais no início dos anos 50.

O significativo crescimento do comércio, impulsionado pelo desmantelamento do bloco político que se escondia por detrás da "cortina de ferro" e pela conseqüente liberalização dos fluxos internacionais, não vai parar por aqui. Continuará sendo puxado pela pujança econômica dos grandes "emergentes", uma realidade já considerada com proveito por alguns dos mais importantes protagonistas do cenário comercial.

Não à toa, a União Européia busca amarrar um acordo comercial com os países da Asean - grupo formado por Brunei, Cambodja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã. Vai em busca de vantagens que ajudem a dar mais vigor à economia européia.

Enquanto isso, o Mercosul patina no mesmo lugar em que sempre esteve. Não só não consegue dar andamento aos acordos extra-regionais de livre comércio como sequer tem sido capaz de equacionar as enormes divergências internas que só tendem a se agravar com a entrada da Venezuela no bloco.

Ainda se alimenta a ilusão, em alguns grupos da esfera do governo, sobre a viabilidade no curto prazo de um acordo entre o Mercosul e a União Européia (UE) nos termos pretendidos da redução das barreiras sobre o comércio dos produtos agrícolas. Já lá se vão mais de doze anos desde a solenidade de pompa que enfeitou o Palácio de governo de Madrid, em dezembro de 1995, quando os representantes do Mercosul assinaram com a UE um acordo-quadro.

Na época, notou-se que acordo-quadro significava exatamente o que o nome denotava: algo que tem moldura, mas não tem conteúdo. Pouco se avançou desde então e o acordo nunca saiu das intenções.

E, diga-se, cada vez isso se torna mais difícil. De um lado, a UE passou a adotar uma posição mais pragmática, na busca de acordos mais simples e imediatos com vistas a ampliar sua presença no comércio internacional.

De outro, sobressai o esfacelamento do Mercosul. Por mais que a retórica do Itamaraty se empenhe em manter acesa a chama do bloco regional que reúne Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, o fato concreto, objetivo e irrefutável é o de que não apenas os "parceiros" não se entendem, como o Mercosul passou a ser visto hoje, nos principais centros produtivos do país, como um verdadeiro peso morto. Mais atrapalha o comércio externo brasileiro do que ajuda.

Sinal claro de descompasso foi emitido esta semana, em Montevidéu, durante a instalação do parlamento do Mercosul. Ontem, ao falar na reunião do Conselho Superior do Comércio Exterior da Fiesp, recém-chegado do Uruguai, o deputado João Herrmann Neto (PDT-SP) foi extremamente crítico.

O Mercosul tornou-se um peso morto para o Brasil: esta é a verdade nua e crua e a entrada da Venezuela é um ponto a mais de dificuldades.

Condenou, entre outros aspectos ligados à representatividade, a forte ideologização que tomou conta daquele fórum. "Tentei submeter uma moção de insatisfação contra a falta de liberdade da imprensa na região, um dos preceitos a serem preservados dentro do bloco como consta do texto do Tratado de Ouro Preto (que criou o Mercosul) mas fui derrotado", disse ele, adiantando que decidiu renunciar ao cargo de membro do parlamento do Mercosul.

O encontro foi dominado por teses xenófobas, populistas e nacionalistas, uma indicação do tipo de ideologia que parece predominar entre a classe política dos países do bloco e que fatalmente redundará em brigas e desarmonia, ao invés de consenso e conciliação, com cada um puxando para o seu lado.

Aliás, exemplos não faltam. Tem o caso mais dramático da briga entre argentinos e uruguaios em torno da instalação de uma usina de papel e agora já se prenunciam problemas entre o Paraguai e o Brasil com respeito a Itaipu e os preços da energia ali gerada.

O problema é que enquanto o Brasil estiver amarrado ao Mercosul não poderá andar para lado nenhum. Não consegue tirar proveito de um mercado regional em virtude das diferenças internas, nem pode avançar em seus interesses alinhando acordos bilaterais com outros parceiros.

"Há setores de produção no Brasil mais vulneráveis ao câmbio e à agressividade comercial da China que poderiam se beneficiar de acordo bilateral entre o país e os EUA, mas esta possibilidade hoje não existe", comentou uma das coordenadoras do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), Maria Helena Tachinardi.

Os casos mais afetados pela impossibilidade de negociação direta com outros países são os setores têxtil e de calçados.

O Mercosul tornou-se um peso morto para o Brasil. Esta é a verdade nua e crua. Ao invés de soluções, só representa problemas. A entrada da Venezuela é um ponto a mais de dificuldades.

Mas a morte de um acordo pode demorar muito tempo para ser reconhecida. As relações políticas normalmente se impõem sobre a dureza dos fatos que se quer mascarar. Uma mostra disso são os acordos bilaterais que o Mercosul tem negociado aqui e ali, todos muito

tímidos, sem maior expressão. São entendimentos via de regra baseados em listas de preferência tarifária como o que se alinhava com a Índia, em torno de uma cesta que se restringe a cerca de 700 produtos.

No mundo em que o comércio flui na mesma intensidade dos fluxos financeiros - caminham, aliás, lado a lado - o papel das negociações entre grandes blocos de livre comércio, na linha do multilateralismo, parece perder importância. A rigor, uma clara demonstração do novo paradigma que busca privilegiar os entendimentos bilaterais, é o desinteresse por maiores avanços das negociações no âmbito da Rodada Doha.

Um entendimento mais substancial fica ainda mais distante com a perspectiva do Congresso norte-americano de não renovar o "fast track" que concedeu ao poder executivo para agilizar as negociações comerciais e que vence em junho. Com um congresso majoritariamente democrata e a pouco mais de um ano das eleições presidenciais nos EUA, não há projeções otimistas de grandes acordos comerciais.

Nessa área onde a competição se acirra cada vez mais, os acontecimentos parecem apontar para a primazia de um antigo ditado: é cada um por si e Deus por todos.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin - Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve quinzenalmente, às quintas-feiras. E-mail: mclaraprado@ig.com.br
mclaraprado@ig.com.br

Fidel volta a atacar planos de biocombustíveis - Folha de São Paulo – Mundo - 11/05/2007

DA REDAÇÃO

Afastado do poder desde julho, o ditador cubano, Fidel Castro, publicou novo artigo no jornal estatal "Granma" para criticar, uma vez mais, a "idéia sinistra" de produzir biocombustíveis a partir de alimentos. "Quanto tempo precisaria minha pobre caneta para refutar os defensores da idéia sinistra pelo interesse material, pela ignorância, pela indiferença", escreveu. Ele não citou a soltura de Luis Posada Carriles, militante anticomunista, nos EUA.

Lula negociou para não ser acusado de desestabilizar Evo - Denise Chrispim Marin e Beatriz Abreu - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/05/2007

Petrobrás foi coadjuvante; presidente exigiu valores finais das refinarias em 'papel assinado'

Bem diferente do discurso oficial ao longo de toda a semana passada, não foi a Petrobrás que fechou a negociação da venda das duas refinarias da estatal brasileira na Bolívia, em Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. A empresa, o Ministério de Minas e Energia e o Itamaraty forneceram assessoria técnica e diplomática, mas todas as decisões

foram tomadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com uma preocupação política que superou as questões econômicas do negócio.

Dois ministros e uma alta fonte da assessoria do Planalto foram unânimes nos relatos feitos ao Estado, na quinta-feira e sexta-feira: eles disseram que, diante do previsível fracasso do modelo nacionalista estatizante boliviano, o presidente cuidou, o tempo todo, para que a venda das refinarias fosse feita de um jeito que 'não transformasse o governo Lula em bode expiatório'. Isto é, de um jeito que não permita que Evo Morales venha a acusar a Petrobrás e o 'imperialismo brasileiro' de terem contribuído para desestabilizá-lo.

Paralelamente à negociação, o presidente brasileiro e seus ministros martelaram na mídia um discurso que 'informava' que a venda das refinarias era um assunto a cargo, única e exclusivamente, da Petrobrás. Foi o jeito encontrado para esconder a negociação e a preocupação políticas e de mostrar aos acionistas que a empresa estava cuidando do negócio dos investidores públicos e privados.

DISCURSO EMPATADO

Diante dos números oferecidos pela Petrobrás ao Planalto, balizando a negociação entre uma perda ou um ganho total, Lula pôs em prática a tal solução que não transformaria o Brasil em 'bode expiatório' dos problemas do governo Evo.

Nas conversas mantidas com assessores e ministros durante as viagens a Santa Catarina e São Paulo, terça-feira e quarta-feira, o presidente estabeleceu que o valor a ser pedido pelas refinarias teria como parâmetro, mais uma vez, uma orientação não econômica: um preço que resultasse em um discurso político empatado.

Foi o que aconteceu. Na quinta-feira à noite, cercado das garantias de que a Bolívia não recuaria mais da proposta fechada, o Planalto deu a negociação por encerrada e o empate político declarado.

O governo Evo Morales tratou de fazer esquecer que tinha a intenção de não oferecer nada pelas refinarias ou, quando muito, 'algo em torno de US\$ 60 milhões ou US\$ 70 milhões' e apregoou na Bolívia que 'só pagou US\$ 112 milhões' - o que seria um bom negócio.

O governo brasileiro anunciou ao público interno que 'conseguiu US\$ 112 milhões', outro bom negócio, tendo em vista o cano anunciado por Evo na Isla Margarita (Venezuela), em abril. O Planalto também fez esquecer que o pedido, com base no investimento e no mercado de energia, ficaria perto de US\$ 170 milhões.

No fim da negociação, o presidente lamentou a colaboradores que Evo não se dá conta das oportunidades que vem perdendo ao insistir no seu discurso interno nacionalista e ao tomar atitudes que afugentam o investimento estrangeiro. Para Lula, a Bolívia corre o risco de inviabilizar a sua capacidade de explorar e fornecer gás natural para a América do Sul e, portanto, a sua própria economia.

'O governo teme que qualquer ação mais contundente do governo boliviano possa desencadear o total desequilíbrio do país e até a deposição de Evo', afirmou uma fonte próxima ao presidente. 'Lula não quer nem pensar na hipótese de seu governo ser responsabilizado por essa crise', afirmou ao Estado.

NÃO CONVERSARAM

O presidente Lula não teve nenhum contato com o presidente boliviano, assegurou na sexta-feira o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia. Esse silêncio se mantém desde o atrito entre ambos, sobre a venda das refinarias, em conversa reservada em Isla Margarita, em 17 de abril. Segundo Garcia, o governo brasileiro está ciente de que a Bolívia passa por um complexo processo de transformação política, sob um alto risco de fracasso.

'No primeiro mandato do presidente Lula, estive 13 vezes na Bolívia e me encontrei com 4 presidentes diferentes', atestou Garcia. 'Tudo que contribua para a estabilidade da Bolívia será bom para a relação bilateral e o equilíbrio da América do Sul. É o que explica a nossa prudência e cuidado ao tratar com a Bolívia.'

Um Lula visivelmente preocupado e ansioso comandou as negociações, mesmo enquanto recebia, em São Paulo, o papa Bento XVI. Entretanto, manteve sangue frio para tentar imprimir ao acordo as feições de uma negociação comercial, como se não tivesse, pessoalmente, dirigido a operação. A crise havia começado na noite do dia 6, um domingo, quando o governo brasileiro foi surpreendido pela edição de um decreto que, na prática, expatriou o fluxo de caixa das refinarias.

Naquele momento, estava em curso uma negociação entre a Petrobrás e a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), na qual a companhia brasileira ainda pleiteava manter uma parcela de 20% dessas plantas e previa, como preço total, algo em torno de US\$ 150 milhões.

A assessores que o acompanharam em suas passagens por Santa Catarina e por São Paulo, Lula deixou claro que queria uma 'solução razoável' para a crise. Reiterou ainda que não suportava mais 'as idas e vindas' do governo boliviano e aconselhou os negociadores a pedirem a palavra final da Bolívia 'por escrito', em 'papel assinado'.

No dia 7, Lula deu o aval à proposta da Petrobrás de se retirar completamente da atividade de refino de petróleo na Bolívia. No mesmo dia, orientou a companhia a aceitar a venda das refinarias por um preço em torno de US\$ 110 milhões, mesmo ciente de que a companhia teria de responder aos seus acionistas - especialmente os estrangeiros - pelo prejuízo de cerca de US\$ 60 milhões. O valor girava em torno do que La Paz indicara como 'aceitável' e daquele que a Petrobrás julgara como 'razoável'. Era o que se encaixava na operação política presidencial.

SEM NOTA OFICIAL

'Esse prejuízo é só uma gota d'água nas contas da Petrobrás. Não compensa brigar pelo valor mais justo com a Bolívia', afirmou Lula, segundo assessores. 'Não vamos criar mais confusão porque o Brasil quer US\$ 10 milhões a mais e a Bolívia quer US\$ 10 milhões a menos. Por que criar um novo problema político e fazer o papel de imperialista?'

Naquela noite, Lula aprovou o teor da nota oficial emitida pelo Itamaraty, na qual foi ressaltado o impacto negativo da decisão boliviana de editar o decreto sobre a cooperação bilateral. Lula, entretanto, ordenou que nenhuma área do governo tocasse nos acordos bilaterais fechados em fevereiro. Seu objetivo de alertar La Paz sobre os riscos para a relação bilateral já havia chegado ao destino. Não compensaria, advertiu ele, alimentar atrito na véspera da negociação, marcada para o dia 9.

Na tarde do dia 10, no avião que o trouxe de São Paulo para Brasília, o presidente recebeu um telefonema urgente do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, que o informou sobre a resposta positiva do ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Carlos Villegas, para a venda das refinarias. Rondeau acrescentou que negociações técnicas continuariam, sob ameaça de recuo da Bolívia e clima de desconfiança, e o documento oficial seria entregue até as 20 horas (horário de Brasília).

'Quero o assunto resolvido até amanhã de manhã', determinou Lula, pouco confiante no cumprimento do prazo final. A resposta definitiva da Bolívia, posta no papel e assinada, chegou ao Palácio do Planalto pouco antes das 20 horas de quinta-feira, enquanto o presidente recebia, em seu gabinete, os cinco ministros filiados ao PMDB.

Presente à reunião, Rondeau recebeu a informação final e a repassou a Lula. Segundo assessores, sua expressão nervosa mudou imediatamente para a de alívio. Mais descontraído, o presidente afirmou a Rondeau que a Petrobrás poderia aceitar a proposta de pagamento em duas parcelas, a ser efetuada em fornecimento de gás, e fechar o negócio.

Lula ainda teve um cuidado final: não autorizar a divulgação de uma nota do Palácio do Planalto sobre a conclusão do acordo, fato que caracterizaria a condução política do processo. O presidente preferiu ordenar a Silas Rondeau que esmiuçasse o teor do acordo para a imprensa.

EUA tentam minar acordo do G8 sobre aquecimento - Folha de São Paulo – Ciência – 13/05/2007

País, que já rejeitou acordo de Kyoto, não quer meta nem prazo para cortar emissão

Reunião que acontece em junho na Alemanha dará o tom do acordo contra os gases-estufa a ser adotado pelo mundo após 2012

A corrida rumo ao pós-Kyoto já começou. E mal. Os EUA estão tentando diluir uma declaração sobre aquecimento global que deverá ser feita no mês que vem, na reunião de

cúpula do G8 (o bloco dos oito países mais industrializados do mundo), colocando-se em confronto com a anfitriã Alemanha.

Em um rascunho da declaração, datado do mês passado e obtido pela agência de notícias Reuters, os EUA se opõem a uma proposta de limitar o aquecimento global a 2C neste século e a cortar suas emissões de gases-estufa em 50% abaixo dos níveis de 1990 em 2050.

Washington também questiona se as Nações Unidas são o melhor fórum para resolver como atacar a crise climática, e rejeita um trecho do documento que diz que os mercados de carbono são a chave para o desenvolvimento de tecnologias que não impactam o clima.

"Eles rejeitaram qualquer menção a metas e prazos, não querem que a ONU se envolva mais e se recusam a endossar o comércio de carbono porque este, por definição, envolve metas", disse à Reuters uma fonte envolvida com a questão. Os chefes de Estado de Reino Unido, EUA, Rússia, Canadá, Japão, Itália e França se reúnem de 6 a 8 de junho na cidade de Heligendamm, na costa do mar Báltico. Também foram convidados para o encontro os presidentes dos cinco gigantes do mundo subdesenvolvido: Brasil, México, China, Índia e África do Sul.

A chanceler alemã Angela Merkel, anfitriã do encontro, colocou a questão climática no topo da agenda do G8+5, como é conhecido o encontro. Espera-se que dessa reunião saia o norte do acordo contra os gases de efeito estufa que substituirá o Protocolo de Kyoto -que expira em 2012.

O acordo oficial deve ser negociado em dezembro deste ano em Bali, Indonésia, na reunião da Convenção do Clima da ONU, que envolverá 180 países. No entanto, como o grosso das emissões de gás carbônico do planeta vem e virá das nações do G8+5, a proposta de pacto pós-Kyoto que for consenso entre essas nações deverá ser, em essência, o acordo que o mundo inteiro adotará.

É praticamente consenso entre os cientistas que o mundo precisa limitar o aquecimento global a 2C em 2100 se quiser evitar os piores efeitos da mudança climática. Para isso, será necessário cortar as emissões de gases-estufa pela metade, pelo menos, até 2050.

A União Européia, que se impôs uma meta de 20% de corte de emissões até 2020, tenta pressionar os EUA de George W. Bush (que rejeitou Kyoto) a adotarem uma meta ambiciosa de redução de emissões.

Mas a resistência de Washington é grande e arrasta consigo o governo canadense. "É uma questão aberta se Merkel estará preparada para aceitar uma declaração diluída ou se romperá com o G8 e declarará fracasso na questão do clima", disse outra fonte à Reuters.

G-4 tenta reduzir diferenças em subsídios - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 14/05/2007

Os Estados Unidos acenam em limitar seus subsídios agrícolas a US\$ 17 bilhões por ano. O Brasil, União Européia (UE) e Índia pressionam Washington a aceitar montante abaixo de US\$ 15 bilhões, para desbloquear a Rodada Doha. É com diferença de alguns bilhões de dólares que o G-4 intensifica as negociações. De hoje a quarta-feira, será entre altos funcionários, em Paris. Na quinta e sexta, os ministros avaliam as discussões e decidem que tipo de "convergência" pode ocorrer.

Desta vez, os EUA chegam com um novo negociador-chefe para agricultura. Richard T. Crowder surpreendeu todo mundo e pediu demissão na sexta-feira. O novo negociador-chefe é Joseph W. Glauber, um dos principais economistas do Departamento de Agricultura. "Uma coisa é certa: não há nada perto que se assemelha a um acordo no momento", reagiu um negociador, estimando que foi melhor os EUA mudarem agora o principal negociador agrícola, do que quando a negociação estiver na fase final.

Pascal Lamy, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), não esconde sua ansiedade. Ele vê "redução do fosso" entre o Brasil, EUA, UE e Índia, mas considera que o progresso ainda é lento para levar a conclusão da rodada no fim do ano. Peter Allgeier, o embaixador americano na OMC, diz que tudo depende do "acesso real aos mercados" que exportadores americanos obtiverem no Brasil, Índia e outros países.

Há duas semanas, em Londres, negociadores "interpretaram" as sinalizações americanas como intenção de baixar seus subsídios para US\$ 17 bilhões, comparado a sua proposta oficial de ter direito a dar US\$ 22,4 bilhões num novo acordo agrícola. Mas os parceiros rejeitaram essa "sinalização", porque na prática não corta nada, como o Valor revelou em novembro. É que pelas regras atuais da OMC, um país pode conceder subsídios também pela categoria do "de minimis", cujo montante pode chegar a 5% do valor da produção agrícola para país rico e 10% para nação em desenvolvimento.

Ocorre que os EUA não usam a categoria de "de minimis" específico por produto, para o qual pedem direito de conceder US\$ 4,8 bilhões por ano. É que Washington subsidia sobretudo cinco produtos - soja, algodão, trigo, milho e arroz - com montantes que quase sempre superam o "de minimis", de forma que os subsídios entram em outra categoria.

O Brasil, UE e Índia fizeram as contas: entre 1995-2005, os EUA deram US\$ 15,8 bilhões em média ao ano de subsídios agrícolas. Para esses países, a negociação só resultará em corte efetivo de subsídios americanos se Washington aceitar limite abaixo daquela média.

Para estimular os americanos, a UE já acenou com corte médio de 54% nas tarifas agrícolas. Só que os europeus querem alcançar esse resultado com cortes, por exemplo, de alíquotas de produtos com pouco ou nenhum interesse comercial. Problema pior é a divergência sobre estrutura de cota, pela qual Brasil, EUA e outros exportadores poderão vender com tarifa mais baixa para a Europa.

Governo dos EUA admite rever apoio à exportação – Valor Econômico – Agronegócios - 14/05/2007

A Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos divulgou as propostas complementares do governo para a reformulação de sua Lei Agrícola ("Farm Bill"), que disciplina o funcionamento de dezenas de programas oficiais e expira no segundo semestre.

Entre as propostas, o governo sugere a criação de um fundo adicional obrigatório de US\$ 250 milhões, em dez anos, para reduzir as diferenças entre culturas que são diretamente subsidiadas e as não diretamente subsidiadas. O governo também propôs aumentar os fundos obrigatórios em US\$ 68 milhões, o que poderia ocorrer ao longo dos anos, até 2013. A proposta inclui elevar o valor do crédito concedido de US\$ 250 mil para US\$ 500 mil por projeto.

Na área de sanidade animal e vegetal, o governo americano discutirá a criação de um novo programa de financiamento, com liberação de US\$ 20 milhões para ampliar recursos e solucionar questões ligadas à exportação. Outra proposta é criar um fundo de US\$ 15 milhões para aumentar a presença americana em organismos internacionais de padronização de normas, como o Codex Alimentarius e a Organização Internacional de Saúde Animal (OIE).

O governo dos EUA avaliará ainda a reforma dos programas de garantia de crédito à exportação, para que haja conformação com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Alguns deles, como o de incentivo às exportações, podem ser abolidos. Conforme a Secretaria, os EUA gastarão US\$ 87 bilhões nos próximos cinco anos na área agrícola, se o plano for aprovado - cerca de US\$ 17,5 bilhões a menos do que os programas dos últimos cinco anos.

Contag discute com Itamaraty a agricultura familiar no mercado externo – Angélica Cordova - Contag - 15/05/2007

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) fará pesquisa sobre os impactos das negociações internacionais na agricultura familiar. A medida foi negociada nesta terça-feira (14) na audiência que o vice-presidente e secretário de Relações Internacionais da Contag, Alberto Broch, teve com o secretário executivo do MRE, embaixador Samuel Pinheiro.

O encontro faz parte da agenda das negociações do 13º Grito da Terra Brasil. "Nosso maior interesse é proteger os interesses da agricultura familiar nas negociações internacionais", argumentou Broch. A Secretaria de Relações Internacionais apresentou cerca de quatro reivindicações ao MRE, entre elas ações de cooperação técnica para a formulação de políticas de desenvolvimento rural sustentável.

Maior participação da Contag nos espaços de relações internacionais também é uma das demandas do Grito da Terra. "O Ministério das Relações Exteriores tem feito esforços para contar com a participação dos movimentos sociais para preparar o posicionamento do Brasil nas negociações internacionais. Antigamente, isso era tomado apenas como interesse dos empresários", afirmou Pinheiro.

Participaram da audiência lideranças sindicais de todas as regiões do país. "Foi uma audiência muito positiva, especialmente, por sua receptividade. Quando estamos de fora não imaginamos o espaço que a Contag tem aqui no Itamaraty", avaliou o secretário de Política Agrícola da Fetag-RJ, Critóvão Stalla.

Fonte: Angélica Cordova
Agência Contag de Notícias

Clima isola EUA de aliados – O Globo – Ciência – 15/05/2007

Governo americano quer esvaziar acordo do G8 sobre aquecimento

O esboço de um acordo sobre reduções de emissões de gases que causam o efeito estufa, previsto para ser concluído durante o próximo encontro do Grupo dos Oito (G8), em junho, já encontra resistência dos EUA. O governo americano não concorda com diversas cláusulas do documento, que pretende estabelecer metas para que a temperatura global não suba mais que 2 graus Celsius e que as emissões sejam reduzidas pela metade até 2050.

Preparado pela Alemanha, que está na presidência rotativa do G8, o documento diz que o aquecimento global exige uma ação imediata.

Com a ONU acenando com a prorrogação do Acordo de Kioto, o encontro do G8 é visto como crucial para que novas medidas contra as mudanças climáticas sejam tomadas.

A chanceler federal da Alemanha, Angela Merkel, já declarou que o clima é uma prioridade para o G8, tendo recebido o apoio de outros líderes do Grupo, entre eles, o premier britânico Tony Blair.

Minando o caminho pós-Kioto Os representantes americanos não querem ver divulgada uma cláusula do documento, que diz que as mudanças climáticas estão acontecendo a uma velocidade cada vez maior e que elas estão afetando o meio ambiente. Os EUA também não querem que o documento do G8 declare que o tema é uma ameaça à economia mundial e que medidas urgentes têm que ser tomadas.

O documento do G8 cita como referência os relatórios divulgados recentemente pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC, na sigla em inglês) que, entre outras coisas, asseguram que o aquecimento global é resultante da ação do homem.

Os EUA pretendem também vetar referências sobre a importância da eficiência energética nas áreas de construção e transportes; além de alusões a um futuro mercado global de carbono.

— O governo americano deseja que nada seja feito enquanto Bush estiver no poder — protestou Philip Clapp, da ONG ambientalista National Environmental Trust. — Ele parece querer colocar minas no caminho rumo a um acordo posterior a Kioto, como uma espécie de herança para o seu sucessor.

Para desbloquear Doha, Brasil pode mudar proposta na área industrial - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2007

A negociação para desbloquear a Rodada Doha extrapola a agricultura. O G-4 - grupo que reúne Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia - aprofundou a discussão também sobre o tamanho das reduções de tarifas de importação de produtos industriais. Os Estados Unidos e a União Européia querem uma fórmula de corte tarifário mais ambiciosa, para cortar nas alíquotas aplicadas dos países emergentes, como o Brasil e Índia. Em contrapartida, acenam com "soluções específicas" por país para acomodar a sensibilidade de determinados setores industriais, que cortarão tarifa abaixo da fórmula geral.

Ao chegar ontem em Paris, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, descartou a demanda dos países industrializados, de fórmula com coeficiente 15 para os emergentes, que significa redução de 65% nas alíquotas consolidadas do Brasil. Mas reiterou que o Brasil está pronto a mostrar flexibilidade na área industrial, sempre pelo princípio da proporcionalidade. "Para cada 1% a 2% de emprego que eles têm na agricultura, temos 30% na indústria e isso tem de ser levado em conta", disse Celso Amorim.

Na quinta e sexta-feira, os ministros do G-4 se reúnem em Bruxelas. Depois, haverá a última reunião antes de baterem o martelo e dizerem se afinal a rodada continua ou não. Amorim declarou-se ontem "esperançoso" de um acordo nas próximas semanas. "Os números que têm sido aventados, que não foram falados, mas que estão no ar, mostram flexibilidades", disse.

O recente acordo entre a Casa Branca e a liderança democrata na área comercial foi recebido como indicação positiva. Mas Amorim alertou que as regras trabalhistas e ambientais são só para acordos de livre comércio que os americanos estão fazendo. "É impossível isso entrar na Rodada Doha", alertou.

Hoje, em Genebra, o ministro estará na assembléia anual da Organização Mundial da Saúde (OMS), onde o Brasil está no centro das atenções depois que quebrou a patente do laboratório americano Merck para o remédio Efavirenz. "Faremos isso sempre que for necessário para atender nossas necessidades de saúde, dentro do respeito das regras internacionais", disse. "Estamos sempre prontos a negociar, mas para negociar é preciso haver dois. O que aconteceu foi muita intransigência do laboratório."

Riscos de acirramento das barreiras não tarifárias - – Valor Econômico – Opinião - 15/05/2007

Muita coisa separa os democratas dos republicanos americanos, mas um terreno em que podem se entender, pôr de lado algumas desavenças e agir é a política comercial do país - em prejuízo do resto do mundo, se for o caso. Na quinta-feira passada, eles chegaram a um acordo que poderá garantir a aprovação de tratados de livre comércio com Panamá, Peru, Colômbia e Coréia do Sul - assinado às pressas para que pudesse se encaixar no prazo de validade da autoridade dada ao presidente dos EUA para fechar acordos desse tipo, sem que o Congresso possa emendá-los.

Com vitórias por margens apertadas na votação dos tratados anteriores, Bush poderia desta vez ter um deles rejeitado em sua totalidade pelo Congresso. O domínio

democrata da Câmara e do Senado tornou esta possibilidade nada remota, e o presidente George W. Bush preferiu um entendimento com seus rivais para garantir alguma margem de manobra, ainda assim estreita, no que lhe resta do mandato. O acordo selado, porém, vai muito além da política interna e representa um passo a mais na pressão dos países desenvolvidos, com os Estados Unidos à frente, para endurecer as condições de entendimentos comerciais que beneficiem países em desenvolvimento.

Nem quando os democratas tinham a presidência do país, com Bill Clinton, conseguiram impor regras trabalhistas e ambientais como parte de acordos de livre comércio. A inclusão destas exigências agora são também uma demonstração do crescente protecionismo americano e a indicação de que em um futuro não tão distante a pressão contra o Brasil recrudescerá.

Há obviamente boas doses de interesse, oportunismo e hipocrisia na iniciativa do Congresso americano. Mas há uma maré favorável em todo o mundo, especialmente em relação à proteção ambiental, que torna imposições como estas muito mais palatáveis que no passado. No caso do meio ambiente, tema que assumiu plano de primeira grandeza na preocupação mundial, será cada vez mais difícil para o Brasil e demais países emergentes não apenas realizar acordos comerciais, como possivelmente até exportar, sem comprovar que seus produtos são "ecologicamente" adequados.

O biodiesel poderá servir de parâmetro para o que virá no futuro. Nesse caso somam-se o problema dos direitos trabalhistas - as duríssimas condições de trabalho dos cortadores de cana - e as restrições ambientais. A União Européia já deu sinais nesta direção (Folha de S. Paulo, 13 de maio) e o governo brasileiro mostra-se preocupado em criar processos de certificação. Isto diminuirá, mas não impedirá, pressões protecionistas baseadas nas conhecidas condições dos trabalhadores dos canaviais. É uma questão que só se resolverá no médio prazo e que precisará ser enfrentada com mais empenho pelo Estado e pelos usineiros. Da mesma forma, já partiram avisos da UE sobre outra barreira não-tarifária que poderá trazer prejuízos sérios e mais imediatos para as exportações - os padrões sanitários para a carne bovina, da qual o Brasil é hoje o maior exportador do mundo. Uma missão européia concluiu que a qualidade não é um forte do Brasil nesta área. A UE deu prazo até novembro para que o sistema de vigilância e prevenção seja confiável. A ameaça é óbvia - retirar do mercado um forte concorrente.

Como o Brasil não fez acordos comerciais com nenhum país desenvolvido importante nos últimos anos, tornou-se mais vulnerável e mais desprotegido diante das pressões. A iniciativa democrata-republicana visa proteger o mercado americano e os países que já realizaram acordos. Os próximos, se houver, serão mais duros. Depois, o Congresso não deu um sinal de que o entendimento bipartidário significará a renovação do fast-track. Sem ele, a Rodada Doha ficará no limbo. Sem Alca e sem tratado com a UE, o Brasil ficará à mercê de barreiras não-tarifárias crescentes, enquanto concorrentes de porte, como a Coreia do Sul, já terão furado esta barreira e terão acesso preferencial ao maior mercado do mundo. Barreiras não-tarifárias e acordos comerciais são assuntos distintos, mas se complementam no âmbito dos acordos, que definem condições para acesso a mercados e regras para proteção. Sem um jogo ativo nesta área, o país deverá ter cada vez mais dissabores em setores onde conquistou competitividade e posição relevante na arena internacional.

UE propõe este mês parceria com Brasil - Humberto Saccomandi e Sergio Leo – Valor Econômico – Internacional - 15/05/2007

A União Européia divulga no final deste mês documento no qual oferece uma parceria estratégica ao Brasil. Apesar de ser uma proposta de acordo político, e não comercial, a parceria deve incluir dispositivos para facilitar e incrementar o comércio entre Brasil e UE. E pode gerar constrangimentos na relação brasileira com os parceiros do Mercosul, embora o governo brasileiro defenda o contrário.

A proposta, intitulada "Parceria Estratégica com o Brasil", será encaminhada pela Comissão Européia (órgão executivo da UE) ao Parlamento Europeu e o Conselho Europeu (que reúne líderes do bloco). E deve ser discutida na cúpula da UE em junho. Europeus e brasileiros concordam em dar destaque à colaboração na área de biocombustíveis e mudança climática.

A proposta oficial será encaminhada ao governo brasileiro na primeira cúpula UE-Brasil, em Lisboa, em 4 de julho. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará do encontro. De lá, segue para uma conferência sobre biocombustíveis em Bruxelas, na qual "será a grande estrela", segundo um diplomata europeu. A conferência foi uma iniciativa do atual presidente da Comissão, o português José Manuel Durão Barroso, impressionado com o programa brasileiro de combustíveis renováveis.

A escolha do Brasil como parceiro preferencial dos europeus no continente tem o potencial de despertar ciúmes dos vizinhos com fortes laços econômicos e culturais com o Velho Continente, como a Argentina, e alimentar especulações sobre um possível "descolamento" do Brasil em relação a seus sócios no Mercosul. O Itamaraty diz não ver motivo para isso, argumentando que esse tipo de parceria é uma relação bilateral, um tipo de acordo político que o Brasil já vem mantendo individualmente. Estaria em nível semelhante a articulações como o IBAS, que une Brasil, Índia e África do Sul.

O governo brasileiro vê a aproximação com a UE, porém, como decorrência natural do longo relacionamento com o bloco europeu e do maior protagonismo brasileiro em instâncias políticas internacionais, como a ONU e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A proposta ao Brasil é uma iniciativa do governo português, que assume em julho a Presidência rotativa da UE. "O objetivo é elevar a relação com o Brasil para o mesmo patamar que a dos parceiros mais importantes da UE", disse ontem o ministro das Relações Exteriores de Portugal, Luis Amado, antes de reunião com colegas europeus.

A proposta de parceria ao Brasil altera um ponto importante da política da UE para a América do Sul, que vinha privilegiando negociações entre blocos econômicos. No caso do Brasil, com o Mercosul. Desde 1999, os dois blocos negociam um acordo comercial. Mas a UE revisou esta política e decidiu que "não poderia mais ignorar o sócio maior do Mercosul".

Segundo o Valor apurou, contribuiu para que a UE decidisse descolar o Brasil do Mercosul a entrada da Venezuela e da Bolívia no bloco sul-americano. Para um diplomata europeu, agora "não é fácil conversar com o Mercosul como um todo". Isso não significa que o Brasil negociará pelo Mercosul com a UE. Só que ganhará um canal de diálogo próprio e privilegiado com os europeus.

Indiretamente, a UE espera que isso ajude a avançar o acordo com o o Mercosul, criando um clima propício para as negociações. Teme-se, porém, a reação dos parceiros sul-americanos a essa aproximação entre Brasil e UE.

As negociações para o acordo de comercial entre Mercosul e UE não serão tratadas nas conversas para a parceria estratégica, porque só serão retomadas após a definição das discussões comerciais mais amplas entre os sócios da OMC. Antes disso, nem os europeus nem os brasileiros se sentem em condições de decidir que ofertas farão.

Um diplomata europeu ouvido pelo Valor deixou claro que, embora a parceria estratégica não substitua o acordo comercial, poderá incluir dispositivos comerciais. Ele citou explicitamente a questão das exportações de carne e de etanol do Brasil para a UE.

Esses dispositivos não devem mexer nas tarifas aplicadas a produtos brasileiros, mas podem reduzir outras restrições, como cotas ou barreiras fitossanitárias. A parceria com a Rússia (de 1997), por exemplo, proíbe a imposição de quotas de importação. Ele contém ainda uma série de dispositivos facilitadores do comércio, além de garantias a investimentos.

Outra questão comercial que pode constar do acordo é um mecanismo de resolução de litígios, que trataria de pendências antes que elas fossem levadas à OMC.

Um diplomata brasileiro na Europa disse ao Valor que esse acordo é o "sonho de consumo" do Brasil nas relações com a UE. O Brasil já tem "parcerias estratégicas" com a maioria dos países europeus individualmente, o que, na avaliação do Itamaraty, tem facilitado as discussões bilaterais. O acordo com a UE daria uma dimensão maior, em assuntos como facilitação de comércio e ciência e tecnologia.

A UE já tem acordos de parceria estratégica com EUA, Japão, China, Canadá, Índia e Rússia, e negocia com a África do Sul.

Os termos da parceria ainda terão de ser negociados pelos dois lados, mas na proposta a ser encaminhada ao Brasil, a UE deve destacar alguns pontos, como energia e meio ambiente. Um preocupação europeia é com o fornecimento de etanol, alternativa à excessiva dependência do continente de energia importada da Rússia.

A UE quer negociar o acordo até meados de 2008, para assiná-lo numa cúpula no Brasil, já na Presidência francesa da UE. A acordo de parceria estratégica implica uma notável aproximação política, com a institucionalização de diversos níveis de diálogo e negociação. O mais importante é uma cúpula anual de líderes da UE com o presidente brasileiro.

Portugal promove cúpula entre Brasil e a UE em julho - Francisco Seixas da Costa* - Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2007

De julho a dezembro de 2007, Portugal exercerá, pela terceira vez, a presidência da União Europeia, no simbólico ano em que as instituições comunitárias comemoram meio século de existência.

Portugal decidiu eleger o Brasil como uma importante prioridade na sua agenda europeia. Assim, e por proposta portuguesa, a União Europeia vai organizar, em 4 de julho, aquela que virá a ser a primeira reunião de cúpula entre o Brasil e a UE, juntando em Lisboa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente em exercício da União Europeia, o primeiro-ministro José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Com a organização desse encontro, o diálogo político entre o Brasil e o espaço comunitário europeu atingirá o mais elevado patamar possível, lugar onde, atualmente, a UE apenas colocou países como os EUA, o Canadá, a Rússia, a China, o Japão e a Índia.

O objetivo da reunião é preparar as bases para a consagração do Brasil como futuro “parceiro estratégico” da UE, modelo que o tornará, em definitivo, num interlocutor privilegiado e regular do espaço europeu.

Desde há vários meses, em estreita articulação com as autoridades brasileiras, Portugal tem desenvolvido estreitos e persistentes contatos com todos os seus parceiros da UE, e conseguido sensibilizar nesse mesmo sentido os serviços da Comissão Europeia, para a importância de ser concedido ao Brasil um status à altura da posição que o País hoje ocupa no cenário estratégico mundial.

Parece-nos uma evidência que o Brasil se assume hoje, no plano internacional, como uma referência para quantos promovem os valores das sociedades livres, pela preeminência que dá à defesa da democracia, à observância das regras do Estado de Direito e ao respeito pelos direitos humanos. O País dispõe de um sólido corpo de instituições que não têm sido abaladas por crises conjunturais e têm mesmo sabido dar-lhes resposta, com um sistema judicial reconhecidamente livre e ativo no seu funcionamento.

Além disso, existe hoje no Brasil uma sociedade civil crescentemente atenta e cada vez mais organizada, uma comunicação social que exprime pluralismo. No plano político, usufrui ainda de um sistema eleitoral exemplar, sem exclusões de qualquer natureza, sendo evidente a ausência de tentações de retorno a modelos estatizantes e a observância de regras de livre mercado, transparentes e críveis - o que, no exterior, se repercute nos excelentes ratings do país. O nível de crescimento dos investimentos e das trocas comerciais do Brasil com a Europa é a prova da interpenetração progressiva das economias dos dois espaços.

O papel estabilizador do Brasil no subcontinente sul-americano é também hoje um elemento incontroverso, tal como o fato de pugnar, como nenhum outro Estado, pela integração econômica e política da região em torno de valores democráticos e de liberdade econômica, que se cruzam com os que a Europa comunitária cultiva e promove.

O Brasil compartilha igualmente com a Europa um firme empenho na defesa do sistema multilateral, onde hoje ganhou um papel destacado nas negociações comerciais, sendo um parceiro seguro e ativo nas grandes causas globais - desde a luta contra a fome, pobreza e desigualdades às questões das mudanças climáticas e proteção da biodiversidade, com um papel de reconhecida liderança na decisiva área das energias renováveis.

O primeiro-ministro português, José Sócrates, quando se deslocou ao Brasil, em agosto do ano passado, deixou claro que não assumimos o simplismo de considerar que “Portugal é a porta do Brasil para a Europa”. O Brasil tem hoje todas as portas da Europa abertas, de par em par. Mas orgulhamo-nos, cremos que legitimamente, em poder afirmar, sem receio de sermos desmentidos, que nenhum país dá mais atenção ao Brasil e à promoção dos seus interesses na União Europeia do que Portugal. A colocação desta

Cúpula no centro da agenda da nossa presidência da União Européia é disso uma prova inequívoca.

*** Francisco Seixas da Costa é embaixador de Portugal no Brasil**

Brasil deve liderar concessões na OMC, diz UE - João Caminoto – Valor Econômico – Economia e Negócios – 16/05/2007

A União Européia (UE) voltou a jogar sobre o Brasil a responsabilidade de fazer concessões que possibilitem um acordo na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). E isso ocorre justamente quando o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, demonstra otimismo com a perspectiva de avanços concretos na reunião do G-4 - grupo composto, além do Brasil, pela UE, Estados Unidos e Índia - que ocorrerá amanhã e sexta-feira em Bruxelas.

'O Brasil vai ter que dar um pouco mais para justificar seu otimismo', disse o comissário europeu para o comércio, Peter Mandelson, ao ser questionado à saída de um restaurante parisiense sobre os sinais emitidos por Amorim.

Minutos antes das declarações do principal negociador europeu, Amorim havia reiterado em entrevista a jornalistas brasileiros que o Brasil está disposto a fazer mais concessões, mas desde que os europeus e americanos apresentem concretamente propostas de abertura comercial em seus mercados agrícolas consideradas satisfatórias por Brasília e outros países em desenvolvimento.

Europeus e americanos cobram uma maior abertura do Brasil nos setores industrial e de serviços. Ambos estão em Paris por causa da reunião ministerial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Amanhã, participarão com colegas de outros países da OCDE de um encontro com o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, antes de embarcarem para Bélgica.

Reunião do G-4 é novo teste para a Rodada Doha - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/05/2007

O otimismo manifestado pelos principais protagonistas da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) será testado hoje e amanhã na reunião dos ministros do G-4 em Bruxelas. O grupo, formado por Brasil, Índia, União Européia e Estados Unidos, está distante de um acordo, mas espera uma maior 'convergência' de suas posições, o que aumentaria a chance de conclusão da rodada até o fim do ano.

Após um encontro com representantes de países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o ministro das Relações Exteriores,

Celso Amorim, disse que desde a retomada das negociações, no início do ano, no Fórum Econômico Mundial de Davos, houve avanços nas propostas relacionadas à agricultura. Washington, por exemplo, sinalizou que aceita reduzir o limite de subsídios de US\$ 22 bilhões para menos de US\$ 18 bilhões.

Para a representante do comércio dos EUA, Susan Schwab, 'há um senso de urgência, de momento'. Segundo ela, há 'uma janela muito estreita' para o G-4 chegar a um acordo e concluir a Rodada Doha.

Mais cauteloso quanto ao andamento das negociações, o comissário europeu para o Comércio, Peter Mandelson, disse que cabe ao Brasil a responsabilidade de fazer concessões em seu setor de serviços e industrial para que a rodada avance.

OCDE fica mais perto do Brasil - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/05/2007

Amorim considera gesto positivo e diz que o País vai aderir em grupo

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) oficializou ontem a sua decisão de 'reforçar a cooperação' com o Brasil, a África do Sul, a China, a Índia e a Indonésia, que poderá levar 'a uma eventual adesão' desses países aos seus quadros no futuro.

O organismo, que congrega as 30 economias mais industrializadas, também anunciou o início de negociações para a adesão do Chile, da Estônia, de Israel, da Rússia e da Eslovênia.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que participou da reunião da OCDE, disse que o Brasil vê com 'interesse' a iniciativa, mas deixou claro que o governo ainda não decidiu se vai se associar à entidade. Segundo ele, será necessário avaliar as condições da adesão, que demandaria, por exemplo, o compromisso de acelerar reformas econômicas.

Amorim, no entanto, elogiou a decisão da OCDE de estreitar as relações com o grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), uma das demandas do Brasil para avaliar a eventual adesão. 'Vamos em grupo, isso é positivo', disse Amorim.

O governo brasileiro quer evitar que a aproximação ao 'clube dos ricos' prejudique a sua liderança nos grupos de nações em desenvolvimento, como o G-20.

O secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, reiterou que um processo de adesão do Brasil não está sendo iniciado agora, como no caso do Chile, pois essa decisão cabe ao governo brasileiro. 'A OCDE está muito interessada em manter a relação o mais próxima possível com o Brasil', disse. 'O quanto próxima ela será vai depender do próprio Brasil.'

Ele enfatizou que cabe a cada país decidir quanto tempo poderá levar um processo de adesão. 'Cada governo vai decidir se, como e quando quer entrar na OCDE', disse o mexicano.

Os ministros da OCDE, num comunicado oficial, explicaram que a decisão de iniciar uma aproximação com outros países justifica-se pela necessidade de expandir a sua 'presença global, seu impacto político e relevância'.

Eles salientaram a 'importância' do Brasil e outros grandes países em desenvolvimento para a economia mundial. 'Suas políticas e atividades têm impacto global e afetam os temas tratados pela OCDE', disse o comunicado.

Fidel ataca condições de cortadores de cana no Brasil –Folha de São Paulo – 16/05/2007

O ditador cubano Fidel Castro, afastado do poder desde julho por motivo de saúde, voltou a atacar ontem no jornal oficial "Granma" o programa de biocombustíveis, desta vez destacando as péssimas condições de trabalho em que vivem os cortadores de cana-de-açúcar no Brasil e os danos ambientais produzidos pelo cultivo. No seu sétimo artigo em dois meses, Fidel comenta o documentário produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e apresentado durante o 4º encontro contra os tratados de livre comércio.

Após transcrever relatos de trabalhadores na colheita de cana registrados pelo documentário, o cubano diz que "é necessário desmistificar a propaganda sobre os supostos benefícios dos biocombustíveis". No fim do artigo, porém, Fidel apóia "totalmente" a decisão do governo brasileiro de quebrar a patente de um medicamento contra a AIDS, "de preço abusivamente alto". O cubano ainda saúda o que chamou de "solução mutuamente satisfatória das diferenças com a Bolívia" sobre duas refinarias da Petrobras no país.

UE cobra mais do Brasil para fechar Doha – Clóvis Rossi - Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2007

País terá de ceder em áreas como serviços e bens industriais para compensar a redução dos subsídios agrícolas dos EUA

Negociações sobre acordo para tentar fechar Doha começam hoje, em Paris, e prosseguem amanhã e sexta-feira, em Bruxelas

Na véspera de três dias de negociações comerciais tidas como decisivas para eventualmente fechar a Rodada Doha, o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, jogou água fria no otimismo que o ministro brasileiro Celso Amorim havia vertido momentos antes:

"Amorim terá que fazer um pouco mais [de concessões], se quiser que seu otimismo se transforme em realidade na negociação", disse Mandelson, ao cruzar, na avenida Kléber, com dois jornalistas brasileiros que saíam da residência da embaixadora brasileira em Paris, 400 metros adiante, depois de uma conversa com Amorim.

Ele justificava o otimismo por acreditar que há "avanços palpáveis" nas propostas sobre a mesa para destravar a Rodada Doha, lançada na capital do Qatar, em 2001, e virtualmente paralisada desde então.

O chanceler cita, por exemplo, o fato de que já se fala abertamente em reduzir o montante dos subsídios que os Estados Unidos dão a seus produtores agrícolas do teto atual de US\$ 22 bilhões para, no mínimo, US\$ 18 bilhões. O presidente do Comitê de Negociações Agrícolas, o neozelandês Crawford Falconer, chegou a mencionar, em recente relatório, a redução para o que chamou de "low teens", o que, em tradução livre, significaria as dezenas iniciais (de bilhões de dólares).

Para mostrar o significado dessa redução, Amorim diz que, "se, na Conferência Ministerial de Cancún [2003], tivessem sido oferecidos os US\$ 22 bilhões, de repente a gente aceitaria".

O problema com o otimismo de Amorim é que os Estados Unidos ainda não formalizaram nenhuma proposta firme para a redução de seus subsídios, um dos dois grandes nós da negociação agrícola, que, por sua vez, emperra todos os demais pontos. A expectativa é a de que o façam em algum dos três momentos de negociações que começam hoje, em Paris, e prosseguem amanhã e sexta-feira, em Bruxelas. Em Paris, haverá uma reunião entre um grupo maior de países, mas, em Bruxelas, será apenas o G4, formado por Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia. Amorim acredita que, até julho, esteja delineado o contorno básico da negociação, não apenas entre os quatro grandes atores, mas também com os demais 146 países que formam parte da Organização Mundial do Comércio.

Para isso, no entanto, seria preciso que também a União Européia entrasse com a sua parte, aumentando a oferta de corte nas tarifas de importação, o segundo grande nó agrícola.

Mesmo nessa área, Amorim vê avanço, na medida em que os europeus começaram oferecendo redução média de 39% nas suas tarifas e, agora, "já estão chegando perto do que pede o G20", grupo de países em desenvolvimento que quer reduzir o protecionismo agrícola do mundo rico e cobra o corte de 54% nas tarifas européias.

A frase de Mandelson aos jornalistas brasileiros indica que, antes de ceder nessa área, os europeus querem concessões, tanto do Brasil como dos outros integrantes do G20, em áreas como serviços e bens industriais.

Braço energético do órgão vê possível dano ambiental
A AIE (Agência Internacional de Energia) não compartilha o entusiasmo do presidente Lula pelo etanol como fonte do que o brasileiro já chamou de "revolução" mundial.

"Cada maneira de produzir etanol tem que ser avaliada", diz cauteloso Claude Mandil, diretor-executivo da organização, braço para energia da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, mais conhecida como o clube dos países ricos).

Para Odd Roger Enoksen, ministro norueguês de Petróleo e Energia, disseminar os biocombustíveis é "um tema político quente". "Os biocombustíveis também têm seus problemas", diz Enoksen.

Explicita-os John Ryan, subsecretário australiano de Recursos, Energia e Indústria: "O primeiro problema é que a capacidade de produzir etanol depende de inovações tecnológicas, por se tratar de uma indústria nascente. E o investimento em inovação pode não ser sustentável no longo prazo". Segundo problema: "Nem todas as maneiras de produzir etanol favorecem a preservação do meio ambiente".

Com maior ou menor entusiasmo pelo etanol, a AIE, que teve reunião nesta semana em Paris, reconhece que no curto ou médio prazo o cenário energético global é insustentável.

No curto prazo, "não vemos como o mercado [de energia] possa se equilibrar sem um aumento da produção dos países da OPEP", diz Mandil, referindo-se à Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Estes, por sua vez, já avisaram que não vão aumentar a produção.

No médio prazo, "a demanda por combustível fóssil e a emissão de gases que produzem o efeito estufa seguirão sua presente trilha insustentável até 2030, se não houver ação governamental", diz o "Panorama Mundial da Energia", editado pela agência. "Novas tecnologias de biocombustíveis em desenvolvimento hoje, notadamente o etanol celulósico, poderiam levar os biocombustíveis a desempenhar um papel muito maior", diz a publicação.

O etanol celulósico é produzido a partir de resíduos florestais e agrícolas e de plantações específicas. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, observa: "Se não tivesse havido a primeira fase, com a comprovação da eficiência do etanol de cana, não haveria a segunda. De todo modo, não podemos descansar. Temos que nos preparar para essa nova etapa". **(CLÓVIS ROSSI)**

G-4 no Brasil – Valor Econômico – Primeiro Caderno – Curtas – 16/05/2007

O Brasil poderá sediar uma reunião crucial do G-4, que reúne também Estados Unidos, União Européia e Índia, prevista para 20 de junho. "Alguns querem que seja no Brasil", disse o ministro Celso Amorim. A reunião poderá servir para bater o martelo sobre um possível entendimento, que abriria as portas para o acordo da Rodada Doha. Amorim declarou-se esperançoso, porque os números mostram flexibilidade. "Uma redução dos subsídios agrícolas americanos, de US\$ 22 bilhões para US\$ 18 bilhões, é um avanço", exemplificou o ministro, sem confirmar se esse é o montante proposto por Washington.

Acordo difícil – Valor Econômico – Primeiro Caderno – Curtas – 16/05/2007

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, advertiu que se os países não forem capazes de concluir a Rodada Doha, as perspectivas ficam mais difíceis para um acordo global sobre clima, porque este "é dez vezes mais difícil". A Agência Internacional de Energia (AIE) apresentará à cúpula do G8+5, no mês que vem, na Alemanha, relatório preliminar sobre a situação energética, mas não enfocará o etanol. O diretor da entidade, Claude Mandil, mostrou-se prudente sobre o biocombustível em geral, mas positivo sobre o etanol brasileiro, a partir de cana-de-açúcar, ao contrário do etanol a partir do milho, nos EUA.

Número 2 do FMI questiona viabilidade de Banco do Sul - Folha de São Paulo – Dinheiro - 17/05/2007

O vice-diretor-gerente do FMI, o americano John Lipsky, questionou a viabilidade do projeto do presidente venezuelano, Hugo Chávez, de criar o Banco do Sul -instituição de fomento para a América do Sul.

"Eu não acredito que essa idéia [criação do Banco do Sul] esteja muito clara e, de qualquer maneira, ainda não há acordo", afirmou Lipsky, o número dois do FMI, abaixo apenas do espanhol Rodrigo de Rato.

Para ele, "não é muito realista" a formação de um fundo em que os países sul-americanos tornariam seus recursos disponíveis, sem fazer algum tipo de exigência, para as nações da região em dificuldades financeiras.

De acordo com Lipsky, independentemente das características da nova instituição, o FMI "certamente" irá cooperar com ela.

No início de maio, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a criação da instituição interessa ao Brasil, embora o país não tenha necessidade de financiamento como os demais da região.

Chávez anunciou no final de abril que vai retirar formalmente a Venezuela do FMI e do Banco Mundial para criar o Banco do Sul. A decisão, que ainda não foi formalizada, é

considerada um ato mais simbólico, já que o país cancelou suas dívidas com as duas instituições.

Ontem, o ministro de Finanças da Venezuela, Rodrigo Cabezas, afirmou que o país não deverá ter problemas com os credores pela saída das instituições.

Brasil esnoba convite do "clube dos ricos" – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/05/2007

OCDE convida país para um "envolvimento reforçado", mas Amorim diz que "o Brasil não precisa do selo de qualidade"

Chile, Estônia, Israel, Rússia e Eslovênia são convidados a se tornar membros plenos da instituição, que hoje tem 30 integrantes

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) formalizou ontem o convite para que cinco países (Chile, Estônia, Israel, Rússia e Eslovênia) se tornem membros plenos dessa instituição tradicionalmente conhecida como o clube dos países ricos (são 30 seus integrantes).

O Brasil, embora sua economia seja bem maior do que a dos convidados, exceto a Rússia, foi chamado apenas para um "envolvimento reforçado, com vistas a uma eventual adesão", com China, Índia e Indonésia.

Mas, ao contrário do que acontecia até recentemente, quando a OCDE é que não se entusiasmava com o Brasil, agora é o Brasil que esnoba as constantes insinuações do secretário-geral da instituição, o mexicano Ángel Gurría, para que adira plenamente.

Sem selo

O chanceler Celso Amorim diz que "o Brasil não precisa do selo de qualidade [que representaria ser membro pleno do clube dos ricos], porque já o tem na sua política econômica, na sua política social e na própria política, com a consolidação da democracia". Ontem, na conversa com Amorim, Gurría deixou bem claro que era ele, como executivo da OCDE, quem demandava a entrada do Brasil, ressaltando, como é óbvio, que cabe ao país decidir se, quando e como iniciar negociações para a adesão plena. O Brasil já tem com a OCDE, desde 1998, um acordo de cooperação que estabelece uma "relação especial", como a define Nicholas Bray, porta-voz da organização. Significa que o país participa de muitos comitês, que são a forma prática de atuação da OCDE. Como diz Gurría, o Brasil "já trabalha hoje em praticamente todos os comitês substantivos". Ainda assim, o desejo da OCDE, expresso pelo próprio Gurría, é o de ter com o Brasil "um relacionamento tão próximo quanto o Brasil deseja", o que fica a um passo de um convite público para adesão plena. "Não estamos nos oferecendo", responde indiretamente Amorim.

Proteção e abertura

Esclarecidos os termos do namoro, quais são as dificuldades? Explica, pela OCDE, Bray: "A questão não é apenas ser uma grande economia, mas ter mercados financeiros e do trabalho que funcionem bem e leis adequadas para que o mercado funcione bem. Ou seja, leis que protejam a propriedade e que sejam abertas aos investimentos estrangeiros". Dessas restrições, parece evidente que o grande problema é a proteção dos investimentos. Há alguns anos, a OCDE preparou um acordo (MAI, sigla em inglês para Acordo Multilateral de Investimentos), que era tão liberal que provocou o rechaço até da França, sem falar na revolta das ONGs que atuam nessa área. O Brasil nem quis ouvir falar do MAI quando suas regras entraram nos debates sobre a relação entre comércio e investimento. Agora, por mais que o Brasil tenha feito reformas liberalizantes, ainda há o desejo de preservar o espaço para eventualmente adotar políticas industriais que limitem a liberdade absoluta do investimento externo.

O que facilitaria uma futura adesão plena do Brasil ao clubão do mundo rico seria o tratamento em bloco dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China, países em desenvolvimento que seriam as grandes potências mundiais a partir de 2020, segundo exercício especulativo da firma financeira Goldman Sachs). A esses quatro, Gurría acrescentou ontem a África do Sul e a Indonésia.

De que serve ser membro pleno da OCDE? Explica o ministro espanhol da Economia, Pedro Solbes: "A OCDE centra sua atividade na análise dos principais problemas econômicos e sociais, identificando as boas práticas, ou políticas que demonstraram sua eficácia para enfrentar os diferentes desafios e oportunidades decorrentes da globalização".

Ou seja, o Brasil poderia, em tese, beneficiar-se da experiência do mundo rico nos mais diferentes campos. Na prática, pode não funcionar tão bem assim. Tanto que o Brasil assinou o acordo anticorrupção debatido e decidido no âmbito da OCDE, o que não quer dizer que o país tenha evoluído nesse quesito, como demonstra sua classificação (ruim) no ranking da Transparência Internacional.

Acordo sobre a liberalização é "inevitável", mas será modesto – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/05/2007

Dezenove dos 150 países-membros da OMC (Organização Mundial do Comércio) reuniram-se ontem em um cenário que parecia ideal para promover avanços imponentes ou a mera sobrevivência da Rodada Doha, a mais recente e mais ambiciosa tentativa de liberalização comercial do planeta.

O cenário: a embaixada da Austrália em Paris, à sombra da torre Eiffel, um dos mais imponentes ícones turísticos do mundo. No saguão do prédio, uma exposição de fotos - entre elas as de Julianne Rose batizadas de "World Survival Tour" ("tour de sobrevivência do mundo"), "instalações cínicas", diz a apresentação.

Ao final da reunião, ganhou a sobrevivência -senão do mundo, ao menos da rodada-, conforme avaliou o anfitrião, o ministro do Comércio da Austrália, Warren Truss: "Um acordo é inevitável", decretou, mas não terá a ambição desejada. Não se trata de avaliação consensual na OMC, mas tem toda a lógica, a julgar pelo seguinte teorema:

1 - O comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, comentou durante o encontro fechado que as negociações caminham bem em termos de estrutura das discussões, mas que não se chegou ainda à barganha dos números sobre a liberalização, seja da agricultura (demanda dos países em desenvolvimento, inclusive e principalmente o Brasil), seja em bens industriais ou serviços (reivindicação dos países ricos). Quando se chegar à barganha é que se saberá se o acordo é mesmo "inevitável" e qual a ambição que terá.

2 - Acontece que o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, diz que "a hora é agora" para pôr os grandes números à mesa, se há de fato o objetivo de terminar a negociação até o final do ano.

Explica Lamy: serão necessários de seis a sete meses de trabalho técnico para compor todas as tabelas para redução de tarifas de importação agrícolas ou industriais, para cortes de subsídios internos à agricultura, sem falar no item serviços. Como os prazos são curtos, o que justifica a avaliação do ministro australiano sobre a inevitabilidade de um acordo? Simples: não se trata de um cálculo técnico nem econômico, mas político.

Medo do fracasso

A avaliação que a **Folha** ouviu da OMC é a de que agora há uma maior consciência dos riscos decorrentes de um fracasso, porque o que se chama na instituição de "os grandes chefes" (o presidente George W. Bush, por exemplo) retomou o controle e sabe que um fracasso terá graves conseqüências geopolíticas e de política interna em muitos países. Sempre de acordo com essa avaliação, o Brasil, por exemplo, odiaria ser parte do fracasso porque a afirmação internacional do governo Lula passa, em grande medida, pela área da negociação comercial e, nela, pelas fatias adicionais de mercado que puder obter para sua competitiva produção agrícola.

Mesmo sob a pressão dos prazos e dos políticos, os negociadores ainda fazem de suas reuniões um grande torneio de oratória, de frases de efeito e de cutucadas uns nos outros, enquanto não há de fato avanços palpáveis.

Exemplo: o mordaz Mandelson mastiga um pedaço de baguete com atum, que lhe foi passado pelos sempre prestimosos assessores, quando a Folha o cutuca: "Aproveite bem porque, em ambientes capitalistas, é raro haver almoço grátis" (alusão à frase originalmente usada em "saloons" norte-americanos e, no século passado, transformada em dístico do liberalismo).

Mandelson nem termina de engolir para retrucar: "Tenho a impressão de que, nesta rodada, tem muita gente querendo almoço grátis, especialmente um país que você conhece muito bem". (CLÓVIS ROSSI)

Retomada de Doha tem sinais contraditórios - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 17/05/2007

Ministros de Comércio de 20 países deram sinais contraditórios ontem, em Paris, sobre a possibilidade de acordo preliminar até o fim de julho na Rodada Doha, para fechar a negociação global até dezembro. Peter Mandelson, comissário da União Européia, não escondia o pessimismo, reclamando que a negociação do G-4 - Brasil, Estados Unidos, UE e Índia -, não entrou no ritmo acelerado que se previa e está lenta demais.

Os ministros do G-4 negociam hoje e amanhã em Bruxelas, mas Mandelson não parecia entusiasmado. Enquanto mastigava um sanduíche na pausa de uma reunião, em Paris, foi indagado o que esperava do encontro do G-4. "Que o sanduíche lá seja melhor que o daqui", retrucou. Depois, ao sair de um encontro de 20 ministros, resumiu assim o que aconteceu: "Foi bom ver os colegas."

O indiano Kamal Nath achou positivos sinais dados pelos EUA Unidos sobre corte de subsídios agrícolas. O australiano Warren Truss estimou que "um acordo é inevitável, vamos ter um resultado". O ministro Celso Amorim se declarou "esperançoso". A representante comercial dos EUA, Susan Schwab, admitiu que será difícil concluir a rodada até dezembro, mas acha que "isso é possível".

O sentimento de frustração foi escancarado quando um jornalista comentou que parecia estar escrevendo o mesmo artigo nos últimos dois anos sobre a negociação global. Schwab respondeu que também achava que estava fazendo o mesmo discurso. O fato é que os EUA indicam nas reuniões que só se engajam mais no corte de subsídios quando a Índia reduzir suas pretensões para designar certo número de produtos agrícolas como "especiais", com corte tarifário menor. O indiano Nath faz concessão, mas logo volta atrás.

Mercosul sofre com gargalo aduaneiro - Francisco Góes – Valor Econômico – Especial - 17/05/2007

A integração da burocracia aduaneira, para permitir ganho de tempo nas liberações de exportações e importações, continua a ser uma promessa em Uruguiana-Paso de los Libres, principal ponto de passagem de cargas da América do Sul. Ali, entre o Brasil e a Argentina, a falta de unificação no desembaraço das exportações brasileiras se verifica, apesar de o Mercosul ter determinado, há dez anos, a criação de áreas de controle integradas nas fronteiras entre os países do bloco - com o objetivo de simplificar a burocracia no trânsito de pessoas e cargas.

A integração aduaneira está prevista desde que o Mercosul ganhou personalidade jurídica, em 1994. Mas foi em 1997, por meio de resolução do Grupo Mercado Comum, órgão executivo do bloco, que foram definidos os pontos de fronteira em que seriam instalados os controles integrados. Em Uruguiana-Libres estabeleceu-se que haveria controles nos dois lados do Rio Uruguai. Em 2006, passaram pelo local US\$ 6,5 bilhões entre exportações e importações.

Transitaram por ali 243.411 caminhões (média diária de 667 veículos). As medidas previstas na resolução do Mercosul (nº 43/97) foram parcialmente aplicadas. A liberação

das importações brasileiras foi unificada no Porto Seco Rodoviário de Uruguaiiana, onde estão instaladas, em um mesmo espaço físico, autoridades da Argentina e do Brasil.

Já o desembaraço das exportações brasileiras, que deveria ser todo concentrado do lado argentino, ainda é feito em duas etapas, forçando os caminhões a pararem uma vez em Uruguaiiana e outra em Libres. A exceção são os caminhões que circulam no regime "porta-a-porta" cuja documentação é desembaraçada na origem ou no destino.

A partir de abril de 2008, a situação deve melhorar. Nessa data os trâmites burocráticos das exportações brasileiras passarão a se concentrar do lado argentino. A medida depende da conclusão das obras de expansão do Complexo Terminal de Cargas (Cotecar), em Libres, estrutura onde trabalharão lado a lado funcionários do Brasil e da Argentina.

O Cotecar está recebendo quase US\$ 12 milhões em investimento do governo argentino para ampliar a capacidade de recebimento de caminhões. Hoje o terminal pode receber 550 veículos, número que passará a 800, afirma Alfredo Nicolás Coutinho, chefe do centro de fronteira de Paso de los Libres.

Coutinho diz que a ampliação do Cotecar faz parte de projeto maior que prevê a remodelação do centro de fronteira e a ampliação da "ruta 14" que faz a ligação com Buenos Aires. Para ele, a unificação plena das aduanas só ocorrerá quando os sistemas de informática dos dois países forem integrados. "O crescimento do comércio é tão grande que as autoridades não conseguem acompanhar", diz um empresário brasileiro.

Na visão de Josemar Dalsochio, delegado da Receita Federal em Uruguaiiana, haverá ganhos de tempo com a unificação, em Libres, dos trâmites burocráticos das exportações brasileiras, mas eles não serão significativos. Ele diz que hoje as autoridades que intervêm nos processos de liberações de cargas nas fronteiras trabalham de forma sequencial. "Para haver ganho de tempo significativo é preciso que se trabalhe simultaneamente, o que depende da integração dos sistemas de informática e das legislações", diz.

Ele avalia que, quando se definiu o critério de áreas de controle integrado, o tempo de parada nas fronteiras podia ser medido em dias. "Agora é em horas." Francisco Labriola, coordenador pelo Brasil do subgrupo de trabalho de assuntos aduaneiros do Mercosul, diz que até o fim do ano deverá ser aprovado o Código Aduaneiro do Mercosul, que irá uniformizar procedimentos nas aduanas.

Dados da Eadi Sul, empresa que administra o Porto Seco Rodoviário de Uruguaiiana, mostram que, em abril, 69,74% dos veículos (entre exportação e importação) foram liberados no primeiro dia de permanência no local. O tempo médio de permanência dos caminhões na importação, em abril, foi de 12 horas e 18 minutos e, na exportação, de 5 horas e 16 minutos. O tempo médio de permanência (entre importações e exportações) foi de 7 horas e 59 minutos. Antônio da Rocha, gerente-geral da Eadi Sul, diz que o trâmite burocrático da importação é mais longo do que o da exportação.

No Porto Seco Rodoviário de Uruguaiiana, cerca de 40% dos processos precisam da intervenção do Ministério da Agricultura. E a falta de um número maior de técnicos da Agricultura fez com que alguns produtos migrassem para outros pontos de fronteira mais bem estruturados em termos de pessoal.

G-4 avança em negociações para destravar Doha - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/05/2007

Segundo o ministro Celso Amorim, 'é possível que se chegue a um acordo no próximo mês'; EUA acenam com redução de subsídios agrícolas

Após se reunirem por mais de 13 horas no castelo Val Duchesse, nas proximidades de Bruxelas, os negociadores do G-4 - Brasil, União Européia (UE), Estados Unidos e Índia - começaram a acenar ontem com a possibilidade de fechar em junho um acordo para a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

'Cheguei razoavelmente otimista a Bruxelas. Nesse primeiro dia de reunião, demos um passo adiante', disse o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. 'Temos muito trabalho pela frente, e um acordo de modo algum ainda é garantido, mas é possível que cheguemos a ele no próximo mês.'

Segundo Amorim, há entre os integrantes do G-4 'um claro esforço para concluir ' a Rodada Doha, cujas negociações já duram cerca de seis anos. Se as conversas realmente avançarem, o encontro de junho pode ser realizado no Rio de Janeiro.

Além de Amorim, participam da reunião de Bruxelas o comissário europeu para o Comércio, Peter Mandelson, e sua colega para a Agricultura, Mariann Fischer Boel; a representante para o Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, e o secretário americano para Agricultura, Mike Johanns; e o ministro do comércio da Índia, Shri Kamal Nath.

As discussões de ontem se concentraram nas áreas agrícola e de bens industriais. 'Foram muito boas, muito profundas e o ambiente no G-4 é muito construtivo', disse Amorim. Segundo ele, as ofertas dos negociadores ainda não foram colocadas no papel, 'mas já é possível ver com mais clareza o formato delas'. O ministro evitou falar em números, mas deixou claro que um dos pontos cruciais para o progresso das negociações, a redução dos subsídios aos produtores agrícolas americanos, está próximo de ser superado.

Washington já vinha sinalizando, nas últimas semanas, que aceitaria a redução do teto desses subsídios para um total inferior a US\$ 18 bilhões por ano. Os países em desenvolvimento exigem uma queda desse apoio financeiro para algo entre US\$ 10 bilhões e US\$ 14 bilhões. 'Ainda não chegamos a um valor ideal, mas nem sempre o ideal é possível', disse Amorim. 'Mas nunca chegamos tão perto do desejado em qualquer momento da negociação como agora.'

Em relação à área de bens industriais, que requerem concessões dos países em desenvolvimento, Amorim disse que também há progressos. 'Estamos avaliando várias possibilidades, num exercício de flexibilidade mental', disse. Hoje, a pauta da reunião se concentrará sobre o setor de serviços.

A realização da próxima reunião do G-4 no Brasil, no dia de 17 de junho, será decidida amanhã, último dia da reunião em Bruxelas. Segundo Amorim, europeus e americanos já aprovaram a idéia, mas ainda falta o aval de Nath, que não participou dessa discussão por ter chegado atrasado ontem. O evento no Brasil duraria quatro dias.

Uma 'reunião intermediária' do G-4, prevista para o dia 10 de junho em Londres, foi cancelada. Os negociadores avaliaram que não seria produtivo um encontro de apenas algumas horas e decidiram intensificar os contatos entre seus principais assessores nas semanas que antecederão a reunião do Rio.

Amorim ressaltou que é preciso evitar um otimismo exagerado, pois há vários aspectos técnicos a serem negociados. Alguns diplomatas, mais entusiasmados, já começam a falar até em um possível 'acordo do Rio'. Outros, cautelosos, alertam que não é a primeira vez que as negociações são dominadas por um clima de confiança.

Acordo sobre Doha poderá ficar para o Rio, em junho – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007

Trancados das 10h às 22h30 (17h30 em Brasília), ministros do G4 (Brasil, Índia, União Européia e Estados Unidos) conseguiram avançar nas negociações para liberalização comercial o suficiente para que esteja sendo armada uma nova ministerial, de mais longa duração, a ser realizada no Brasil para eventualmente fechar o acordo (em princípio no Rio de Janeiro, a partir de 17 de junho).

"Não é garantido, mas temos uma chance real de terminar o trabalho", resume o chanceler brasileiro Celso Amorim. Mesmo que se dê o devido desconto ao fato de que Amorim é um assumido otimista, outros altos funcionários brasileiros transmitem sentimento similar.

O melhor exemplo é Clodoaldo Huguene, o embaixador em Genebra, a sede da OMC, responsável pela condução do dia-a-dia da negociação, quase sempre frustrante. Desta vez, Huguene voltou do castelo de Val Duchesse em que se trancaram os ministros com a avaliação de que "há uma efetiva disposição de fechar o acordo".

Números concretos sobre os temas ontem debatidos (agricultura e bens industriais) não foram divulgados, até porque há um acordo entre as quatro delegações no sentido de não adiantá-los aos jornalistas para evitar que a negociação passe a ser feita através da mídia.

Ainda assim, Amorim antecipa que os números que foram ao menos insinuados ontem "não são os ideais, mas estão mais perto de uma convergência do que em qualquer outro momento". É outra indicação forte da possibilidade de acordo, na medida em que a Rodada Doha de liberalização comercial foi lançada há seis anos, na capital do Qatar, mas pouco avançou desde então.

As negociações permitiram analisar todo o pacote agrícola. A diferença em relação a momentos anteriores, segundo Amorim, está dada pelo fato de que, agora, "houve uma análise de diferentes cenários, em vez de cada parte ficar centrada em uma só posição". É razoável deduzir que os números tratados na discussão agrícola devem ter pelo menos se aproximado das reivindicações do Brasil, porque a reunião tratou também de bens industriais. O governo brasileiro sempre condicionou concessões nesta área a um pacote agrícola tão substancial que permitisse vender internamente uma abertura industrial, ainda que menor do que a abertura agrícola do mundo rico.

Hoje, os ministros voltam a se reunir, já com a presença dos presidentes dos comitês de negociação agrícola e de bens industriais, o que é a melhor maneira de enlaçar a negociação no G4 com o processo multilateral, que envolve os 150 membros da OMC.

Boa fase poderá favorecer mudanças na "Farm Bill"? - The Economist – Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007

Visto a distância, o solo político de Washington parece preparado para uma impressionante reforma dos subsídios agrícolas este ano - bastaria que George Bush e o Congresso americano explorassem as condições que têm à mão. Como o faz a cada cinco anos, o Legislativo precisará renovar a lei agrícola do país ("Farm Bill"), conjunto de leis abrangendo desde subsídios até a conservação de terras.

Desta vez, as sementes para a reforma podem ser encontradas nas boas notícias que chegam do cinturão agrícola. A demanda por etanol elevou o preço do milho e das terras e à medida que diminui a oferta de outros grãos, suas cotações sobem. O cenário poderia levar a população a repensar os méritos da assistência social aos agricultores. Será que os políticos aproveitarão a chance?

As propostas que Bush apresentou serão pouco mais do que um belisco no sistema. O governo espera desviar parte dos subsídios aos preços e favorecer agricultores de culturas específicas, que se ressentem por ficar sozinhos enquanto o governo mima produtores de milho, trigo, arroz e outros favorecidos. Também quer limitar os pagamentos por renda, para que mais dinheiro flua às fazendas menores. E embora queira continuar atrelando parte dos pagamentos à produção real agrícola também quer baseá-los no rendimento e preços históricos, fornecendo mais uma proteção aos agricultores cujas colheitas fracassam.

No geral, os planos do governo pouco farão para interromper os confortáveis arranjos em vigor. Os reformistas, incluindo os que querem dinheiro para outras causas, esperam por mudanças. Talvez isso ocorra nos próximos dias, quando comissões parlamentares olharem para o assunto. Como em outros programas de gastos públicos, porém, os políticos dos EUA tendem a reproduzir subsídios que aprovaram no ciclo anterior. Raramente novos princípios criam raízes no pedregoso solo de Washington.

A integração sul-americana sob ameaça - Jorge Felix – Valor Econômico – Eu & Fim de Semana - 18/05/2007

Enaltecido como o salvador da pátria em tempos de aquecimento global, o etanol tem emitido nuvens de fumaça sobre a América Latina. Sua primeira vítima é o projeto de integração do continente, semente plantada há tempos e cultivada com cuidado diante das idiosincrasias dos líderes latino-americanos. Até o combustível verde assumir o papel de redentor do planeta, os chefes de Estado faziam olhos de mercador para conflitos de interesses ou divergências históricas em nome do que chamavam de unidade e os observadores preferiam batizar de embate pela liderança continental. Mas o cenário começou a mudar recentemente quando George W. Bush adotou o etanol como prioridade na política energética nos Estados Unidos.

A decisão do presidente americano - exigida pelo crescimento da popularidade do democrata Al Gore - alterou a correlação de forças na América Latina. Deixou a balança favorável ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e atingiu seu arquiinimigo Hugo Chávez, da Venezuela. Dessa forma, Lula conseguiu o combustível para ajudá-lo na disputa com o venezuelano pela posição de líder político do continente - mesmo que analistas políticos considerem impossível a conquista dessa posição.

Na terça-feira, durante entrevista coletiva, Lula continuou apontando Chávez como uma "parceiro inestimável". Para os observadores da cena internacional, a declaração é parte do embate com punhos de renda entre os dois presidentes. Lula segue a tradição diplomática brasileira e evita um conflito aberto. Chávez tem correspondido. Depois de ensaiar uma reação acusando o etanol de "irracional e antiético", em pouco tempo foi obrigado a recuar e prometeu comprar o produto brasileiro "no melhor preço" nos próximos dez anos. Essas declarações expõem as limitações dos dois contendores. Nenhum deles pode radicalizar sob pena de comprometerem a integração regional - ainda mais necessária agora para a sobrevivência energética do continente diante do desafio do desenvolvimento econômico.

A consequência imediata dessa nova conjuntura desenhada no campo energético foi um realinhamento da política externa brasileira. Segundo o professor Gilberto Dupas, coordenador do Grupo de Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (USP), a aproximação com Chávez representou uma oportunidade estratégica para o governo Lula no primeiro mandato, sobretudo depois de a Comunidade Andina das Nações (CAN) recusar-se a assinar acordos de livre mercado com os EUA, sob a influência do presidente venezuelano. "No entanto, o cenário se modificou no Peru, no Equador e na própria Venezuela com sintomas preocupantes em relação à democracia. E esses fatores obrigaram Lula a um distanciamento maior, do ponto de vista pessoal, e agora se manifesta com mais ruído na questão do etanol", explica Dupas.

Há quem acredite que o etanol - e todos os interesses comerciais inerentes ao setor energético - está servindo para uma correção de rota depois de sucessivos erros na política externa brasileira. "A frente com Chávez foi uma obra de ficção da cabeça de alguns iluminados que nunca tiveram nenhuma relação com quem produz e exporta", afirma Christian Lobauer, também integrante do Gacint-USP.

Em sua opinião, o governo brasileiro teria se perdido nas relações com a Venezuela, a Bolívia, o Equador e o Uruguai. E o problema tenderia a se agravar ainda mais com a Argentina e o Paraguai. A razão seria simples: "O interesse político e o discurso de liderança e integração deixaram os formuladores míopes, absolutamente distantes dos interesses do negócio brasileiro." Para Lobauer, não é possível escapar de uma integração

com Chávez, mas também é inviável ficar a reboque do presidente venezuelano. "Lula percebeu que tinha que mostrar certa autonomia", concorda o cientista político Fernando Luiz Abrucio, professor da Fundação Getúlio Vargas (FVG-SP), para quem a política externa brasileira "teve mais pretensão do que meios de alcançar os objetivos" traçados no primeiro mandato.

A mudança de comportamento de Lula é perceptível a olho nu. Suas repetidas declarações em defesa da democracia são o sinal mais evidente. É um esforço para passar uma borracha em declarações feitas no passado em tom incondicional. Um dos melhores exemplos ocorreu durante a solenidade de assinatura de um acordo entre a Petrobras e a Petróleos de Venezuela (PDVSA), em setembro de 2005. Questionado por jornalistas sobre a situação institucional no país de Chávez, Lula saiu em defesa do colega: "Eu não sei se a América Latina teve um presidente com as experiências democráticas colocadas em prática na Venezuela." Indagado sobre se havia democracia no país, continuou: "Poderia até dizer que tem em excesso."

Naquela época, o governo brasileiro ainda vislumbrava um papel de liderança no continente e a estratégia da política externa brasileira, voltada para a chamada relação Sul-Sul, demandava, literalmente, uma política de boa vizinhança. Quase dois anos depois, Chávez parece honrar a frase de Lula. Talvez por acreditar nesse excedente democrático, decidiu livrar-se dele. Deu ao mundo sinais alarmantes de uma queda ao autoritarismo e acabou empurrando Lula para um discurso preocupado com a diferenciação. "Acho que Lula não diria a mesma coisa hoje", afirma o diretor do Instituto Fernand Braudel, Norman Gall, especialista em Venezuela, onde morou por seis anos.

O excesso de democracia transformou-se em alerta em conversa cara a cara com Chávez em reunião no Hotel Copacabana Palace, no Rio, em janeiro. Lula expôs com todas as letras sua preocupação com a democracia no continente. O problema para Chávez é que a onda do etanol o pega, talvez, em seu pior momento. "Há muito oba-oba em torno do etanol, é preciso tempo para constatar o desdobramento disso tudo, mas o momento é delicado para Chávez, embora Lula esteja distante de cristalizar uma liderança", analisa Gall.

Depois de experimentar a fase de pujança com a alta na cotação do petróleo, Chávez agora está sendo chamado a pagar a conta. A Venezuela, lembra Gall, sofre com escassez de alimentos, filas em supermercados, inflação, déficit crescente, reservas em queda. Chávez enfrenta resistência no campo político para a formação de seu Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

Esse quadro é uma conseqüência da tática adotada pelo presidente venezuelano para ocupar a hegemonia no continente: no campo interno, radicalizar em programas assistencialistas e, no externo, subsidiar países vizinhos como Argentina (onde comprou mais de US\$ 3,3 bilhões em títulos argentinos) e Bolívia, onde acaba de fechar acordo para substituir a Petrobras em exploração de petróleo e gás.

A Venezuela vende petróleo barato também para várias repúblicas centro-americanas e caribenhas. Às vezes, a preço de bananas. Ou em troca delas, como é o caso de Granada, que paga o óleo com a fruta. De acordo com dados do Instituto Fernand Braudel, 220 mil barris de petróleo saem todo dia do país e pesam US\$ 2 bilhões no bolso dos contribuintes venezuelanos. Cuba recebe 98 mil barris por dia. O saco de bondades de Chávez, porém, começa a trazer resultados insatisfatórios.

"Os recursos estão saindo do país rapidamente, sem permitir ao governo investimento em infra-estrutura ou serviços para a população, mesmo com programas

assistenciais, e a produção de petróleo está caindo em ritmo acelerado", afirma Norman Gall. "Ele está destruindo a indústria do petróleo do país."

Estudo da consultoria PFC Energy, uma das mais importantes do mundo, demonstra que a interferência política nas estatais de petróleo aumentou as despesas dessas empresas e reduziu o investimento em tecnologia, o que está provocando queda na produção e, a longo prazo, ameaça comprometer o abastecimento mundial. Essa realidade é verificada no México, Irã, Iraque e Venezuela. A recente decisão de Chávez de nacionalizar campos de exploração torna o quadro ainda mais desfavorável pois afasta investimentos estrangeiros - que teriam baixo retorno - fundamentais para a produção de petróleo cru pesado, um tipo de difícil extração.

O risco do blecaute energético e democrático obriga a América Latina a conviver com Chávez e dificulta qualquer tentativa de Lula de apostar em uma liderança continental apenas pelo fato de o etanol ter conquistado o mundo. O perigo de deixar a integração energética no continente sob ameaça empurra, até mesmo, a uma nova análise sobre o caso Bolívia-Petrobras.

"Apesar de resultados absolutos delicados, a estratégia de passar a mão na cabeça de Evo Morales e mandar a Petrobras morder foi acertada", analisa Dupas. "A solução dada na venda das refinarias da Petrobras não esgarçou as relações a ponto de Morales se afastar de Lula e integrar um bloco com Chávez", acredita Aldo Fornazzieri, doutor em ciências políticas pela USP e diretor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Chávez continua usando a riqueza do petróleo para alimentar seu projeto político, mas Lula, com o etanol, passou a colocar em prática uma política externa de resultados. "A liderança é sonho; no entanto, Lula assumiu uma espécie de liderança moderadora, que tem muito mais a ver com a tradição brasileira e é fundamental porque, se o país crescer 5% ao ano, a energia para sustentar o crescimento terá que vir do continente", avalia Abrucio.

Na avaliação de Norman Gall, com sensatez, o governo brasileiro tenta manter boas relações com todos, pois as empresas brasileiras estão "faturando muito com exportações para a Venezuela, há relatos que dão conta de que Lula está cheio de Chávez, mas continua se relacionando porque não há um interesse de Estado no Brasil de um rompimento".

Gall destaca que, entre os grandes exportadores estão, além da Petrobras, empresas como Odebrecht e Perdigão. Outro ponto a ser levado em conta é o papel do Brasil na geopolítica global, segundo ele. "O Brasil é parte de uma estrutura internacional. A Bolívia não é. A Venezuela não é", afirma. Abrucio corrobora: "Os outros países quebraram contratos, podem abrir mão de certos parceiros comerciais, mas o Brasil está em outro patamar, há um outro nível de responsabilidade e, por isso, as coisas vão além de uma questão apenas de ocupar uma liderança condutora".

Desde o governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil assumiu este papel: ser um freio para Chávez. Em seu livro "Venezuela - A Encruzilhada de Hugo Chávez", o jornalista Pablo Uchôa conta como o ex-presidente aconselhava o venezuelano a evitar distorções de regras democráticas que pudessem colocar o país sob o monitoramento e restrições internacionais. Chávez manteve, até mesmo, certa distância de Fidel Castro.

O ex-chanceler Luís Felipe Lampreia conta, no livro, que Fernando Henrique chegou a dizer ao ex-presidente americano Bill Clinton que hostilizar Chávez ou procurar impor qualquer tipo de liderança sobre o venezuelano o levaria à radicalização de suas posições nacionalistas. As petroleiras americanas nunca mexeram com a Venezuela e Clinton chegou até a receber Chávez.

"Para elites internacionais um pouco mais lúcidas, um dirigente como o Lula é excepcional", afirma Dupas. Segundo ele, ao adotar esse distanciamento diplomático, sem hostilizar Chávez e ao mesmo tempo com responsabilidades em relação à política econômica ortodoxa em contraponto a uma tendência nacionalista dos vizinhos do continente, o presidente brasileiro é "uma dádiva". O desafio de Lula é liderar sem parecer líder. O etanol pode ajudá-lo - com um empurrão dos Estados Unidos, que já começa a adquirir o produto brasileiro.

No entanto, a grande questão para o continente é atender às necessidades de inclusão social. Chávez, como todos os seus antecessores, sustenta sua liderança com a promessa de "semear o petróleo" entre os 28 milhões de venezuelanos. "Essas lideranças latino-americanas surgiram do fato de a economia nunca ter oferecido resposta à demanda social, então o eleitor buscou uma resposta política, só que programas sociais, ou assistencialistas, não darão conta de uma inclusão efetiva e sustentável", afirma Dupas. "É necessário uma resposta econômica e isso, certamente, passa por esse ativo energético da região, isso é que fará o grande salto do continente", acredita.

A entrada em cena do etanol - ao lado do contencioso do gás - mostrou que a integração sul-americana é muito mais do que pensavam os chefes de Estado em busca de posição de destaque mundial. Na medida em que a integração se desloca do plano retórico para o material, a tendência é aumentar o nível de conflito entre os parceiros. "É aí que se definem os interesses de cada país", destaca Fornazzieri. "A continuidade da integração exige um aumento da competência e da capacidade política dos governantes para viabilizá-la e também um maior nível de tolerância."

A submissão de Evo Morales – Estado de São Paulo - Notas e Informações – 19/05/2007

O Brasil é acusado de ser o Gigante Imperialista, mas é da Venezuela que a Bolívia está se tornando colônia. Há método nesse processo de satelitização da Bolívia pelo coronel Hugo Chávez. Além disso, complementam-se as vontades e ambições: as do presidente da Venezuela, de tornar-se o líder da região, transformando os vizinhos em filiais - para não dizer vassalos - de seu regime bolivariano, agora dito "socialismo do século 21"; e as do presidente da Bolívia, que tenta copiar os métodos de seu mestre para se manter e permanecer no poder por prazo indefinido.

A ascendência de Hugo Chávez sobre Evo Morales é impressionante. Foi ele o principal financiador da campanha eleitoral de seu colega. É do governo venezuelano, pilotado por venezuelanos, o helicóptero que Evo utiliza. Caracas paga os salários de médicos e professores cubanos que trabalham na Bolívia e bolsas para 5 mil bolivianos estudarem na Venezuela. É venezuelano o dinheiro - US\$ 30 milhões - que Morales distribuiu às prefeituras. E foi Chávez quem custeou a rede de rádios comunitárias e de televisão que transmitem a propaganda bolivariana.

Na semana passada, com a consumação da desapropriação das refinarias da Petrobrás em Cochabamba e Santa Cruz, foi afastado o último obstáculo ao projeto da dupla Chávez-Morales. O Brasil seria, por razões históricas, geográficas e econômicas, o parceiro natural da Bolívia. Mas não há afinidade política entre os presidentes Morales e

Lula - embora este último insista em dar ao ex-líder cocalero um inexplicável tratamento preferencial.

Sabe-se, há mais de ano, que o programa de governo de Evo Morales é o programa do coronel Chávez. O Decreto Supremo que nacionalizou os hidrocarbonetos foi escrito por técnicos emprestados pelo presidente da Venezuela. E, de lá para cá, o governo venezuelano nunca deixou de assessorar o governo boliviano, inclusive na edição do decreto que praticamente seqüestrou o fluxo de caixa das refinarias e levou à sua definitiva desapropriação.

A Bolívia não poderia tocar os negócios do petróleo e do gás com seus próprios recursos - que são ínfimos. Poderia contar com substanciais investimentos da Petrobrás, mas preferiu afastá-la para abrir caminho para a Venezuela. Antes mesmo da desapropriação se sabia que a Yacimientos Petroliferos Fiscales de Bolivia (YPFB) receberia apoio técnico e financeiro da venezuelana PDVSA. E, nem bem secou a tinta do distrato com a Petrobrás, a YPFB foi autorizada a fechar parceria com a PDVSA para a exploração de campos de petróleo e gás - atividade em que a autonomia da Petrobrás havia sido reduzida, a ponto de a estatal brasileira ter-se transformado em mera prestadora de serviços. Essa parceria deve ser inaugurada com a exploração do Campo de Madidi, situado no mesmo parque nacional onde a Petrobrás e a Total tinham uma concessão, que não pôde ser explorada por falta de licenciamento ambiental.

O governo boliviano espera receber de seu sócio, nos próximos meses, cerca de US\$ 3 bilhões em investimentos. Com isso, espera encontrar e produzir, a partir de 2009, o gás necessário para cumprir o contrato de suprimento de 27 milhões de metros cúbicos de gás por dia, assinado com a Argentina. Com a produção atual, a Bolívia tem gás apenas para atender aos compromissos com o Brasil. Dada a pouca confiabilidade dessa fonte, faz bem a Petrobrás em redobrar esforços para acelerar a produção de gás na plataforma continental e construir plantas de conversão de gás liquefeito, que pode ser regularmente fornecido por outros países.

Mas o governo Lula parece não aprender com as duras lições que a dupla Morales e Chávez tem dado ao Brasil. Anuncia-se, agora, que a venda de aviões militares Supertucano para a Bolívia depende de financiamento do BNDES. Esse negócio certamente será bom para a Embraer. Mas a venda de armas é, antes de mais nada, um ato político - e é assim que essa transação precisa ser vista pelo governo brasileiro. Não há por que o Brasil vender armas a um país que a qualquer momento pode criar um incidente fronteiro, com a expulsão dos fazendeiros brasileiros. E que assinou com a Venezuela um tratado militar que prevê a instalação de bases e o envio de soldados venezuelanos à Bolívia, em caso de conflito interno.

Liberalização comercial chega enfim ao "vai ou racha" – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/05/2007

Cinco anos e meio após ter sido lançada, Rodada Doha atinge estágio de não-retorno

Após dois dias de discussões em Bruxelas, nova reunião ministerial, em junho, deve definir os rumos sobre a liberalização comercial

Cinco anos e meio depois de ter sido lançada na capital do Qatar, a Rodada Doha de negociações comerciais chegou finalmente ao ponto de não-retorno, ao "vai ou racha". Claro que embalado na sempre cautelosa linguagem diplomática, terminou sendo esse o espírito de dois dias de discussões entre os ministros do G4 (Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia), sintomaticamente realizadas no castelo de Val Duchesse, o local em que se iniciaram as discussões que conduziram ao Tratado de Roma, o que lançou as fundações do que é hoje a União Européia.

As 12 linhas do comunicado oficial dos ministros dizem pouco além da tradicional afirmação de que "os encontros foram produtivos" e da constatação de que todas as "áreas centrais da negociação foram tratadas, com particular foco sobre agricultura, bens não-agrícolas [leia-se, indústria] e serviços".

De fato, foi assim. Agora, vem a fase de preparar o prato para uma nova e decisiva reunião ministerial do grupo, marcada para a partir de 19 de junho, em alguma cidade européia. Deveria ser no Rio de Janeiro, mas os europeus preferiram ficar perto de casa, o que os demais aceitaram.

Afinal, os três outros membros do G4 falam por eles próprios e nada mais. A Comissão Européia, que negocia pela Europa, fala pelos 27 países-membros e têm que estar sempre atenta a eventuais reações de cada um deles.

Antes da ministerial, os técnicos terão duas diferentes séries de reuniões, para "preparar o prato final", na metáfora de Clodoaldo Huguency, o embaixador brasileiro em Genebra, sede da Organização Mundial do Comércio.

Em algumas áreas, o prato será apresentado aos ministros já totalmente pronto. Em outras, o cardápio poderá oferecer alternativas aos responsáveis políticos que são, afinal, os que devem dar o "vai" ou o "racha" sobre a negociação.

O ministro Celso Amorim deixou os dois dias de reunião exibindo tranqüilidade quanto aos eventuais ganhos para o Brasil. Foi cobrado pelos colegas, mais uma vez, sobre a abertura na área de bens industriais. A maior cobrança é sobre a intenção do Brasil de reduzir suas tarifas não sobre o nível de fato praticado hoje mas sobre o nível registrado na OMC, que é sempre mais alto.

Amorim disse que precisa de "espaço político", e deu o exemplo dos têxteis, área em que foi preciso subir a tarifa de importação para os 35% registrados na OMC, ante a invasão proveniente da China.

"Maionese pode desandar"

Na discussão sobre serviços, principal tema de ontem (agricultura e bens industriais haviam sido debatidos exaustivamente na véspera), Amorim adotou com os jornalistas uma posição muito mais ofensiva do que o Brasil tem na mesa de negociação. "Acho que o Brasil tem potencial para ser bem mais ofensivo em serviços", afirmou, para citar em seguida a construção de grandes obras, em que a engenharia brasileira é bastante competitiva.

"Lamento que não tenhamos conseguido nos organizar" (para a ofensiva), o que é uma crítica velada ao setor empresarial.

De todo modo, o Brasil está envolvido em 14 das 17 negociações plurilaterais nessa área, exceção feita à saúde e educação, que o governo considera "bens públicos" e, portanto, fora do alcance da liberalização comercial.

No quesito serviços, o modelo de abertura adotado pela OMC é a negociação plurilateral por setores. Entra quem quer em cada uma delas.

As reuniões desta semana do G4 parecem confirmar a avaliação, na quarta-feira, do ministro australiano do Comércio, Warren Truss, já registrada pela Folha: o acordo sobre Doha é "inevitável", mas será mais modesto do que inicialmente se imagina. Mesmo que o G4 entregue de fato o seu prato em junho, ainda resta a tarefa de vendê-lo aos demais 146 países da OMC, o que pode não ser tarefa fácil. O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, usa também uma metáfora culinária (sobre maionese) para falar da negociação: "Mesmo que os ovos sejam da melhor origem e sejam chamados os melhores cozinheiros, a maionese pode desandar, ainda mais quando é tão grande o número de pessoas que entra na cozinha" (alusão aos 150 países-membros).

Lula oferecerá ao Paraguai ajuda para produzir biodiesel e combater aftosa - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 20/05/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, em Foz do Iguaçu, que o tema principal de sua conversa com o presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, na tarde de hoje, em Assunção, será o desenvolvimento paraguaio. 'O Brasil tem muitas coisas que podem ajudar o Paraguai a crescer', afirmou. 'Tem possibilidade de fazer investimentos, via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e de empresários brasileiros fazerem parcerias com empresas paraguaias.'

Um grupo de empresários acompanhará Lula na visita. 'Eu tenho provocado os empresários para que a gente possa desenvolver algum tipo de indústria no Paraguai', disse ele. A Petrobrás deverá trabalhar em projetos de biodiesel. Lula também oferecerá ajuda para combater a febre aftosa.

O presidente cobrou da Argentina parceria com o país vizinho. 'Temos que ter preocupação especial na ajuda ao desenvolvimento dos países mais pobres.' Segundo Lula, é preciso contribuir para que o Paraguai cresça, mesmo que isso exija do país vizinho o uso de 50% da energia de Itaipu. 'É um direito que ele tem, pelo tratado.'

O presidente reiterou que está descartada a construção de um muro na fronteira com Ciudad del Este. A Receita Federal pretendia levantar a barreira para impedir o contrabando.

Amanhã, Lula e Nicanor Duarte vão inaugurar mais duas turbinas da usina de Itaipu, que passa a operar com 20. A capacidade de geração de energia subirá de 12.600 MW para 14.000 MW. Ontem, Lula e a primeira-dama, Marisa Letícia, foram até a usina para conhecer o Canal da Piracema .

G-8 pede avanço nas negociações da Rodada de Doha – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/05/2007

Os ministros de Finanças do G-8, grupo que reúne os sete países mais industrializados e a Rússia, apelaram ontem pelo avanço das negociações para a liberalização do comércio mundial no âmbito da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio.

'Deveríamos conseguir o mais rapidamente possível um acordo sobre as linhas mestras', afirmaram os ministros em comunicado divulgado ao fim de uma reunião de dois dias em Schwielowsee, na Alemanha. Para alcançá-lo, disseram, são necessários 'vontade política' e um 'maior esforço dos envolvidos'. EFE

G-8 pede avanço nas negociações da Rodada

Acordo está mais próximo, afirma Celso Amorim – Eliane Oliveira e Vivian Osvald – O Globo – Economia – 20/05/2007

Novo encontro deve ocorrer no Rio, para aprofundar discussão BRASÍLIA e BRUXELAS. O próximo passo da delicada Rodada de Doha será dado em uma reunião ministerial, provavelmente no Rio, entre ministros dos principais países e blocos associados à OMC. A decisão foi tomada na última quinta-feira, em Bruxelas, pelos chanceleres e ministros de Comércio do G-4, formado por Brasil, EUA, Índia e União Européia.

Para o governo brasileiro, um dado positivo é que, na reunião do G-4, houve consenso de que os países devem se reunir mais e aprofundar as discussões, para evitar novos atrasos.

Para o chanceler Celso Amorim, é possível chegar a um acordo, porque há um esforço de aproximação dos países.

— Estamos certamente mais perto (de um acordo) do que em qualquer outro momento dentro desta negociação. Não é o ideal e não sei se vamos chegar ao ideal. Mas estamos perto — afirma Amorim.

Para especialistas e fontes do governo, é a última chance para um acordo na OMC: em junho termina o mandato que permite ao Executivo americano assumir compromissos na Rodada de Doha. E, se o mandato for renovado, será por um Congresso com maioria democrata, ou seja, a autorização viria com cláusulas sociais, trabalhistas e ambientais que seriam desculpa para o protecionismo, o que dá arrepios a países em desenvolvimento, como o Brasil.

O segundo semestre também está comprometido devido às eleições americanas, em 2008.

Nenhum candidato à Presidência dos EUA, em sã consciência, anunciará cortes de subsídios e abertura de mercado sem arrancar a ira de eleitores da indústria e da agricultura.

Além da reunião ministerial, o presidente Lula se movimenta em outras frentes para conseguir um compromisso político dos principais líderes mundiais: ele vai à Índia para defender uma posição mais flexível do país em relação à redução dos subsídios à agricultura. (E.O. e V.O.)

Brasil pretende abrir setor de serviços na OMC - Eliane Oliveira e Vivian Oswald* - O Globo – Economia – 20/05/2007

BRASÍLIA e BRUXELAS. O Brasil está disposto a melhorar sua oferta em serviços — especialmente nas áreas financeira, de telecomunicações e transporte marítimo — para garantir a retomada efetiva da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Também poderá haver flexibilização em reservas de passagens aéreas e manutenção de aeronaves.

Expandir a oferta em serviços tem ainda como objetivos melhorar o humor das nações ricas e obter vantagens em agricultura.

Além disso, são minimizadas as pressões dos empresários brasileiros, que não querem abertura indiscriminada do mercado aos bens industriais.

O Executivo brasileiro está preocupado com o prazo, cada vez mais exíguo, para que os países associados fechem um acordo que pelo menos vislumbre uma data final para os debates.

Existe a convicção, dentro e fora do governo, de que se nada for feito até o fim de junho a rodada cairá no vazio, só voltando a ser discutida em 2009.

Com os serviços relativamente abertos para estrangeiros, o Brasil tem como demanda, principalmente de EUA e União Européia, a consolidação de regras na OMC. Por exemplo, embora a Lei Geral de Telecomunicações seja considerada excelente pelos investidores, não há um compromisso multilateral dos brasileiros, ou seja, registrado na OMC, de que a lei não mudará.

Um ponto que está fechado é que quem quiser explorar serviços terá de se instalar no país. Os EUA gostariam que os brasileiros tivessem contas em bancos americanos que não estão aqui fisicamente. E que as autoridades brasileiras permitissem ligações internacionais por operadoras daquele país.

Ambições que dificilmente se concretizariam.

EUA retomam agenda comercial - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/05/2007

Congresso americano aceita se empenhar na aprovação de tratados de livre comércio com Peru e Panamá

O presidente George W. Bush e o Congresso americano chegaram a um acordo histórico, que diminui os temores de que os Estados Unidos haviam tomado um rumo essencialmente protecionista e abre caminho para a retomada da agenda comercial do país. Na semana passada, a Casa Branca concordou com a inclusão de cláusulas trabalhistas, ambientais e de maior flexibilidade na proteção de patentes de medicamentos nos textos dos acordos comerciais, reivindicações dos democratas. O Congresso de maioria democrata, em contrapartida, aceitou se empenhar para aprovar os tratados de livre-comércio dos EUA com o Peru e o Panamá.

A provável aprovação dos tratados de livre comércio com Peru e Panamá é apenas uma parte do que representa o acordo. Depois de seis meses de intensa negociação, Democratas e Republicanos parecem ter encontrado uma maneira de conciliar suas agendas. De um lado, está a preocupação democrata com os efeitos deletérios da globalização sobre os trabalhadores americanos. Do outro, a necessidade de os EUA liderarem a agenda global, inclusive as negociações de Doha - a bandeira dos republicanos.

O acordo também minimizou, pelo menos temporariamente, o medo de que os democratas iriam impor uma rota protecionista ao país. Ao conquistarem a maioria no Congresso, em novembro do ano passado, os democratas prometeram revolucionar a agenda comercial dos EUA. Influenciados por sindicatos, eles devem brechar acordos em negociação e exigir proteções aos trabalhadores americanos.

'Esse acordo mostra que os Estados Unidos não estão se transformando em um país protecionista', disse Susan Schwab, a representante de comércio dos EUA. A esperança é que, após a aprovação dos acordos com Peru e Panamá, relativamente pequenos, o Congresso aceite se empenhar para a aprovação dos tratados com Colômbia e Coréia do Sul.

Há grande resistência dos democratas a esses acordos - no caso da Colômbia, por causa do desrespeito aos direitos humanos e agressões a sindicalistas no país, e no caso da Coréia, por causa da restrição dos coreanos à importação de carne e automóveis americanos.

Mas os republicanos apontam para a importância desses tratados - com a Colômbia, por ser o grande aliado anti-Chávez dos Estados Unidos na América Latina, e com a Coréia, por ser o sétimo maior parceiro comercial do país.

Todos esses acordos bilaterais seriam apenas um degrau para se chegar à extensão da Trade Promotion Authority (TPA), mecanismo que permite ao presidente aprovar acordos sem que eles sofram emendas do legislativo, pelo Congresso.

Em estudo publicado este mês, o especialista em comércio I. M. Destler, do Instituto Peterson de Economia Internacional, afirma ser muito importante que o acordo bipartidário seja mesmo um sinal positivo para o TPA. 'É difícil ver a rodada Doha ser completada sem a extensão do TPA, os parceiros comerciais dos EUA vão ficar se perguntando se o Congresso vai aprovar o que o governo está negociando.'

Segundo Destler, esse acordo resolveu questões muito controversas da inclusão de cláusulas ambientais e trabalhistas, que enfrentam dura resistência republicana, e agora está aberto o caminho para debater assuntos mais amplos de comércio. 'É difícil uma ação imediata sobre a TPA, mas o acordo de maio deu passos essenciais para isso', diz Destler.

De qualquer maneira, ainda haverá barganha pela frente. Parte dos congressistas democratas estão questionando pontos. Os sindicatos também.

A indústria farmacêutica faz parte do coro dos descontentes, porque o acordo dará acesso mais rápido a medicamentos genéricos nos países mais pobres. Essa era uma reivindicação de grupos de defesa da saúde pública, que afirmavam que o governo Bush, por anos, protegeu os grandes laboratórios, em detrimento dos países pobres que precisavam de remédios mais baratos.

Billy Tauzin, presidente da Associação da Indústria Farmacêutica da América, afirmou que está 'muito preocupado' com a possibilidade de o novo acordo enfraquecer a proteção aos direitos de propriedade intelectual da indústria.

Para aprovar os acordos com a Coreia e a Colômbia e conceder a TPA, os democratas devem exigir uma ampliação dos programas de apoio aos americanos que perdem o emprego por causa da globalização, com treinamento, apoio financeiro e assistência médica para desempregados.

FRASE

I. M. Destler

Especialista em comércio do Instituto Peterson

“É difícil ver a rodada Doha ser completada sem a extensão do TPA; os parceiros comerciais dos EUA vão ficar se perguntando se o Congresso vai aprovar o que o governo está negociando”

A diplomacia brasileira continua a trabalhar por um acordo global de comércio até o fim do ano, juntamente com as equipes negociadoras de grandes potências desenvolvidas e em desenvolvimento. Representantes do Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia - o G-4 da Organização Mundial do Comércio (OMC) - concluíram com discreta nota de otimismo, na sexta-feira, um encontro de dois dias num castelo belga. Discutiram a reforma comercial do setor agrícola e a abertura de mercados para serviços e bens industriais. “Vamos fazer tudo para fechar o acordo em torno dos pontos centrais em junho”, disse o chanceler Celso Amorim. Se isso ocorrer, ainda restará muito trabalho para o segundo semestre, mas a parte mais complicada estará resolvida. É preciso apostar no sucesso, porque um fracasso resultará em maior risco de protecionismo, mais acordos bilaterais e maior confusão de regras comerciais.

Uma das notícias mais animadoras, nos últimos dias, partiu de Washington. A Casa Branca precisará de uma nova autorização do Congresso para negociar acordos sujeitos apenas à aprovação, isto é, não passíveis de emendas parlamentares. A autorização em vigor caducará no fim de junho. Temia-se a resistência principalmente dos democratas. Mas um entendimento foi alcançado recentemente. O Executivo deverá dar atenção, em todas as negociações, a questões sociais e ambientais.

Com essas condições, o Congresso deverá aprovar os acordos já firmados com Panamá e Peru e conceder o novo mandato para negociações, segundo anunciou a representante dos Estados Unidos para Comércio Exterior, Susan Schwab. O acerto com os democratas permite ao Executivo americano dedicar-se com vigor a sua agenda comercial, agora com risco muito menor de se enredar num impasse político interno.

Essa novidade clareia o ambiente, mas nada garante, por enquanto, o êxito da Rodada Doha de negociações comerciais. O trabalho do G-4 deve servir, em princípio, para facilitar um entendimento geral sobre os assuntos mais complexos. Se isso ocorrer, será mais fácil, provavelmente, engajar todos os sócios da OMC - cerca de 150 - no caminho encontrado pelo G-4.

Mas eles continuam procurando esse caminho. Brasil e outros grandes produtores agrícolas do mundo em desenvolvimento ainda cobram maiores cortes dos subsídios americanos e melhores condições de acesso ao mercado europeu. Os parceiros desenvolvidos ainda esperam maiores concessões das economias em desenvolvimento para o comércio de bens industriais, para o acesso ao mercado de serviços e, em alguns casos, também para o intercâmbio de produtos agrícolas. O governo indiano e o chinês ainda resistem a este último ponto, embora participem do G-20, formado para reivindicar do mundo rico a liberalização do mercado agrícola. Os diplomatas brasileiros têm procurado atuar, em relação a esse tema, como mediadores entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Os negociadores brasileiros também devem resolver problemas internos para oferecer maiores concessões em relação ao comércio de bens industriais. O chanceler Celso Amorim tem acenado aos parceiros da Europa e dos Estados Unidos com a possibilidade de

ofertas melhores, mas falta conseguir um apoio firme do empresariado brasileiro. Mesmo os industriais favoráveis a um comércio mais aberto mostram hesitação, agora, por causa do câmbio valorizado.

O governo mostra-se disposto a manter o câmbio flutuante e essa posição é amplamente defensável. Mas, para mobilizar o apoio do empresariado a novos compromissos comerciais, precisará apresentar-lhe uma bem definida política de competitividade. O Brasil ganhará com um novo acordo global de comércio - e o benefício virá não só das exportações do agronegócio. Aceito o compromisso internacional, não será mais possível adiar, impunemente, as mudanças tributárias e todas as demais alterações indispensáveis a uma inserção global bem-sucedida. O governo terá de agir internamente com a mesma seriedade aplicada à negociação da Rodada Doha.

G-20 revê posição para concluir Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/05/2007

Grupo de países emergentes propõe prazo de cinco anos para EUA reduzirem subsídios a agricultores

O grupo de países emergentes G-20 flexibilizou suas posições na Organização Mundial do Comércio (OMC) para tentar facilitar um acordo sobre os subsídios agrícolas e se aproximar da posição dos Estados Unidos. Hoje, o bloco, que inclui Brasil, Índia, China e Argentina, apresentará uma revisão de sua posição aos demais membros da OMC mostrando que está disposto a aceitar cortes mais lentos nos subsídios, principalmente nos oferecidos pela Casa Branca a seus agricultores. A idéia, apresentada em um momento crítico das negociações, é que os americanos tenham cinco anos de prazo para chegar ao limite que a OMC estabelecerá.

A iniciativa vem poucos dias após a reunião com ministros de Brasil, EUA, União Européia e Índia, em Paris e Bruxelas, e nos últimos momentos da negociação. Lançada em 2001, a Rodada Doha estava prevista para ser concluída em 2005, mas, em meados do ano passado, foi suspensa por falta de entendimento. Um dos pontos era a recusa dos EUA em aceitar um corte em seus subsídios. Washington sugeriu um teto de US\$ 22,5 bilhões por ano. Para o G-20, esse número não pode passar de US\$ 12 bilhões.

Hoje, o grupo de países emergentes dará um sinal de concessão. Com base no texto apresentado há duas semanas pelo mediador das negociações agrícolas, Crawford Falconer, o G-20 insinuará que pode aceitar um teto maior, dependendo das regras para limitar a distribuição dos recursos aos fazendeiros. Para o grupo, quanto maior o teto, mais rígidas as disciplinas.

Outra mostra de flexibilidade está no prazo que os americanos terão para reduzir os subsídios. Uma das idéias é que seja estabelecido um teto de financiamento por produto, principalmente para soja, algodão e milho. O G-20 está disposto a aceitar que esse teto seja

atingido no prazo de cinco anos após a assinatura do acordo. Se o entendimento valer a partir de 2008, a Casa Branca terá de chegar ao teto em 2012.

O prazo dará um espaço para que os Estados Unidos apliquem sua atual Farm Bill (lei agrícola que prevê os níveis de subsídio) e sejam obrigados a rever a ajuda estatal apenas na próxima edição da lei.

Um dos principais obstáculos ao acordo é a dificuldade da administração republicana de George W. Bush em propor um corte amplo de subsídios no Congresso, dominado pelos democratas. Sem esse corte, a rodada da OMC dificilmente poderá ser concluída. Os europeus alegam que não poderiam aceitar um corte nas tarifas de importação para bens agrícolas, e Brasil, Índia e outros governos se recusariam a abrir seus mercados para bens industriais.

PRAZO ESGOTADO

Em reunião do G-20, ontem, o embaixador do Brasil na OMC, Clodoaldo Huguene, afirmou que o prazo para os debates técnicos havia se esgotado e ainda restavam pontos de discórdia. Ele informou ao G-20 que os EUA e a União Européia não apresentaram novos valores de como pretendem liberalizar o mercado agrícola e reduzir distorções.

Segundo ele, as decisões a partir de agora serão 'políticas'. Um encontro definitivo dos quatro principais atores - Brasil, EUA, União Européia e Índia - ocorrerá no dia 19 de junho, em Paris ou Londres.

Blair adverte para avanço do protecionismo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/05/2007

O primeiro-ministro, Tony Blair, advertiu ontem que um eventual colapso das negociações para liberalizar o comércio mundial vai impulsionar o protecionismo. Blair disse estar fazendo todo o possível para concluir um acordo o mais rápido possível. As negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), destinadas a reduzir as barreiras comerciais, já duram seis anos.

O principal impasse para que a Rodada Doha seja concluída está no tema agrícola. Blair alertou a comunidade internacional que o tempo está se esgotando.

'Será um golpe no multilateralismo, não será bom para o comércio mundial e indicará que o protecionismo está novamente em alta', afirmou Blair, que deixa o cargo no dia 27 de junho, depois de 10 anos no poder.

No sábado, o G-8 (as sete nações mais ricas do mundo e a Rússia) farão um apelo para que se chegue a um acordo 'o mais rápido possível'.

Os principais negociadores correm contra o relógio para fechar um acordo antes do dia 30 de junho, quando expira a Autoridade de Promoção Comercial concedida pelo Congresso ao presidente dos EUA, George W. Bush. Segundo essa legislação, o Congresso americano aprova ou não os acordos de livre comércio sem fazer nenhuma modificação.

Brasil vai participar de disputas na OMC que envolvem a China - Assis Moreira –
Valor Econômico – Brasil - 22/05/2007

O Brasil decidiu que vai participar das disputas envolvendo a China na Organização Mundial do Comércio (OMC), refletindo o interesse da indústria nacional em relação ao concorrente asiático. O país participará como terceira parte num painel (comitê de investigação) que os Estados Unidos se preparam para pedir sobre violação de regras de propriedade intelectual na China.

Washington já sondou o Brasil sobre participação em outro futuro painel, no qual acusarão a China de oferecer benefícios tributários e outros subsídios ilegais para ajudar as empresas instaladas no país a serem mais competitivas no mercado internacional.

Amanhã, o Brasil será terceira parte na primeira denúncia contra a China que chega aos juízes da OMC, sobre tarifa de importação diferenciada para autopeças, que tem a ver com política industrial. O governo brasileiro indica que participará não para defender ou apoiar os chineses explicitamente. De um lado, o país quer estar dentro da sala para acompanhar como as regras comerciais serão interpretadas. De outro, há o interesse da própria indústria nacional, que sofre a concorrência chinesa.

Na questão de propriedade intelectual, por exemplo, o caso contra a China será o primeiro na OMC envolvendo aplicação efetiva das regras. O Brasil também é acusado por americanos e europeus de não aplicar com rigor as regras, apesar de os parceiros reconhecerem que o país tem uma legislação moderna. De outro lado, a maioria dos produtos contrabandeados que entra no Brasil vem da China, afetando a indústria. Na OMC, quando o sistema de solução de controvérsias é deflagrado, primeiro, os países beligerantes têm 60 dias para resolver suas diferenças. Só depois é aberto o painel, que leva o caso então diante dos juízes.

O governo dos EUA está sob pressão de congressistas para abrir mais disputa contra a China. Na semana passada, senadores americanos pediram para a Casa Branca questionar Pequim na OMC pelo que consideram desvalorização excessiva da moeda chinesa, que estimam entre 15% a 40%, que daria vantagem desleal a seus produtores e exportadores.

O Brasil não apresentará posição escrita formal, na primeira audiência diante dos juízes no caso das tarifas de importação impostas por Pequim sobre autopeças, o que não impedirá participação no debate. Os carros fabricados na China com mais de 40% de peças importadas têm de pagar tarifa de 25%. As demais peças para carros que usam menos de 40% de itens estrangeiros pagam 10%.

Para os EUA, UE e Japão, os chineses aumentaram na prática as tarifas e discriminaram entre estrangeiros e nacionais. Para Pequim, trata-se de um imposto interno. Está em jogo, de fato, um instrumento de política industrial que incentiva as montadoras a adquirir peças de fabricantes locais e que procura obrigar as multinacionais a fabricar localmente em vez de importar as peças.

O Congresso dos EUA voltou a discutir mudanças no funcionamento do Sistema Geral de Preferências (SGP), programa comercial que beneficia exportadores do Brasil e outros países em desenvolvimento ao permitir a entrada de alguns produtos no mercado americano sem pagamento de tarifas.

O SGP foi renovado no fim de 2006 com a promessa de que os benefícios seriam mantidos até o fim de 2008, mas nada impede que o Congresso mude de idéia antes do prazo. Nas últimas semanas, surgiram propostas para que volte a examinar o programa e congressistas em postos-chave indicaram interesse na discussão.

O Brasil vendeu para os EUA US\$ 3,7 bilhões por meio do SGP no ano passado, o equivalente a 14% das exportações brasileiras para o mercado americano. Fabricantes de autopeças e indústrias químicas usam esse programa para tornar mais competitivos seus produtos e se inserir nas cadeias de fornecedores de grandes empresas americanas.



Uma das idéias em discussão no Congresso prevê a ampliação do mecanismo, que atualmente beneficia grupo restrito de produtos. Isso seria bom para o Brasil. Com a mudança, o SGP poderia incluir produtos têxteis, calçados, pisos cerâmicos e outras mercadorias cujo acesso ao mercado americano é limitado pela adoção de cotas e tarifas. "Estamos tentando ampliar a cobertura do programa para que inclua mais países e mais produtos", disse ao Valor Laura Baughman, da consultoria The Trade Partnership, que assessora empresas beneficiadas pelo SGP. "Se conseguiremos vencer as resistências dos políticos, é cedo para saber."

Também está em exame a possibilidade de fundir o SGP com outros três programas que os EUA mantêm, que oferecem benefícios adicionais a países do Caribe, região andina e África. A proposta está sendo analisada por três congressistas da comissão da Câmara de Representantes.

A situação dos países andinos é especialmente delicada, porque o programa deles expira no fim de junho. Peru e Colômbia assinaram acordos comerciais mais abrangentes com os EUA e não precisarão mais das preferências depois que os tratados forem aprovados pelo Congresso. Bolívia e Equador não fizeram o mesmo e querem a prorrogação das preferências.

Muita gente no Congresso tem dúvidas sobre a conveniência de manter os programas. Embora sejam usados frequentemente para pressionar os países beneficiários a

rever políticas em certas áreas, eles não garantem nenhum tipo de reciprocidade e muitos congressistas não gostam das barreiras que esses países impõem à entrada de produtos dos EUA. "Precisamos dar uma boa olhada nos nossos programas de preferências comerciais", disse na semana passada o senador Max Baucus, presidente da poderosa Comissão de Finanças do Senado, durante audiência convocada para discutir o assunto.

Baucus é do Partido Democrata, que assumiu o controle do Congresso neste ano e faz oposição ao governo. Políticos como o senador republicano Charles Grassley pensam parecido. Grassley defende a exclusão do SGP de países como Brasil e Índia. Continuariam com os benefícios apenas nações mais pobres, como as africanas.

Na audiência da semana passada, Baucus manifestou dúvida sobre a conveniência de continuar ajudando países "que não são nossos amigos" ou que "têm intimidade" com líderes radicais como o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Mas a Casa Branca é a favor de manter o SGP e os outros programas, que são vistos no governo como instrumentos de política externa capazes de reforçar a influência americana nos países beneficiários.

Países terão mesmo peso no Banco do Sul – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2007

DA REUTERS

Os seis países sul-americanos que promovem a criação do Banco do Sul disseram ontem que a participação de todos será igualitária -decisão que procura diferenciar a instituição de outras do tipo.

Em encontro em Assunção, ministros de Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Venezuela concordaram em priorizar a formação do banco de desenvolvimento, enquanto discutem a criação de um fundo de garantia para blindar financeiramente a região. "Avançamos numa definição importante, a de que o governo da entidade seja formado pela participação igualitária dos países-membros", disse a ministra argentina da Economia, Felisa Miceli. Para ela, esta seria uma forma de governar as entidades financeiras em que a hegemonia é imposta pelo maior", disse ela, referindo-se a FMI e Banco Mundial.

Seqüela energética – O Globo – Opinião – 23/05/2007

Brasil não deve passar imagem de fraqueza na relação com seus vizinhos

O presidente Lula disse ao do Paraguai, Nicanor Duarte, em Assunção, que a pretensão de renegociar o acordo sobre a energia gerada pela hidrelétrica de Itaipu "está fora de cogitação".

Ao que tudo indica, Lula agora agiu com firmeza. Mas o pleito do país vizinho ganhou força após a reação inicialmente débil do presidente brasileiro diante da ameaça, afinal concretizada, de nacionalização das reservas e da exploração do gás da Bolívia pelo presidente Evo Morales. É uma espécie de seqüela daquele episódio, ainda não resolvido.

O Tratado de Itaipu, de 1973, estabeleceu que Brasil e Paraguai têm direito a 50% da energia produzida pela usina no Rio Paraná e que o que não for consumido somente pode ser vendido para o outro sócio.

O Paraguai utiliza apenas 6% da produção a que tem direito e vende o restante (44%) ao Brasil. Nosso país fica com 94% da energia de Itaipu, o que representa 24% da demanda nacional.

No ano passado, o Brasil pagou por isso US\$ 373 milhões ao Paraguai, cifra que os paraguaios querem aumentar. A imprensa de Assunção diz que o preço está baixo e acusa o Brasil de imperialismo.

Apesar da negativa de Lula em tratar do assunto, nada indica que o sócio do outro lado da represa desistirá da reivindicação, até por falta de alternativas para elevar a receita do governo.

O presidente usou frases que resumem sua posição inicialmente ambígua, em relação à energia boliviana, e depois mais firme.

“Conseguimos estabelecer entre nós (na América do Sul) uma crença e uma utopia política capazes de resolver os problemas.” Foi na base da utopia e da crença que ele foi atropelado pela esperteza de Evo Morales, cujo discurso “bolivariano” não o impediu de ser duro na negociação.

“Mas não existem saídas fáceis, o que existem são decisões soberanas de cada país”, completou Lula, justificando sua posição posterior, mais consistente com os interesses do Brasil.

É essa última atitude que Lula precisa manter, com serenidade, o que não quer dizer que o pleito paraguaio não deva ser apreciado.

Até porque, como o presidente mesmo disse, o Brasil pode ajudar o parceiro em Itaipu a se desenvolver.

A questão é como.

Para o Brasil, EUA já aceitaram limitar subsídios por produtos - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 23/05/2007

O Brasil considera que os Estados Unidos aceitaram o princípio de limitar subsídio por commodity agrícola, para evitar concentração de ajuda em determinado produto, o que pode ajudar nas barganhas para fazer a Rodada Doha avançar. Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o tema está "bem encaminhado". Além do limite global para subsídios que mais distorcem o comércio, a barganha agora envolve também esses tetos. Os americanos querem ter amplo espaço para ajudar mais seus produtores de soja do que os produtores de milho, algodão e trigo.

Pelos seus critérios, Washington poderia dar até US\$ 2,5 bilhões de subsídios para seus produtores de soja, concorrentes dos brasileiros. Nos últimos anos, o volume mais alto foi de US\$ 3,6 bilhões. Não será surpresa se um acordo for em direção de corte de 50% nesse volume mais elevado, com o teto ficando em US\$ 1,8 bilhão para a soja americana.

Para André Nassar, diretor do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), o limite específico de subsídio por produto deveria ser no máximo equivalente a 10% do valor da produção da commodity. Com isso, a distorção dessa ajuda só teria efeito de 2% do preço mundial.

O G-20, grupo em desenvolvimento liderado pelo Brasil, sinalizou flexibilidade ontem sobre a eliminação de subsídios a exportação, até porque um ano já foi perdido no prazo, devido ao atraso na rodada. O grupo admite que metade dessas subvenções seja eliminada mais para o fim do período de implementação de cinco anos da medida, dependendo do que ganhar em troca, o que é óbvio numa negociação.

Em outro documento sobre subsídios domésticos, o G-20 indica que está disposto a "explorar" soluções. Mas o embaixador brasileiro, Clodoaldo Hugueneu, deixou claro que "não houve mudança nenhuma na posição tradicional do grupo".

Enquanto isso, nuvens ameaçadoras surgem em outras áreas da negociação global. A Índia pode se tornar um obstáculo a um acordo até julho, mas agora a razão não é só resistência na área agrícola e sim demanda no setor de serviços.

O sinal de alerta foi deflagrado na Organização Mundial do Comércio (OMC), depois que o ministro de Comércio, Kamal Nath, alertou que progressos em Doha dependem também de mais vistos para entrada de "informáticos" indianos nos EUA.

Sob pressão para abrir seu mercado a produtos agrícolas, a Índia retruca com ênfase para os EUA aumentarem o número de vistos "H1-B" (para trabalhadores altamente qualificados temporários), alegando que sem isso a Índia não tem os ganhos de exportação de que necessita para fechar um acordo.

Kamal Nath levantou o problema na recente reunião com ministros dos EUA, Brasil e União Européia, no G-4, em Bruxelas, reagindo a dois senadores americanos, Charles Grassley e Richard Durbin. Membros do comitê de imigração, eles acusaram companhias indianas de fraude e abusos na obtenção de vistos H1-B e de tomarem o trabalho de técnicos americanos.

Nova Déli insiste que a cota de 65 mil vistos para informáticos indianos foi preenchida em um dia e deveria ser dobrada.

É nesse cenário que as articulações na OMC para se alcançar um acordo até julho parecem estar numa montanha mágica, variando entre otimismo e pessimismo. "A Índia pode ser agora um grande complicador também em serviços", destacou um negociador.

Outro problema que desponta é sobre a revisão do acordo de antidumping, para evitar o abuso na utilização do mecanismo para países protegerem sua indústria de preços considerados desleais.

Dois tipos de inquietação estão em análise. A primeira é que, para apressar a aprovação de um novo TPA para os EUA fecharem a Rodada Doha, seria preferível que os congressistas americanos não vissem mudanças no acordo antidumping. A outra diz, pelo contrário, que os congressistas não vão autorizar a Casa Branca a concluir o acordo global sem saber o que terá sobre antidumping.

O Japão considera complicado haver acordo nas áreas agrícola e industrial até julho e empurrar a decisão sobre antidumping para setembro. Emergentes como o Brasil também querem evitar que o acesso ao mercado que foi obtido com corte tarifário seja anulado, mais tarde, através de antidumping e outras medidas de defesa comercial. Certo mesmo, na OMC, é que ainda haverá muitas horas de duras barganhas.

Em telefonema a Lula, Blair se diz preocupado com Doha – Paulo de Tarso Lyra - Valor Econômico – Brasl - 23/05/2007

O primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair, ligou ontem para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestando preocupação com o impasse nas negociações da Rodada Doha e o impacto das mudanças climáticas na economia mundial.

Blair expressou a Lula que as próximas semanas serão "críticas para a obtenção de um acordo na OMC". Destacou, por isso, a importância de que se avancem as conversas na reunião do G-4, marcada para o dia 19 de junho. Lula concordou com Blair, mas disse que

os países em desenvolvimento não podem ser prejudicados em nenhum dos debates, sendo forçados a reduzir tarifas ou adiar os planos de desenvolvimento econômico.

Lula assegurou que o Brasil está mais empenhado que nunca para uma conclusão bem-sucedida da Rodada Doha. Mas alertou que não se deve esperar, em uma rodada de desenvolvimento, "que os países menos desenvolvidos reduzam suas tarifas a ponto de ocorrer riscos de desindustrialização".

Blair e Lula concordaram que é essencial um acordo em relação às mudanças climáticas. O assunto será tratado na reunião de cúpula do G-8, agendada para os dias 7 e 8 junho, na Alemanha, na qual o premiê britânico espera encontrar-se com Lula (Blair já anunciou que deixará o governo no fim de junho, depois de 10 anos no cargo). De acordo com o porta-voz da presidência, Marcelo Baumbach, Lula sublinhou "a importância de que não seja colocado em causa o direito ao desenvolvimento".

Para o presidente brasileiro, qualquer política sobre mudança de clima "deve levar em conta a necessidade que têm os países em desenvolvimento de obter avanços tecnológicos, de fomentar o crescimento econômico e de aumentar a geração de empregos". Para reforçar suas palavras, Lula lembrou a Blair as conversas que teve com o presidente americano, George W. Bush, tanto em Camp David quanto pelo telefone. Em ambas, Lula expressou o otimismo quanto ao êxito das negociações de Doha. Aproveitando o ensejo, Lula expôs a contribuição que os biocombustíveis podem dar para combater o aquecimento global.

O porta-voz afirmou que Lula não pediu a Blair qualquer audiência com Gordon Brown, que assumirá o cargo de premiê britânico no mês que vem. Lula vai à Inglaterra dar o pontapé inicial do amistoso entre Brasil e Inglaterra, no dia 1º de junho, marcando a reinauguração, em jogos de seleção, do estádio de Wembley.

A turma do "deixa disso" – José Luiz Fiori – Valor Econômico – Opinião - 23/05/2007

Não existem países satisfeitos, todos querem aumentar seu poder e riqueza e alguns sonham com a condição de "potência". Mas o buraco da agulha que conduz ao reino dos poderosos é muito estreito e o "clube dos grandes" sempre teve poucos sócios. Nunca mais do que seis ou sete, desde o século XVI, além de um ou dois candidatos à entrada que tiveram sucesso, em cada século, desde e quando algum velho sócio tenha perdido sua posição na "diretoria". Muitos analistas políticos e financeiros costumam classificar os países segundo seu potencial de entrada neste grupo restrito de nações e, na entrada do século XXI, muitos falam da China, Índia, Brasil e África do Sul. Mas, em geral baseados em similitudes estatísticas ou analogias financeiras que não tomam em conta que estes quatro países são completamente diferentes, do ponto de vista de sua inserção política e econômica internacional e de sua capacidade autônoma de iniciativa estratégica.

Brasil e a África do Sul devem se manter na condição de Estados relevantes mas não expansivos, ou porta-vozes pacíficos do "bom senso ético universal"

A China e a Índia possuem civilizações milenares, um terço da população mundial, 3.200 quilômetros de fronteira comum e, além disto, são potências atômicas. Dentro do xadrez geopolítico asiático, os indianos consideram que as relações amistosas da China com o Paquistão, com Bangladesh e com o Sri Lanka fazem parte de uma estratégia de

"cerco" da Índia e de expansão chinesa no Sul da Ásia, a "zona de influência" imediata dos indianos. Por sua vez, os chineses consideram que a aproximação recente entre os Estados Unidos e a Índia, e a sua nova parceria atômica, fazem parte de uma estratégia de "cerco" da China, na competição territorial e bélica pela hegemonia no Sul e no Sudeste da Ásia, envolvendo também os Estados Unidos. Além disto, China e Índia também competem, neste momento, na Ásia Central, no Oriente Médio e na África, por recursos capazes de assegurar sua "segurança energética". Por isto, a China investe hoje pesados recursos na modernização de suas forças armadas e ocupa lugar central no planejamento estratégico dos Estados Unidos. Afinal, a China teve um papel decisivo nas guerras da Coreia e do Vietnã, e tem - cada vez mais - as características de todas as grandes potências que existiram dentro do sistema mundial. A Índia, por seu lado, abandonou o "idealismo prático" da sua política externa inicial, depois da primeira explosão nuclear chinesa, em 1964, quando o primeiro ministro Bahadur Shastri autorizou o início do programa atômico indiano, que atingiu sua maturidade, com as explosões nucleares, em 1998, e com o sucesso do míssil balístico indiano Agni II, em 1999. Momento em que a Índia assumiu plenamente a condição de potência nuclear e definiu sua nova estratégia de inserção regional e internacional, com base na expansão simultânea do seu poder econômico e militar. Por outro lado, do ponto de vista econômico, a China e a Índia já se transformaram na nova fronteira de expansão e de acumulação capitalista do sistema mundial, estabelecendo uma relação "virtuosa" de crescimento econômico com os Estados Unidos e produzindo um efeito de crescimento em cadeia, em quase toda a economia mundial.

Agora bem, o Brasil e África do Sul, compartilhem com a China e a Índia o fato de serem os Estados e as economias mais importantes de suas respectivas regiões, responsáveis por uma parte expressiva da população, do produto, e do comércio interno e externo da América do Sul e da África. Mas não têm disputas territoriais com seus vizinhos, não enfrentam ameaças internas ou externas à sua segurança e não são potências militares relevantes. Depois da sua democratização, a África do Sul abandonou seu programa nuclear e se envolveu em quase todas as negociações de paz dentro do continente negro, mas sem jamais apresentar nenhum traço expansivo ou disposição para uma luta hegemônica dentro da África. Além disto, desde o primeiro governo de Mandela, a África do Sul tem se proposto cumprir um papel de ponte entre a Ásia e a América Latina, mas o volume e o ritmo de crescimento do PIB sul-africano, o tamanho de sua população, suas limitações militares e sua falta de coesão interna impedem que a África do Sul possa aspirar à qualquer tipo de expansão ou supremacia que não seja na sua região imediata, na África Austral, ou na condição de um "Estado relevante" para os assuntos da África Negra. O Brasil, por outro lado, nunca foi um Estado com características expansivas, nem disputou jamais a hegemonia da América do Sul, com a Grã-Bretanha, ou com os Estados Unidos. Depois de 1850, o Brasil não enfrentou mais guerras civis ou ameaças de divisão interna, e depois da Guerra do Paraguai, na década de 1860, o Brasil manteve uma relação pacífica e de pouca competitividade ou integração política e econômica com seus vizinhos latino-americanos, atuando durante todo o século XX, como uma espécie de auxiliar da hegemonia continental dos Estados Unidos. Mais recentemente, depois de 2001, a política externa brasileira voltou-se fortemente para a América do Sul, mas enfrenta algumas limitações importantes nesta reaproximação, devido ao seu baixo crescimento econômico e à sua pouca capacidade de investimentos públicos e privados, no próprio continente, e também devido à grande dificuldade de iniciativa e coordenação estratégica do Estado

brasileiro, depois da sua crise dos anos 80 e da adoção da sua estratégia neoliberal, nos anos 90.

Como consequência, neste início do século XXI, a China e a Índia se projetam dentro do sistema mundial como potências econômicas e militares, têm claras pretensões hegemônicas nas suas respectivas regiões e ocupam uma posição geopolítica e geoeconômica global absolutamente assimétrica com relação ao Brasil e à África do Sul. E, daqui para frente, a China deve seguir os passos de todas as grandes potências que fazem, ou já fizeram, parte do "círculo dirigente" do sistema mundial, e o mesmo deverá acontecer progressivamente com a Índia. Mas o Brasil e a África do Sul não contam com a unidade, as ferramentas de poder e com os desafios externos indispensáveis, e devem se manter na sua condição de "Estados relevantes" mas não expansivos, porta-vozes pacíficos do "bom senso ético universal". Uma espécie de "turma do deixa disso".

José Luís Fiori é professor titular do Instituto de Economia da UFRJ e editor do livro "O Poder Americano" (Editora Petrópolis). Escreve mensalmente às quartas-feiras.

UE inclui a agricultura na parceria com o Brasil - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 23/05/2007

A União Européia (UE) definiu a sensível área da agricultura como um dos dez setores onde quer aumentar a cooperação com o Brasil, pelo estatuto de "parceiro estratégico privilegiado" que pretende conferir ao país. Já o comércio não foi incluído na parceria, pois os europeus procuram indicar que o tema continuará coberto pela negociação UE-Mercosul, que deve prosseguir de maneira paralela.

A inclusão da agricultura não significa negociação, mas o estabelecimento de um diálogo político de alto nível e mais estruturado, inclusive para prevenir crises diante do volume de exportações agrícolas do Brasil para o mercado comunitário.

A UE reconhece a agricultura como um aspecto crucial e sensível da relação bilateral. Para Bruxelas, o maior acesso dos produtos brasileiros ao mercado europeu vai implicar também cumprir ou ter padrões sanitários e fitossanitários (SPS, como são conhecidos em inglês) equivalentes aos europeus.

Os outros setores onde a UE propõe o diálogo, para que os dois lados cooperem mais também na cena internacional, são energia, políticas regionais, desenvolvimento sustentável e mudança climática, desarmamento e não-proliferação, temas sociais, transporte marítimo, educação e cultura, ciência e tecnologia e sociedade da informação.

Os termos finais do documento sobre a parceria estratégica continuavam sob escrutínio dos burocratas de Bruxelas (sede da UE). Pelo menos dois países queriam fazer mudanças, segundo uma fonte, que não quis entrar em detalhes.

O documento não fixa ainda a periodicidade das reuniões de cúpula entre as duas partes e nem as bases do diálogo mais estruturado na agricultura. Isso vai depender da resposta do Brasil, que virá depois do encontro de cúpula de 4 de julho próximo, em Lisboa, quando o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, abordará o novo nível nas relações com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por outro lado, o documento "Country Strategic Paper Brazil 2007-2013", que define a ajuda financeira da UE para o país, propõe adotar uma política "inovadora", com ênfase nas áreas ambiental e social.

O documento para os próximos sete anos, em exame pelos Estados-membros, constata que o modelo tradicional de cooperação mostrou seus limites, ainda mais distante do pouco volume de ajuda destinado ao Brasil.

Agora, em vez de enviar dinheiro - já pouco para projetos individuais -, a UE quer apoiar amplos programas que podem ter "efeito multiplicador" no país.

Bruxelas concentrará 30% dos fundos para a área ambiental, com prioridade na ajuda à redução do desmatamento da Amazônia. Para isso, a UE prefere se juntar a outros doadores internacionais, seguindo o princípio adotado para o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), que é considerado o melhor exemplo de cooperação internacional para encontrar soluções a um problema ambiental de dimensões globais.

Até o final de 2005, os recursos para o PPG-7 totalizaram US\$ 470 milhões, numa experiência bem-sucedida, "apesar das dificuldades que o governo [brasileiro] mostra para definir-lhe as vias precisas de consolidação".

Os outros 70% serão destinados a estimular "trocas, contatos e transferência de know-how" entre a UE e o Brasil. Está prevista a criação de um Instituto de Estudos Europeus no Brasil.

A UE quer também atrair logo o Brasil para seu Programa Galileo, sistema de navegação por satélite concebido para fins civis, aberto à cooperação internacional e explorado em regime comercial. O Brasil já decidiu há cerca de um mês que vai participar, mas ainda não definiu em que bases. O programa passa por crise de financiamento.

No total, a UE destinará ao Brasil 61 milhões de euros para o período 2007-2013. Esse montante será complementado com recursos destinados ao Mercosul e à América Latina. O valor é irrelevante, mas os ministérios no país consideram suficientemente importante para certos projetos.

No total, a ajuda oficial de países ricos ao Brasil só representava 0,06% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, segundo a própria União Européia.

Nos últimos tempos, alguns deputados europeus reclamaram que Bruxelas não deveria dar dinheiro ao Brasil, por ser a oitava economia do planeta e um enorme concorrente agrícola dos europeus. Mas a UE retruca que a cooperação precisa ser reforçada com um "país que é uma economia estável com espaço para melhoras, um poder político emergente tanto na cena regional como internacional, ainda uma sociedade desigual, embora os indicadores sociais tenham melhorado, e um país com um meio ambiente rico, mas frágil".

Para o professor Roberto Vecchi, da Universidade de Bolonha e membro da associação EU-Brasil, a UE procura a otimização dos recursos exíguos, que devem ser combinados por projetos de cooperação pensados em uma nova moldura. Luigi Gambardella, presidente da associação, destaca o projeto de criação no Brasil de um Instituto Universitário Europeu, para desempenhar uma função de difusão da cultura e dos conhecimentos europeus e também para afinar novas políticas de cooperação.

Índia quer mais negócios com Mercosul - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 24/05/2007

A Índia acena ampliar de 20% para 50% a preferência tarifária para produtos do Mercosul, para expandir significativamente os negócios entre essas grandes economias em desenvolvimento. No entanto, o secretário de Comércio da Índia, G.K. Pillai, condicionou chegar a esse novo estágio só depois que o Brasil ratificar o acordo de preferências tarifárias fixas, assinado em abril de 2005, que reduz as alíquotas de um número limitado de produtos.

Durante o exame da política comercial da Índia, ontem, na Organização Mundial do Comércio (OMC), a delegação brasileira destacou que a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 4 de junho a Nova Déli pode jogar as bases para concretizar o objetivo de o comércio bilateral Índia-Brasil mais que dobrar para US\$ 10 bilhões até 2010.

Só que a mensagem implícita dos indianos é de que o presidente Lula poderia já levar uma contribuição concreta, resolvendo o que está pendente. Os indianos não entendem como a Argentina, Paraguai e Uruguai e seu Congresso ratificaram o acordo, mas o Brasil ainda não, apesar da base de apoio do presidente Lula no Parlamento.

O atual acordo entre a Índia e o Mercosul envolve 20% das linhas tarifárias no comércio entre esses parceiros. O secretário de Comércio acena com possibilidade de ampliar a cobertura para 35% ou 50% do comércio. Nesse caso, a preferência tarifária pularia de 20% para 50%. Ou seja, os produtos do Mercosul e da Índia entrariam nos mercados do parceiro com redução de 50% da tarifa cobrada dos outros países que não fazem parte desse acordo preferencial.

O comércio Brasil-Índia cresceu cerca de 30% nos últimos anos. Recentemente, 32 empresas investiram no Brasil, principalmente em informática e serviços. Por sua vez, empresas brasileiras investiram na Índia em mineração e engenharia.

O interesse por acordo preferencial é evidente. Primeiro, a Índia é a economia que mais tende a crescer no mundo nos próximos anos. Sua taxa de crescimento é estimada em 10% este ano. Nada menos de US\$ 320 bilhões são necessários para sua infra-estrutura e a Índia precisa da participação externa.

Segundo, Nova Déli insiste em obter na Rodada Doha um mecanismo de salvaguarda especial para frear um súbito aumento de importações agrícolas. Entre os produtos brasileiros mais ameaçados estão os do complexo soja. Com preferência tarifária, pelo menos o problema é menor.

Atualmente, a Índia monitora a importação de 300 produtos que considera sensíveis, a maioria agrícolas. E são eles que o governo quer continuar protegendo com tarifa maior. O país, com 1,1 bilhão de habitantes, tem na agricultura o setor que dá emprego a 57% das pessoas ativas.

Mais de 81% dos agricultores têm pequenos terrenos, de não mais de dois hectares, e praticam uma agricultura de subsistência.

O Brasil agiu como bom parceiro, ontem, sem tocar nos principais problemas que os exportadores sofrem no mercado indiano. O país preferiu saber quais são os 300 produtos sujeitos a licença de importação. A suspeita é que aviões também sofreriam essa restrição. Os indianos negam.

Já os Estados Unidos, que não cessam de cobrar abertura agrícola na Índia, reclamaram que o setor tem ainda menos liberalização do que os outros. A União Européia também apontou proteção alta para bens e serviços, além de enorme burocracia. A delegação indiana retrucou que fez já corte unilateral de tarifas e continua a reforma.

Mercosul terá setores protegidos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/05/2007

Automóveis, autopeças, calçados, brinquedos e têxteis devem ficar fora do acordo comercial na OMC

O Mercosul prepara uma lista de setores industriais que pretende manter protegidos, mesmo diante de um acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC). 'Somos uma união aduaneira e temos uma tarifa externa comum que terá de existir mesmo depois de um acordo da OMC', afirmou o vice-secretário de Negociações Comerciais Internacionais da Argentina, Néstor Stancanelli.

Depois de seis anos de negociações na OMC, o Mercosul finalmente começa a estudar uma forma de atuar com uma posição conjunta no que se refere à abertura de seu mercado para produtos industriais. Os governos do bloco estão preparando uma lista dos produtos que querem que não sofram os mesmos cortes tarifários de outros setores menos sensíveis.

Segundo o argentino, os setores que devem entrar na lista são automotivos, autopeças, têxteis, calçados e brinquedos. Stancanelli conta que, nesta semana, os governos do Mercosul estão reunidos em Assunção exatamente para tentar fechar essa lista e a posição do bloco nas reuniões da OMC.

A Argentina estão sendo vista por outros diplomatas em Genebra como o país que mais está endurecendo a posição nas negociações, tanto pedindo amplos cortes de tarifas dos países ricos para bens agrícolas como mantendo limitado o grau de abertura de seu mercado para a importação de bens industriais.

Stancanelli, porém, nega que haja diferenças na posição da Argentina em relação à do Brasil. 'Temos uma aliança sólida', afirmou. Há poucos meses, porém, em encontro do Grupo de Cairns, no Paquistão, a delegação argentina adotou outro tom e se queixou, em várias oportunidades, do fato de o Brasil não estar sendo transparente com os sócios do Mercosul nas negociações da OMC. O Brasil participa do G4, grupo formado por Estados Unidos, Europa e Índia, além dos Brasil, para tentar tirar a OMC do impasse em que se encontra.

Mercosul começa a definir proposta - Assis Moreira –Valor Econômico – Internacional - 25/05/2007

O Mercosul começou a definir uma posição comum para a negociação de produtos industriais na Rodada Doha, incluindo a seleção dos setores sensíveis que serão protegidos de maior corte tarifário. O subsecretário de Comércio Internacional da Argentina, Nestor Stancanelli, disse que entre os sensíveis estão os setores automotivo, têxtil, calçados e de

brinquedos. Também químicos e eletroeletrônicos, máquinas e implementos agrícolas têm sido mencionados por outros negociadores.

Essa coordenação entre países com Tarifa Externa Comum (TEC) ocorre a menos de um mês da reunião ministerial entre o Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia, considerada decisiva para o futuro da negociação global. É onde o Brasil terá de apresentar concessão na área industrial, se quiser acordo na agricultura.

Mas Stancanelli acha que não é tarde, porque estima que a posição do Brasil e da Argentina é "sólida" e está refletida no Grupo "Nama 11", que reúne também Índia, África do Sul e outros países emergentes.

A Argentina e a África do Sul são vistos como especialmente duros, não aceitando corte real nas tarifas aplicadas. Mas negociadores da UE começam a repetir que dentro do G-4 o problema principal agora não é agricultura e sim a parte industrial por causa da posição do Brasil e da Índia.

"Esses países não querem aceitar nem coeficiente 20", reclamou um negociador europeu. Esse coeficiente na fórmula de redução tarifária significa que a alíquota máxima consolidada (não realmente aplicada, mas o teto que o país pode impor) cai de 35% para 12,7%.

Como haverá flexibilidade para o país cortar menos as tarifas de determinados produtos, a alíquota máxima na verdade ficaria em 23,9% nesse caso. Americanos e europeus dizem que assim não têm acesso real e não podem vender o acordo para seus exportadores e exigem um coeficiente menor. Stancanelli confirmou que "o fosso ainda é grande" tanto em agricultura como na área industrial.

EUA reduzem exigência em corte de tarifa agrícola – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 25/05/2007

Os Estados Unidos diminuiriam sua demanda sobre a redução das tarifas agrícolas mais elevadas, na Rodada Doha, e que atingem os principais produtos exportados pelo Brasil, como carnes bovina e de frango e açúcar. Na proposta original, Washington queria corte de 85% nas tarifas mais altas, mas agora aceita redução de 75%, que é justamente a proposta do G-20, o grupo liderado pelo Brasil.

Mas os europeus resistem e só admitem redução de 60% nas tarifas que hoje são acima de 90%. A margem de manobra de Bruxelas na atual conjuntura é ainda mais estreita, porque o novo presidente francês, Nicolas Sarkozy, que busca grande maioria na eleição legislativa do mês que vem, adota um tom francamente contra concessões.

O novo presidente disse que não vai aceitar amplo acordo agrícola só para obter em retorno acesso para os fornecedores europeus de serviços. Pode ser apenas discurso de campanha eleitoral. Negociadores admitem que mesmo o corte proposto pelo G-20, como intermediação entre a ambição americana e a timidez européia, ainda é difícil de ser aceita por Bruxelas.

Ocorre que também uma redução de 60% não será aplicada integralmente, porque produtos como carnes vão ser designados como "sensíveis" pela UE. Isso significa redução tarifária menor e manutenção da proteção do agricultor local.

O agronegócio brasileiro indica que só pode aceitar acordo com corte de no mínimo 65%, porque do contrário não haverá acesso efetivo para as exportações. Além disso, os PEP, como são chamados os produtos agrícolas processados, do maior interesse do Brasil e

Argentina, além de frutas, verduras, lácteos, estarão sujeitos a cortes tarifários ainda menores - isso, evidentemente, se houver acordo na OMC.

É nesse cenário que as articulações se aceleram em Genebra. A pressão aumenta sobre a Índia, visto como um obstáculo maior dentro do G-4. Certos negociadores acreditam que o Brasil e a UE deixaram de "bater" nos EUA, porque sabem que Washington pode limitar a US\$ 15 bilhões seus subsídios agrícolas que mais distorcem o comércio, dependendo da compensação.

Só que os indianos querem sempre mais. Já chegaram a dizer que só haveria acordo se os EUA limitassem os subsídios a US\$ 9 bilhões. Ontem, um representante da China falou em reunião agrícola que os americanos teriam de baixar o volume para US\$ 10 bilhões. Ao mesmo tempo, a Índia e a China resistem a abrir seus mercados agrícolas. Os indianos, com 1,1 bilhão de habitantes, importam menos que o Brasil.

Os principais países se reuniram ontem com o mediador agrícola, Crawford Falconer, para debater a questão dos subsídios domésticos. O novo negociador agrícola dos EUA, Joseph Glauber, mostrou "engajamento". Para certos negociadores, foi uma das melhores reuniões das últimas semanas. (AM)

Europa aposta no peso político regional brasileiro – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 25/05/2007

A União Européia (UE) conta com a influência do Brasil para reforçar a estabilidade da América Latina, notando que "numa região procurando novas orientações, o presidente Lula é visto como um personagem politicamente moderado e positivo".

Com a parceria estratégica, espera também maior cooperação e posição mais "assertiva e pro-ativa" do Brasil nas instituições internacional que seja "equivalente ao peso e papel global" do país.

Na frente política, a UE vê o Brasil como um pilar central da estabilidade da América do Sul "apesar dos refrões de não interferir em outros problemas bilaterais ou internos". Destaca que nos últimos anos a relação com os vizinhos foi marcada pela moderação, exemplificando com a maneira como o país administra "divergências de visões" com a Venezuela e a Bolívia.

Também destaca iniciativas brasileiras de ampliar a integração do Mercosul e a Comunidade Sul-Americana de Nações. Constata que a participação brasileira em qualquer esquema regional de energia é condição essencial para contribuir no setor.

Na área comercial, Bruxelas acha que o Brasil deveria utilizar "todo seu peso" no Mercosul e no G-20 para apresentar concessões para um "resultado amplo e equilibrado" na Rodada Doha.

"Numa perspectiva mais ampla", a UE espera que o país se engaje mais em novos desafios da economia global, onde questões de regulação tem um papel importante "para assegurar concorrência leal e desenvolvimento sustentável".

Na Rodada Doha, entre os visados estão Argentina, Índia e China. Os chineses, por exemplo, não querem pagar por ganhos que seus exportadores vão ter com abertura dos mercados. Isso irrita dentro do próprio G-20. Já a Argentina está em recuperação industrial e suas dificuldades são conhecidas. A Índia também resiste à interferência brasileira.

Na área ambiental, a UE quer reforçar o diálogo bilateral sobre mudança climática, biodiversidade e desmatamento, para alcançar um acordo global pós-Kyoto e "reforçar nossa influência coletiva nessas áreas".

Bruxelas sugere igualmente estudar como implementar a Convenção de Diversidade Biológica e atacar outros problemas, como poluição do mercúrio.

Na área energética, o lançamento de uma cooperação em energia renovável inclui biocombustível, mas também eficiência energética e tecnologias que emitam poucos gases de efeito-estufa.

Os europeus se dizem prontos a participar de cooperação triangular com o Brasil e a comunidade de países de língua portuguesa, sobretudo na produção de etanol.

Estimando que os dois lados tem visão comum de que os desafios globais precisam de um multilateralismo reforçado, a UE quer "harmonizar" posições sobre a Comissão de Construção da Paz e o Conselho de Direitos Humanos.

Os europeus se dizem particularmente interessados em acertar resoluções com o Brasil para aumentar os padrões de direitos humanos, reforçar democracia e governança globalmente.

O governo Lula foi criticado em algumas situações em que se absteve de votar na condenação de regimes não exatamente democráticos.

A UE propõe também na agenda a inclusão de amplo diálogo sobre não-proliferação nuclear, de forma que facilite maior relação entre os países desenvolvidos e o G-77, grupo de nações em desenvolvimento. A UE quer trabalhar com o Brasil para se desenvolver um regime global de não-proliferação nuclear.

Ao reforçar as posições com o Brasil, a União Européia considera que dá o primeiro passo importante para reforçar a cooperação internacional.

Bruxelas estima que o Brasil deveria assumir papel de liderança na América do Sul na oferta de "soluções inovadoras" para combater pobreza, desigualdade e exclusão social, redução das diferenças regionais, proteção social e trabalho decente.

Na área educacional, a UE acena com mais troca de estudantes universitários, com 30,5 milhões de euros de recursos europeus para o período 2007-2013. (AM)

Proteção e subvenção agrícola são caras, irracionais e injustas - Guillermo de la Dehesa – Valor Econômico – Cultura - 25/05/2007

Após o fracasso da Rodada Doha em julho ficou claro que os países em desenvolvimento estão dispostos a ceder em seu elevado protecionismo, desde que haja forte redução do sistema de proteção e subvenção da agricultura nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Esses países se sentem injustamente discriminados, especialmente os mais pobres, na exportação dos produtos em que são mais competitivos. Não apenas os produtos agrícolas, a maior parte de suas exportações, mas também em todas as manufaturas de mão-de-obra intensiva, como as têxteis, confecção, calçado, brinquedos, artesanato e muitas outras.

Do mesmo modo, essas nações se queixam das elevadíssimas subvenções agrícolas à produção, que distorcem o comércio e criam grandes volumes de produtos subvencionados, que em seguida são exportados a preços novamente subvencionados aos países em desenvolvimento, causando estragos em sua produção nacional.

Motivos de peso não faltam para opor-se a algum tipo de acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC) até que não se reduzam tais protecionismo e subvenções. A maioria dos cidadãos dos países da OCDE deveria apoiá-los em suas reivindicações, já que não são os únicos prejudicados. Todos são afetados negativamente por tais políticas. Para apoiar esse argumento, convém analisar quem ganha e quem perde com essa política agrícola.

A proteção agrícola dos países da OCDE afeta, em primeiro lugar, todos os agricultores dos países em desenvolvimento e de alguns já desenvolvidos, que representam aproximadamente 95% dos agricultores do mundo. Da mesma forma, também sofrem todos os cidadãos dos países da OCDE como consumidores, já que as elevadas tarifas de importação que os produtos agrícolas precisam pagar, além das cotas e contingentes às quais estão submetidos, representam custo extra. Isso equivale a um imposto para cada consumidor desses países. A tarifa média de importação dos países da OCDE em relação a todos os produtos dos países em desenvolvimento era de 6% em 2000.

No entanto, em relação aos produtos agrícolas a tarifa era de 20%. E em relação aos produtos agrícolas mais consumidos na OCDE - cereais, arroz, açúcar, carne, leite e queijo -, chegava a mais de 100% do seu valor incluindo seguro e frete, levando em conta a média de tais tarifas, que são menores quando as importações estão dentro da cota ou não têm cota ou contingente e muito mais elevadas quando são importadas em volumes além da cota.

Isso significa dizer que os consumidores dos países da OCDE pagam, em média, o dobro do preço internacional, incluindo o custo do frete e seguro, por tais produtos alimentícios importados. Naturalmente, essa duplicação do preço afeta muito mais negativamente as famílias de menor renda, nas quais a cesta de produtos alimentícios representa um maior peso em seu consumo total, o que a converte em um imposto muito elevado, além de regressivo.

O mesmo pode ser dito das subvenções agrícolas de tais países. A cada ano, os países da OCDE lhes dedicam cerca de US\$ 250 bilhões - incluindo os US\$ 41 bilhões adicionais, em quatro anos, recentemente introduzidos pelo presidente Bush na Farm Bill.

Tais subvenções favorecem alguns poucos agricultores e são financiadas com a arrecadação do imposto sobre valor agregado ou com os impostos sobre as vendas, pagos por todos os contribuintes que consomem. Os contribuintes mais afetados por essas subvenções são, de novo, os mais pobres, já que seu consumo e o que pagam de impostos sobre valor agregado ou sobre vendas representam uma porcentagem maior do total de sua renda disponível. Calcula-se que cada consumidor europeu paga 600 euros a mais por ano com a política de subvenções. Além disso, os mais favorecidos são alguns poucos agricultores, os mais ricos, dos países da OCDE.

Por exemplo, na União Européia, a subvenção média por agricultor é de US\$ 17 mil por ano; nos Estados Unidos, chega a US\$ 21 mil; no Japão, a US\$ 30 mil, cifras astronômicas se comparadas com a renda anual média dos habitantes de rendimento médio de países em desenvolvimento, que é de US\$ 2 mil, e nos de rendimento baixo, de US\$ 410. Chega-se ao absurdo de conceder uma subvenção média por cabeça de gado de US\$ 2 ao dia, quando há mais de 1 bilhão de pessoas no mundo que vivem com menos de US\$ 2 ao dia.

Para ser mais preciso, 20% do total de apenas 880 mil agricultores da União Européia que recebem subvenções ganham 80% dessas subvenções. Os mais pobres, cerca de 721 mil, recebem menos de 5 mil euros por ano, sendo que 450 mil recebem menos de 1 mil euros por ano. No lado oposto, 31 mil agricultores, 3,5% do total, recebem mais de 20

mil euros por ano, o que representa 40% da subvenção total. Entre esses, 374 agricultores ganham mais de 200 mil euros por ano e 115, mais de 400 mil euros por ano. Significa dizer que na União Européia 45% do Orçamento Comunitário (45 bilhões de euros) é usado para subvencionar 0,3% da população de 383 milhões. Adicionando-se os funcionários que trabalham para esses agricultores e suas famílias a porcentagem chega a menos de 8% da população total européia (cerca de 3 milhões de pessoas). Realmente, não é possível imaginar uma política mais injusta e mais discriminatória para os próprios cidadãos europeus. Se qualquer país membro fizesse isso com seu orçamento, o governo que tomasse essa decisão não duraria um mês no poder.

Um recente estudo conjunto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial calculou quanto custam a proteção ao comércio agrícola e as subvenções, em termos de perda de renda, com tais impostos, e de receita, com as exportações. A perda anual de renda no total mundial soma US\$ 128 bilhões e a perda com receita de exportações, US\$ 506 bilhões por ano. A perda total para os próprios países da OCDE é de US\$ 359 bilhões (70% do total) e a perda total para os países em desenvolvimento é de US\$ 147 bilhões por ano (os 30% restantes). Contudo, se for levado em conta que o Produto Interno Bruto (PIB) dos países em desenvolvimento, medido em dólares pelo câmbio corrente, é quatro vezes menor do que o dos desenvolvidos, 62% do custo efetivo é pago pelos países em desenvolvimento e 38% pelos desenvolvidos.

A Comissão Européia levou a cabo uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC), reduzindo em 20% tais ajudas ao longo de sete anos, com uma redução anual de 3% e desvinculando 29 bilhões de euros da produção e aplicando-os para sustentar a renda dos agricultores, além de ter delimitado um valor máximo por agricultor de 300 mil euros por ano. A lógica da reforma é que os agricultores europeus devem receber uma contrapartida porque produzem muitos "bens públicos" de que a sociedade precisa, como a preservação do meio ambiente, a paisagem e a proteção dos animais. (É realmente paradoxal dizer que os agricultores "preservam" o meio ambiente quando a agricultura representou um dos ataques mais daninhos da história ao meio ambiente.)

Além disso, finalmente a Comissão percebeu que a maior parte da subvenção, que está ligada à produção, é totalmente ineficiente, já que ajuda apenas em 25% a aumentar a renda de alguns poucos agricultores agraciados e a maior parte é investida em equipamentos e em mais solo cultivável. Contudo, essa reforma ainda não foi aprovada pelo Conselho Europeu e existe uma forte oposição à sua aprovação por parte dos países membros mais beneficiados. E isso apesar da manutenção do total das subvenções, já que o que for economizado com essa redução de 20% será transferido aos países membros para gastos em "desenvolvimento rural".

Em resumo, parece pouco racional, para não dizer absurdo, dedicar ainda hoje 45% do Orçamento Comunitário para subvencionar uma atividade produtiva do passado, que em sua maioria não é competitiva, já que é possível substituí-la, em grande parte, por importações mais baratas dos países em desenvolvimento e que é utilizada de forma ineficiente e injusta, em vez de dedicar-se ao desenvolvimento científico e tecnológico, que é o que trará maior valor agregado e maior produtividade futura à União Européia.

Prova disso é o recente informe encomendado pelo presidente da Comissão, Romano Prodi, a um grupo independente de economistas europeus de alto nível, intitulado "Uma Agenda para uma Europa em Crescimento". O estudo propõe destinar metade dos gastos orçamentários atuais da PAC, que os economistas consideram que subvenciona uma atividade de peso mínimo no total do emprego e da produção européia (3,5% do emprego e

2% do PIB) e que, além disso, é uma "reliquia do passado", a outros fundos que realmente melhorem a convergência real e a produtividade e a reestruturação do aparato produtivo da UE. Naturalmente, essa proposta caiu em ouvidos surdos, já que recebeu uma oposição virulenta por parte dos países membros. Não é de estranhar, portanto, que os EUA estejam crescendo a um ritmo muito mais elevado do que a UE e sua produtividade seja muito maior. Como cidadão europeu, tenho o dever de denunciar tamanho disparate, a partir do qual todos os cidadãos do mundo saem perdendo, a não ser alguns poucos privilegiados.

Neste momento, ao que parece, a UE estaria disposta, nas próximas semanas, a chegar a um acordo na Rodada de Doha para reduzir em 60% as tarifas médias de importação para produtos agrícolas (a não ser em 8% dos produtos que a UE considera "sensíveis"), além de cortar em 70% as subvenções agrícolas que produzem maiores distorções no comércio agrícola internacional.

Por seu lado, os EUA estariam dispostos a reduzir o imposto médio de importação de produtos agrícolas em 90% e cortar em 60% as subvenções que mais distorcem o comércio agrícola. No entanto, embora a proposta da UE tenha lugar dentro da atual reforma da PAC, os EUA ainda precisariam reformar sua Farm Bill para consegui-lo.

Guillermo de la Dehesa, presidente do Centre for Economic Policy Research, rede de pesquisa econômica na Europa

O Mercosul na Rodada Doha – Estado de São Paulo – Notas e Informações (Editorial) – 26/05/2007

Brasil e parceiros do Mercosul começaram, afinal, a definir uma posição comum na discussão sobre o comércio de bens industriais na Rodada Doha. Essa é a boa notícia. Negociadores brasileiros, europeus, americanos e indianos tentarão formular, até o fim de junho, um acordo sobre temas básicos da negociação. É urgente pôr todos os pacotes sobre a mesa para as barganhas mais importantes. As más notícias, como de costume, são mais numerosas.

O novo presidente francês, Nicolas Sarkozy, um defensor do protecionismo agrícola, cobra do negociador da União Européia, Peter Mandelson, uma posição mais dura diante dos Estados Unidos e dos principais emergentes.

Mandelson continuou o lance e ameaçou retirar da mesa as concessões já oferecidas pelos europeus. Além disso, divergências entre Brasil e Argentina podem ainda atrapalhar a estratégia do bloco sul-americano.

Até agora, os sócios do Mercosul vinham atuando sem grande articulação nas negociações da Rodada Doha. Seu principal objetivo comum era cobrar de americanos e europeus melhores condições para o comércio de produtos do agronegócio. Como membros do Grupo dos 20 ou do Grupo de Cairns, fizeram campanha pela redução dos subsídios à agricultura no mundo rico e por maior acesso aos mercados mais desenvolvidos. Mas, para negociar, precisam também oferecer concessões.

Não podem fazê-lo cada um por si, porque o Mercosul é oficialmente uma união aduaneira, protegida por uma Tarifa Externa Comum (TEC). Por isso, têm de apresentar propostas conjuntas. Não é fácil a composição de interesses. Além de oferecer reduções de tarifas para importação, precisam definir uma lista de produtos “sensíveis”, mais protegidos contra a concorrência internacional. Todos os participantes do jogo, desenvolvidos e em desenvolvimento, poderão manter proteção acima da média para alguns setores.

Na quinta-feira, o subsecretário de Comércio Internacional da Argentina, Néstor Stancanelli, divulgou, na sede da OMC, uma lista parcial de produtos “sensíveis” selecionados pelo Mercosul: têxteis, calçados, brinquedos e bens fabricados pelo setor automobilístico. Uma relação mais ampla, segundo outras fontes, poderá incluir produtos químicos, eletroeletrônicos, máquinas e implementos agrícolas.

A discussão da lista envolve principalmente Brasil e Argentina, as economias mais industrializadas do Mercosul. Segundo Stancanelli, não há divergências entre os dois países, mas essa declaração contrasta com os fatos conhecidos até agora. Nas negociações entre Mercosul e União Européia, a Argentina foi sempre mais protecionista que o Brasil quando se tratou da abertura de mercado para bens industriais. Essa diferença tem sido visível também no comércio bilateral. O governo argentino tem apoiado a imposição de barreiras contra vários produtos brasileiros e a liberalização do comércio de veículos e componentes foi adiada mais de uma vez. Além disso, o Brasil tem mais interesse que a Argentina em proteger a indústria de máquinas contra exportadores de fora do bloco.

Um acordo entre os sócios do Mercosul também não bastará para tornar aceitáveis suas propostas. Os cortes de tarifas até agora oferecidos pelo bloco são classificados como insuficientes por americanos e europeus: não bastarão, segundo argumentam, para diminuir as tarifas efetivamente cobradas. As tarifas efetivas são normalmente menores que as alíquotas consolidadas, isto é, registradas na OMC - e as negociações se referem a estas.

Mas essa reclamação vale também para o outro lado. Brasil e outros exportadores agrícolas consideram insuficientes os cortes de subsídios oferecidos pelos americanos e as reduções de tarifas admitidas pelos europeus. A insistência da Índia em proteger seu mercado de produtos agrícolas complica a situação.

De toda forma, se o Mercosul conseguir apresentar um pacote realista de ofertas e de exigências, estará contribuindo para desemperrar as negociações na próxima reunião do G-4 (Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia), em junho.

'China não se livrará de abrir mercado agrícola' – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 26/05/2007

Nova proposta exclui privilégios para novatos na OMC

A China não se livrará da abertura de seu mercado agrícola nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), como pretende. O alerta faz parte da proposta

publicada ontem pela organização, feita pelo mediador das negociações agrícolas, Crawford Falconer.

Por ter entrado na OMC há apenas cinco anos, a China quer privilégios, entre os quais poder manter seu mercado fechado para produtos agrícolas por mais dez anos. Pequim alega que já fez importantes cortes de tarifas para entrar na OMC e uma nova liberalização poderia ter impacto negativo na vida dos 700 milhões de habitantes da área rural.

O mercado chinês é um dos que mais crescem para produtos agrícolas de países como o Brasil, mas a manutenção das tarifas altas frustra essa expectativa.

A OMC admite que a abertura feita pela China e outros países devem ser consideradas. Mas se nega a dar isenção total aos chineses, especialmente ante a possibilidade de Pequim chegar ao fim do ano como o maior exportador do mundo. Uma das opções seria a autorização para que Pequim dê um total de subsídios 5% acima da média dos países emergentes.

No que se refere às tarifas, os chineses querem que o corte seja 50% menor que o que será exigido dos emergentes. Para a OMC, o benefício teria de ser de 5%, mas admite que certos produtos poderiam ficar isentos de cortes e tarifas abaixo de 10% poderiam ter reduções mínimas. A OMC ainda admite que Arábia Saudita e Vietnã não precisariam passar por novas liberalizações, já que acabam de entrar na entidade.

TROPICAIS

A OMC ainda sugere que vários produtos tropicais tenham cortes de tarifas maiores, como forma de beneficiar os países em desenvolvimento. Para as tarifas de importação dos países ricos abaixo de 25%, a sugestão é dar isenção total de barreiras. Para as tarifas de importação acima de 25%, os cortes teriam de chegar a quase 85%.

O problema é a falta de acordo sobre a lista de produtos. Para o Brasil, ela deveria incluir o suco de laranja. A OMC sugere que o número de produtos tropicais seja aumentado em relação à década de 90.

A proposta também sugere que os países em desenvolvimento garantam livre acesso para produtos agrícolas exportados pelos países mais pobres. Até hoje, o compromisso é que apenas os países ricos teriam a obrigação de abrir os mercados.

Outra proposta é de se criar uma lista de produtos agrícolas primários e processados para que a questão da escalada tarifária seja tratada. A idéia é que, no acordo final, fique estabelecido que produtos processados, como café solúvel, se beneficiem de um corte de tarifas bem acima do café em grãos. Falconer reconhece que um acordo sobre isso ainda está longe.

DO "NEW YORK TIMES"

Os Estados Unidos rejeitaram a proposta da Alemanha de cortes de longo prazo nas emissões de gases de efeito estufa, armando o cenário para uma batalha que colocará (mais uma vez) George W. Bush contra seus aliados europeus no encontro das nações mais ricas do mundo, daqui a duas semanas.

Numa linguagem dura, os negociadores da administração Bush atacaram o rascunho alemão de declaração do G8 sobre clima, dizendo que a proposta "cruza várias linhas vermelhas em cujos termos nós simplesmente não podemos concordar". E prosseguem: "Tentamos andar a passos leves, mas só podemos ir até certo ponto dada nossa oposição fundamental à posição alemã".

A Alemanha propôs, juntamente com o Japão e o Reino Unido, que as emissões globais sejam cortadas em 50% até 2050. A chanceler alemã, Angela Merkel, que será a anfitriã do encontro de junho na cidade de Heiligendamm, tem feito esforços para que o G8 tome medidas significativas contra os gases que aprisionam o calor da Terra na atmosfera, alterando o clima do planeta.

Mas a resistência americana a qualquer tipo de acordo com metas tem arrefecido os ânimos de Merkel. Na última quinta-feira, em um pronunciamento aos deputados alemães, a chanceler tentou baixar as expectativas de que os EUA fossem concordar com a agenda proposta. "Posso dizer abertamente que, hoje, eu não sei se vamos ter sucesso nisso em Heiligendamm."

Kristen Hellmer, porta-voz para assuntos ambientais da Casa Branca, declarou: "Todos os países do G8 estão comprometidos com um acordo. Nós só chegamos a ele de uma perspectiva diferente".

CNI manifesta preocupação com Venezuela no Mercosul – Folha de São Paulo – Dinheiro – Mercado Aberto – 28/05/2007

O presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, enviou carta ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, manifestando preocupação com o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Ele recomenda que sejam adotadas algumas posturas e precauções ao processo de adesão do vizinho sul-americano ao bloco. Na carta, Monteiro diz que "é urgente que se promova um amplo debate com a sociedade civil sobre os objetivos, direitos e compromissos envolvidos nesse processo". E chama a atenção para o fato de que o grupo de trabalho criado para o detalhamento dos cronogramas e condições do processo de adesão da Venezuela ao Mercosul encerrou seus trabalhos sem que todas as tarefas estivessem concluídas.

"O setor privado não teve acesso formal ao relatório do grupo de trabalho, mas documentos obtidos junto ao setor privado argentino indicam que permanecem pendências em áreas relevantes para o setor empresarial", afirma.

Monteiro diz que "caso o Congresso aprove o protocolo de adesão da Venezuela antes que estejam completadas as tarefas do grupo de trabalho, a Venezuela poderá ganhar status de membro pleno do Mercosul sem que estejam definidas as condições para que o país cumpra os compromissos da união aduaneira".

A carta seguiu com um documento em anexo que analisa em detalhes o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul. O documento reforça a necessidade da promoção de amplo debate com a sociedade sobre os compromissos do protocolo de adesão e sobre as conclusões do grupo de trabalho.

A CNI afirma também que o ingresso formal da Venezuela no Mercosul, antes mesmo que tenham sido definidos os cronogramas para a transição, representa elevado risco para o processo de aprofundamento de integração em um bloco já afetado por crescentes dificuldades de consolidação.

"Os possíveis ganhos econômicos da Venezuela ao Mercosul são modestos frente às dificuldades que esse processo pode trazer tanto para a agenda interna quanto para a agenda externa do bloco", diz a CNI. "É fundamental que as condições em que se dará esta adesão garantam a materialização dos ganhos potenciais para as empresas brasileiras."

Brasil convoca G-20 de olho em negociação do G-4 - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/05/2007

O Brasil está convocando uma reunião ministerial crucial do G-20 para 11 de junho em Genebra, uma semana antes da negociação do G-4, onde são esperadas barganhas decisivas para o futuro da Rodada Doha. Formado por Brasil, Estados Unidos, União Européia e Índia, atores-chave da rodada, o G-4 terá sua reunião ministerial de 19 a 22 de junho. O encontro é encarado como uma espécie de "ou vai ou racha" - ou seja, vital para que o martelo sobre um acordo preliminar agrícola e industrial de fato seja batido até julho próximo.

O ímpeto político para as barganhas virá em 8 de junho, no encontro dos dirigentes do G-8 (EUA, Alemanha, Japão, França, Grã-Bretanha, Canadá e Itália, além da Rússia) com os do G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México), na Alemanha. O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, também foi convidado pelo G-8.

O Brasil gosta de ver o G-20 como síntese da OMC. Heterogêneo, o G-20 reúne exportadores, importadores e pequenas economias, entre outros, de forma que um entendimento no grupo pode antecipar as bases de um acordo global. Mas, nesse contexto, tem problemas em dois pontos: no mecanismo de salvaguarda especial e nos "produtos especiais", destinados a frear importações agrícolas.

Em documento divulgado na sexta-feira identificando novas áreas da negociação onde os países estão próximos - ou não - de convergências, o mediador agrícola, Crawford Falconer, sugere limitar o mecanismo de salvaguarda especial pelo qual países em

desenvolvimento poderão impor tarifa adicional em caso de súbito aumento das importações.

Falconer diz que, se ele for aplicado como querem alguns, numa referência a países como Indonésia e Índia, o aumento adicional de alíquotas ocorreria "centenas de vezes por ano". O impacto sobre o Brasil é claro: mais de 50% de suas exportações agrícolas vai para o mundo em desenvolvimento. O mediador propôs, também, forte corte de tarifas para uma lista de produtos tropicais. Para o Brasil, seria beneficiado o café em grãos, que já quase não tem tarifa, mas ficariam de fora açúcar, suco de laranja e outros. O Brasil quer ampliar a lista, mas terá que barganhar.

Falconer afirma, por outro lado, que há pouca objeção para que subsídios sejam dados sem contestação (a chamada caixa verde) para programas de reforma agrária em países em desenvolvimento, aquisição de estoques em nome de segurança alimentar e compensação por perdas inferiores a 30% da produção nos casos de destruição de animais e colheita para o controle de doenças. Para ele, a China também terá de fazer concessões, ainda que tenha chegado a pedir mais de 20 anos para abraçar um futuro acordo agrícola.

Governo agora quer Banco do Sul – Sérgio Leo – Valor Econômico – Brasil - 28/05/2007

Já começou a movimentação no governo brasileiro para reservar dinheiro destinado a formar o capital do futuro Banco do Sul, projeto acalentado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Não se cogita tirar nenhuma parcela das reservas do país em moeda estrangeira - primeira sugestão de Chávez aos futuros sócios no banco. O principal candidato a fornecer os recursos é o BNDES, que já havia reservado US\$ 200 milhões para aumentar o capital do Brasil em outra instituição financeira regional, a Corporação Andina de Fomento (CAF).

O governo brasileiro, no projeto de integração com os outros países da América do Sul, sempre teve um embaraço: o BNDES, principal - e poderoso - mecanismo brasileiro de financiamento, só pode emprestar para projetos executados em território nacional ou, se realizados no exterior, para empresas instaladas no mercado brasileiro. Assim, o complemento de uma ligação viária entre o Brasil e o Pacífico, se realizado em território de um país vizinho sem participação de empresa brasileira, pode ganhar, no máximo, apoio moral do Brasil. É pouco para quem quer ser líder regional.

Diferentemente de Chávez, que já começa a sentir, no balanço da estatal petrolífera, a PDVSA, impactos negativos de seu protagonismo financeiro na América Latina, o Brasil mantém prudência nas ações do BNDES no continente, e busca maneiras de ampliar o alcance dos recursos disponíveis sem comprometer a saúde do banco. Há alguns dias, uma reunião de autoridades no Palácio do Planalto praticamente sepultou uma dessas maneiras cogitadas pelo governo: a associação com a CAF, uma respeitada instituição financeira criada originalmente pelos países andinos, e classificada como opção de investimento pelas agências de risco internacional.

A reunião serviu para sondar a disposição da direção da CAF em dar ao Brasil, por meio do BNDES, maior influência na discussão e definição dos projetos a serem financiados no continente, com recursos a serem postos à disposição pelo governo brasileiro.

A estratégia sonhada pelos assessores do presidente Lula previa a associação entre BNDES e CAF para permitir ao banco brasileiro beneficiar-se da classificação positiva de

risco da instituição andina e lançamentos próprios de títulos. Ficou claro, porém, que a máxima vantagem a ser concedida ao Brasil, caso o país aumente sua participação na CAF, seria maior acesso às linhas de financiamento da instituição. Como o Brasil não busca mais fontes de financiamento e sim maior alcance para os empréstimos que pode conceder, com o BNDES, esfriou a estratégia de turbinar a ação brasileira no continente com a CAF. O Banco do Sul passou a ser opção, e pode até receber os US\$ 200 milhões antes destinados à CAF.

Verba para instituição deverá sair do BNDES

É uma mudança importante de atitude. Até poucas semanas atrás, o Brasil tinha uma estratégia defensiva em relação às pressões de Venezuela e Argentina pela criação do Banco do Sul. Uma das razões para isso eram as indefinições em relação ao projeto, que, a julgar pelas palavras de Chávez, parece uma proposta de criar, em nível continental, um enorme banco estatal sujeito às pressões dos governos e com funções difusas, que iriam desde financiar projetos de desenvolvimento a empréstimos de último recurso, uma espécie de FMI regional, sem as condicionalidades do Fundo.

Com dificuldades de acesso às instituições regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os países da região pedem mecanismos de financiamento menos sujeitos às diretrizes de Washington. Na verdade, também querem instituições mais lenientes na concessão de empréstimos, menos insensíveis às conveniências dos governos. Ao governo brasileiro, conviria uma instituição com os critérios técnicos do BNDES, mas capaz de buscar alternativas de financiamento para governos como Argentina ou Bolívia, hoje praticamente excluídos das fontes de recursos tradicionais.

Sem o poder de influência desejado nas instituições existentes, como a CAF, e pressionado pelos vizinhos, que vêem no futuro Banco do Sul uma possível fonte de dinheiro mais fácil, o governo brasileiro engajou-se, agora ativamente, na criação da nova instituição financeira sul-americana. Esse engajamento, depende, ainda, da garantia de que o banco não será apenas uma cobertura institucional para a atuação financeira de Chávez no continente. As negociações de criação do banco passam, além disso, por um caminho cheio de armadilhas.

Na última reunião de ministros da Fazenda do Mercosul, decidiu-se que todos os países terão igual poder de voto no futuro banco. Não condicionar o poder, no banco, à força econômica e peso financeiro de cada um é uma maneira de reduzir a ingerência de Chávez e democratizar a instituição; mas, também, reduz a força do próprio banco. Não faz sentido, nem seria aceito pelo Congresso Nacional, que o Brasil, maior economia do continente, seja obrigado a colocar mais dinheiro nesse Banco do Sul, para que outros decidam onde aplicá-lo. Há, porém, o risco de que os vizinhos queiram exatamente isso.

O governo não aceita essa idéia, mas a história do Banco do Sul tem sido uma progressiva aceitação, por parte do Brasil, de teses antes rejeitadas no país. Em um primeiro momento, as vozes em Brasília rechaçaram o Banco do Sul, e defendiam o uso dos mecanismos financeiros já existentes. O insucesso nas negociações com a CAF e a falta de opções por parte dos governos vizinhos fizera o Brasil aderir ao projeto antes rejeitado.

A adesão do Brasil trouxe alguma racionalidade às discussões, abandonou-se a idéia de fazer um banco capaz de todo tipo de ajuda financeira, e reduziram-se as possibilidades de instalar a nova instituição na Venezuela, sob as asas de Chávez. Mas a criação de uma nova entidade financeira sul-americana, nas condições em que vem se fazendo, obriga as

autoridades brasileiras a estabelecer limites à discussão. O Brasil deve se preparar para ficar isolado, caso queiram transformar o país em sócio nos custos e apenas observador nos gastos do novo banco.

Sergio Leo, é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras

sergio.leo@valor.com.br

Brasil pressiona para que agricultura volte à agenda com a UE – Assis Moreira – Valor econômico – Internacional - 28/05/2007

O Brasil quer que a agricultura faça parte da parceria estratégica com a União Européia, segundo fontes em Brasília. A UE proporá o lançamento dessa discussão com o país em reunião de cúpula no dia 4 de julho, em Lisboa. Só que a parte agrícola sumiu da última versão da agenda comum UE-Brasil que Bruxelas propõe para elevar a relação bilateral.

O documento para abrir a discussão sobre a parceria com o Brasil deve ser aprovado formalmente pela Comissão Européia nesta quarta-feira. O texto é altamente elogioso sobre o papel e o peso do país na cena internacional, entende que a parceria pode fazer avançar o Mercosul e a estabilidade latino-americana. Porém, no documento de 14 páginas e 4950 palavras, a UE não menciona uma só vez o termo "agricultura", apesar de outros papéis da UE destacarem que se trata de componente "essencial" da relação bilateral.

Segundo fonte européia, a UE prefere deixar o tema para as negociações UE-Mercosul, indicando que comércio não será discutido em nível bilateral. Outras fontes, porém, atribuem a pressões de alguns países o fato de Bruxelas ter sumido com a versão inicial que colocava a agricultura entre os dez itens da agenda comum.

O Brasil decidiu que levará para a discussão do texto final com os europeus sua própria proposta de agenda comum. E Brasília insistirá que a agricultura seja um dos temas centrais. André Nassar, diretor do Ícone, instituto ligado ao agronegócio, concorda que a posição deve refletir o fato de que o Brasil tornou-se o maior fornecedor agrícola da UE. Para ele, elevar o diálogo no setor também ajudará a prevenir crises. "Sem agricultura, não tem jogo. Um diálogo de alto nível só ajudará os dois lados", concorda Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação dos Exportadores de carne suína.

Mercosul e UE podem retomar negociação - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 29/05/2007

As negociações para um acordo comercial entre o Mercosul e a União Européia (UE) poderão ser retomadas em setembro, sinalizou ontem o diretor de negociações comerciais da UE, Karl Friedrich Falkenberg, que iniciou por Buenos Aires um giro pelos países do bloco, segundo informou o secretário de Assuntos Econômicos Internacionais da chancelaria argentina, Alfredo Chiaradia.

Essa é a primeira reaproximação entre autoridades de ambos os blocos desde o ano passado, depois da suspensão dos diálogos em novembro de 2005, por falta de avanço na negociação de parte dos temas da pauta. Chiaradia frisou que a reunião mantida com o

executivo europeu não foi de negociação, porque o Mercosul só negocia via sua presidência - atualmente exercido pelo Paraguai - ou com a presença de todos os países membros.

Ele afirmou, contudo, que o funcionário europeu trouxe disposição para a retomada das negociações. "O mais importante de tudo (que foi discutido) é que, tal como nos sinalizou Falkenberg, apesar de não termos mantido um encontro negociador este ano, a União Européia tem interesse em manter a possibilidade de ter um acordo com Mercosul", disse Chiaradia.

Segundo ele, foi transmitido a Falkenberg que, embora a Argentina não possa falar por seus sócios, a disposição de retomar o diálogo com a União Européia foi claramente apoiada na última reunião de negociadores do Mercosul, realizada semana passada em Assunção.

Chiaradia afirmou que as negociações birregionais foram deixadas de lado este ano devido ao esforço negociador empreendido entre os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) em torno da atual rodada global de liberalização de comércio. "Coincidimos em que vai ser difícil que possamos ter um encontro negociador antes que termine o período acordado das negociações multilaterais em Genebra, que é julho. Ou seja, estamos dando os próximos dois meses para ver se é possível ao menos terminar as negociações", afirmou Chiaradia.

Como agosto é mês de férias no Hemisfério Norte, a idéia seria retomar os contatos a partir de setembro, quando então a presidência rotativa do Mercosul terá sido passada para o Uruguai.

Europa quer mais cortes de tarifas do Brasil - João Caminoto – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/05/2007

Presidente da Comissão Européia diz confiar que acordo na OMC será concluído neste ano

O presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, manifestou confiança na conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) até o fim do ano. 'Estou otimista, a rodada vai sair', disse ele, ontem, em seu gabinete na capital belga.

Mas avisou que o acordo vai exigir 'cortes reais' nas tarifas de importação de bens industriais do Brasil e de outros grandes países emergentes. 'Estou convencido de que o Brasil só tem a ganhar com uma maior liberalização de seu setor de serviços e industriais', disse. 'Se eu fosse o Brasil, faria isso.'

Barroso ressaltou que a União Européia (UE) já fez propostas de abertura de seus mercados agrícolas. Entre elas, o fim dos subsídios às exportações e a redução em 40% de suas tarifas médias de importação de produtos agrícolas. 'Podemos fazer novos cortes se outros também melhorarem suas ofertas, e nos referimos principalmente aos Estados Unidos, no caso de seus subsídios aos agricultores', afirmou.

Mas Barroso disse que espera uma contrapartida do Brasil, principalmente na área de bens industriais. 'Estamos pedindo ao Brasil cortes reais por corte reais nas tarifas', afirmou. Segundo ele, Bruxelas não ficará satisfeita apenas com uma consolidação das atuais tarifas para bens industriais aplicadas pelo governo brasileiro.

'Queremos cortes efetivos.' O Brasil, acrescentou, não deve esperar as mesmas concessões oferecidas por Bruxelas para os países 'menos desenvolvidos', que incluem em alguns casos a abolição de tarifas de importação agrícolas até 2009. 'Com o devido respeito, o Brasil não é Guiné-Bissau', disse.

Os ministros do G-4 - grupo integrado pela UE, pelos EUA, pelo Brasil e pela Índia - realizarão entre os dias 19 e 22 de junho, numa capital europeia ainda a ser escolhida, uma reunião considerada crucial para a superação do impasse. Barroso salientou que o tema também será tratado durante a cúpula do G-8, entre os dias 6 e 8 de junho, na Alemanha, que contará com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

BRASIL-EU

Barroso rebateu as críticas de que o projeto de parceria estratégica entre o bloco europeu e o Brasil será limitado por não dar relevância a um ponto crucial na relação bilateral: o comércio agrícola. 'Para o Brasil, olhar para a Europa sob o prisma da agricultura é uma visão redutora', disse ele, ao apresentar detalhes do projeto que será aprovado amanhã pela Comissão Europeia. 'A agricultura obviamente é importante, mas nossa relação vai muito além disso'

A parceria estratégica será o ponto alto do primeiro encontro de cúpula Brasil-UE, no dia 4 de julho, em Lisboa, que contará com a presença do Lula. A- proposta de Bruxelas - cujo formato final será negociado com o governo brasileiro nos próximos meses - prevê o estreitamento do 'diálogo e cooperação' em vários setores, como o econômico, político, meio ambiente e tecnológico.

A proposta também pretende servir de estímulo para o fortalecimento do Mercosul e para a um futuro acordo comercial. 'O Brasil é uma das maiores democracias do mundo e líder regional', disse Barroso. Mas a proposta não aborda a questão da agricultura, área de enorme interesse para o Brasil, que quer ter mais acesso de seus produtos ao mercado europeu.

Barroso disse que a questão agrícola está sendo tratada na OMC. Ele ressaltou que a relação entre a UE e o Brasil não pode ser restrita ao comércio agrícola. 'O Brasil é destinatário de um volume de investimentos diretos europeus de 80,1 bilhões, maior que o dos demais países do Bric somados', salientou. Os investimentos diretos da UE na China e Rússia é de 31,3 bilhões.

Governo brasileiro leva à Argentina projeto para unificar regras no bloco

Automóveis estão no 1º lugar na lista de comércio entre os dois países; até abril, vizinho comprou mais de US\$ 468 mi em carros

O governo brasileiro apresenta hoje à Argentina a proposta de criação da Política Automotiva do Mercosul, que instituiria o sistema de livre comércio para automóveis entre os países do bloco. Quando entrar em vigor, vai significar menos impostos para os carros fabricados no Brasil e vendidos aos vizinhos, e vice-versa.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, é possível avançar na redação do texto da política ainda neste ano. Hoje, o Brasil já possui acordos em vigor com a Argentina e com o Uruguai com regras específicas para o setor. "Nossa proposta agora [...] é que se possa construir uma política automotiva de forma a se ter uma definição mais abrangente, mais duradoura, de toda a produção e o comércio de veículos em geral nos quatro países do Mercosul", disse ontem.

O governo avalia que as simetrias entre os mercados brasileiro e argentino tornaram-se suficientes para a criação do sistema. A adoção da política também daria maior segurança jurídica sobre as possibilidades de venda da produção, o que poderia atrair mais investimentos nos próximos anos.

Com a Argentina, a saída encontrada foi a adoção de um mecanismo chamado "flex", em que um coeficiente combinado pelos dois países estabelece uma relação do volume de comércio que não pagará impostos. Ao vender, por exemplo, US\$ 100 milhões ao Brasil, a Argentina pode importar do Brasil até o limite de US\$ 195 milhões, isento de Imposto de Importação.

O setor automotivo é considerado sensível pelos países do Mercosul, pelo grande número de mão-de-obra e pela quantidade de investimentos envolvidos. Além dos países do bloco, o Brasil possui ainda um acordo em vigor com o México.

Os carros ocupam o primeiro lugar da lista de produtos comercializados entre Brasil e Argentina. De janeiro a abril deste ano, a venda de veículos para o país vizinho ultrapassou os US\$ 468 milhões. O volume de comércio entre os dois deve superar US\$ 20 bilhões pela primeira vez neste ano.

Segundo o ministério, a indústria brasileira apóia a proposta. Procurada, a Anfavea (associação nacional de montadoras) não se pronunciou até o fechamento desta edição.

Têxteis

Na reunião bilateral que terá hoje com o governo argentino em Buenos Aires, Ramalho fará também queixas sobre medidas de valoração aduaneira sobre têxteis e confecções. Em vez de aplicar o imposto sobre o valor real dos produtos, os argentinos cobram os tributos a partir de uma tabela com referenciais de preços. Assim, se a Argentina avalia que uma confecção custa US\$ 15, e o Brasil vende por US\$ 10, o imposto será cobrado sobre os US\$ 15.

Barreiras dos EUA afetam exportador brasileiro - José Meirelles Passos e Eliane Oliveira – O Globo – 31/05/2007

Prejuízo com tarifas, subsídios e restrições aumentará US\$ 165 milhões anualmente, indica relatório de embaixada

WASHINGTON e BRASÍLIA. Embora as exportações do Brasil para os EUA tenham aumentado em 2006, barreiras comerciais impostas pelo governo americano — por meio de tarifas, subsídios, restrições sanitárias e antidumping — afetaram o faturamento do país. Só as empresas do setor siderúrgico e as exportadoras de camarões deixaram de ganhar US\$ 2,7 bilhões, entre 1991 e 2006, devido a medidas antidumping.

“Esse prejuízo aumentará em US\$ 165 milhões anualmente”, diz o informe anual “Barreiras a produtos brasileiros no mercado dos EUA”, divulgado ontem pela Embaixada do Brasil em Washington.

“Percebe-se certo ‘fator de inércia’ nos processos de revisão, que indicam tendência de os direitos antidumping se perpetuarem, eventualmente impedindo por completo a entrada das importações”.

O informe, porém, não calcula o prejuízo total. E, além disso, embora as páginas com as informações técnicas e estatísticas mostrem que os obstáculos impostos por Tio Sam prejudicam duramente os exportadores brasileiros em geral, os comentários que abrem o trabalho deste ano, assinado pelo embaixador Antonio Patriota, traçam um perfil quase cor-derosa da situação. Há neles mais ênfase nas boas relações bilaterais do que uma crítica às barreiras praticamente perenes.

“As relações Brasil-EUA passam por um momento de aproximação e amadurecimento tanto no que se

refere ao diálogo político como no tocante a temas da agenda econômica”, escreveu Patriota. Segundo ele, os dois encontros dos presidentes George W. Bush e Luiz Inácio Lula da Silva, com anúncios da parceria de ambos nas negociações da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), e o memorando de cooperação em biocombustíveis compõem “uma iniciativa que transcende a cooperação bilateral e a dimensão econômico-comercial”.

As exportações do Brasil para os EUA em 2006 somaram US\$ 26,4 bilhões — mais US\$ 2 bilhões em relação a 2005. Mas a participação dos EUA nas exportações brasileiras continuou caindo: era de 25,74% em 2002, e chegou a 17,77% em 2007.

Crescem as pendências comerciais com a Argentina Com respeito à Argentina — cujo fluxo comercial (soma de exportações e importações) subiu para cerca de US\$ 20

bilhões este ano — é cada vez maior o número de pendências. Os dois países discutem hoje, em Buenos Aires, temas que abrangem desde a ameaça argentina de sobretaxar produtos de vidro brasileiros por dumping até a cobrança diferenciada de pedágio nas rodovias do país vizinho para as transportadoras brasileiras.

O secretário-executivo do Ministério de Comércio Exterior, Ivan Ramalho, disse que as reclamações do Brasil se estendem ao processo de licenciamento não-automático no desembaraço de produtos da linha branca na Argentina. O procedimento dificulta o ingresso das mercadorias e é visto pelo governo brasileiro como protecionismo, para compensar a recusa do Brasil ao pedido de prorrogação dos acordos que limitavam as exportações brasileiras.

Outro ponto delicado se refere à queixa do Brasil de que o governo argentino estaria subsidiando os produtores argentinos de trigo e farinha. O sistema de valoração aduaneira na área de têxteis também é alvo de reclamação do Brasil. O secretário-executivo acrescentou que a negociação de um regime automotivo comum no Mercosul também fará parte da pauta de discussões.

País já perdeu US\$ 2,7 bi desde 1991 devido a barreiras comerciais dos EUA, mostra estudo - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 31/05/2007

A recente reaproximação diplomática entre o Brasil e os Estados Unidos foi incapaz até agora de promover a remoção das diversas barreiras que prejudicam o comércio entre os dois países, como demonstra um novo relatório sobre o assunto apresentado ontem pela embaixada do Brasil em Washington.

O documento estima que os exportadores brasileiros acumularam perdas de US\$ 2,7 bilhões desde 1991 devido a algumas dessas barreiras, tarifas antidumping e direitos compensatórios aplicados pelos EUA para inibir a entrada de empresas beneficiadas por subsídios ou que praticam preços considerados irrealistas pelo governo americano.

Algumas tarifas foram revogadas no ano passado, mas a maioria continua em vigor. Elas afetam principalmente produtos da indústria siderúrgica, mas também prejudicam produtores brasileiros de suco de laranja e camarão congelado. Padrões sanitários e outras restrições barram a entrada de carne bovina, suína e de frangos in natura, sem ser processada industrialmente.

O embaixador do Brasil em Washington, Antonio Patriota, minimizou as dificuldades enfrentadas pelos empresários brasileiros ao apresentar o relatório, dizendo que as exportações brasileiras para os EUA cresceram nos últimos anos apesar das barreiras impostas contra os produtos brasileiros.

O Brasil exportou no ano passado US\$ 26 bilhões para os EUA. Na introdução do relatório, o embaixador observa que o Brasil vendeu mais para os EUA do que países como a Rússia e a Índia, mas o documento ignora as evidências de que esses competidores têm aumentado sua fatia no mercado americano bem mais rápido que o Brasil.

Uma das principais barreiras enfrentadas pelo país hoje nos EUA é a tarifa que encarece a importação de etanol brasileiro, cujas usinas são muito mais eficientes que as americanas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu várias vezes neste ano ao seu colega americano, George W. Bush, a remoção da tarifa. Mas a legislação dos EUA garante sua manutenção até o fim de 2008 e Bush avisou que nada mudará antes disso.

Os americanos também se recusam a cumprir a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) que considerou ilegais subsídios pagos aos produtores de algodão dos

EUA, numa ação movida pelo Brasil. Alguns programas foram eliminados em 2006, mas o grosso dos benefícios condenados pela OMC continua em vigor.

Patriota disse que a remoção dessa e das demais barreiras vai depender do sucesso das negociações da Rodada Doha de liberalização do comércio, que estão praticamente paralisadas desde julho do ano passado por causa de diferenças entre países ricos e em desenvolvimento sobre subsídios agrícolas, tarifas e outras questões.

"Está viva a expectativa de que a rodada se conclua até o fim do ano", disse Patriota. "Forçosamente uma conclusão exitosa da rodada se refletirá no comércio bilateral também entre o Brasil e os EUA. "Diplomatas brasileiros, americanos, europeus e indianos têm conversado com freqüência sobre o assunto, mas não chegaram a um acordo para reabrir as discussões da rodada.

O fracasso das negociações traria para o Brasil o risco de ver sua participação no mercado americano encolher ainda mais. Como o relatório da embaixada mostra, países que assinaram com os EUA acordos que lhes dão acesso preferencial ao mercado americano estão livres de barreiras como as impostas ao Brasil e levam vantagem no comércio de vários produtos.

Argentinos e brasileiros discutem hoje em Buenos Aires pendências comerciais – Valor Econômico – Brasil - 31/05/2007

Com o aumento do fluxo comercial (exportações mais importações) para cerca de US\$ 20 bilhões este ano, cresce, na mesma proporção, o número de pendências entre Brasil e Argentina.

Autoridades dos dois países se reúnem hoje, em Buenos Aires, para discutir temas delicados que abrangem desde a ameaça dos argentinos de sobretaxar copos, vasos, jarras e outros produtos de vidro brasileiros por dumping até a cobrança diferenciada de pedágio nas rodovias do país vizinho para as transportadoras brasileiras. Empresas argentinas pagam menos, o que viola as regras internacionais de transportes.

O leque de reclamações do Brasil se estende ao processo de licenciamento não-automático no desembarço de produtos da linha branca naquele país. Tal procedimento dificulta o ingresso das mercadorias e é vista por fontes do governo brasileiro como uma forma de protecionismo, para compensar a recusa do Brasil ao pedido de prorrogação dos acordos que limitavam as exportações brasileiras para o mercado argentino.

Outro ponto delicado diz respeito à queixa do Brasil de que o governo argentino estaria subsidiando os produtores argentinos de trigo e farinha. Esses itens chegam ao mercado brasileiro mais baratos, prejudicando a indústria local. "No caso dos produtos de vidro e do trigo, estamos estimulando acordos entre os setores envolvidos", disse o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, que representará o Brasil na reunião.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

